

Condições

20

IACT
PUCCAMP

INSTITUTO DE ARTES, COMUNICAÇÕES E TURISMO

Institutions interested in exchange of publications are requested to address to * Las instituciones interesadas em el cambio de publicaciones son invitadas a dirigirse a * Les institutions que désirent établir un échange de publications sont priées de s'adresser à * Le Istituzioni che vogliono ricevere questa pubblicazione in forma di cambio fare la richiesta:

COMUNICARTE

Pontificia Universidade Católica de Campinas - Puccamp
IACT - Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
Campus I - Rodovia D. Pedro I, km 136 - Caixa Postal (Mail Box) 317
Telefone (PABX) (019) 252-0899 r.158/176 - fax (019) 255-6376
CEP: 13020.904 - Campinas/SP - Brasil

ISSN 0102 - 0242

COMUNICARTE

R. COMUNICARTE	CAMPINAS	v. 12	nº 20	p. 1-112	1995/1996
----------------	----------	-------	-------	----------	-----------

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
(Sociedade Campineira de Educação e Instrução)

Grão-Chanceler: D. Gilberto Pereira Lopes

Reitor: Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos: Prof. Alberto Martins

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos: Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

INSTITUTO DE ARTES, COMUNICAÇÕES E TURISMO

Diretora: Prof^{ta} Zelinda Fávero Gervásio

Vice-Diretora: Prof^{ta} Maria Ângela Marques Ambrizi Bissoli

IACT
P U C C A M P

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ARTES, COMUNICAÇÕES E TURISMO

Rodovia D. Pedro I, km 136 - tel: (019) 252-0899 - ramal 158/176
Caixa Postal 317 - CEP: 13020.904 - Campinas/SP-Brasil

ÍNDICE

AO LEITOR..... 5

ARTIGOS

Antonio Teixeira de BARROS

Privatização e sindicalismo no discurso da Folha de S. Paulo:
o pluralismo sob a forma de singularidade construída 7

Beatriz DORNELLES

Saúde na imprensa: mudança social possível 21

Bruno FUSER

Radialistas querem dar voz aos patrões 34

Cláudia LAHNI

Para um novo jornalismo econômico 48

Duílio BATTISTONI FILHO

Aspectos preconceituosos na pintura brasileira
ao final do século XIX 53

Ivete Cardoso do CARMO

A televisão como transmissora da ideologia do Estado 62

Maria Ângela M. A. BISSOLI

Administração do tempo com novas tecnologias 73

Maria Inês GHILARDI

O humor na charge jornalística 86

Mônica TAVARES

Do processo de criação artística com os meios eletrônicos 93

Paulo de Tarso Cheida SANS A gravura de Oswaldo Goeldi	102
---	-----

PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO

Celso Luiz FALASCHI O jornalismo brasileiro em crise: a dicotomia entre a formação e o mercado de trabalho	107
--	-----

Cleusa Gertrudes Gimenes CESCA Relações Públicas e a comunicação dirigida escrita na empresa	108
---	-----

Flailda Brito Garboggini SIQUEIRA A mulher margarina: uma representação dominante em comerciais de TV nos anos 70 e 80	109
--	-----

Graça CALDAS O latifúndio do ar: mídia e poder na Nova República	110
---	-----

Márcia Reami PECHULA A tensão entre o religioso e o político: a relação da Igreja com a Modernidade na trajetória da Pastoral Operária de Campinas	111
--	-----

Maria José da Costa OLIVEIRA A questão ambiental sob a ótica das Relações Públicas: a atuação das empresas químicas e petroquímicas de Paulínia	112
---	-----

AO LEITOR

As transformações advindas das novas tecnologias estão cada vez mais presentes no dia-a-dia das pessoas, muitas delas apresentadas à sociedade pelos meios de comunicação impressos e eletrônicos que, por sua vez, têm se constituído em consumidores vorazes dessas novidades para tornar seus produtos mais atrativos a seus receptores. Hoje, a mídia praticada nas grandes e médias cidades brasileiras já se equipara, no que diz respeito aos recursos técnicos, àquela dos Estados Unidos e Europa. Não se pode dizer o mesmo, entretanto, do conteúdo do jornalismo brasileiro, cuja qualidade deixa muito a desejar, conforme têm revelado pesquisadores e representantes das entidades classistas patronais e de trabalhadores da área.

COMUNICARTE, como uma das poucas publicações brasileiras que se propõem a discutir a ciência da Comunicação e assuntos pertinentes às Artes, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Turismo, não poderia ficar imune às transformações exigidas pelo conjunto da sociedade em relação a seus periódicos. É por isso que este número chega às suas mãos com um novo projeto gráfico, incluindo um novo formato. A intenção é oferecer um projeto mais ágil e agradável, de forma a que o consumo de suas informações seja cada vez mais um ato de satisfação pessoal.

Não poderia esta revista, entretanto, restringir-se a alterações de caráter morfológico. Publicação respeitada no meio científico nacional, **COMUNICARTE** volta a circular com um padrão de exigência ainda mais rigoroso em seu conteúdo, sem que perca a tão necessária eficácia da comunicação. Um novo Conselho Editorial, aberto a professores e pesquisadores de outras instituições, vem trabalhando com muita dedicação nesse processo de transição, com um objetivo bem definido: aumentar o grau de exigência em relação às colaborações recebidas e adequar a publicação, definitivamente, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas para publicações científicas.

Esta nova fase da **COMUNICARTE** inclui, também, maior receptividade às colaborações de professores e pesquisadores de outras instituições, nacionais ou estrangeiras, das áreas afins. Ao abrir-se para um universo maior de colaboradores, pretende universalizar o conhecimento, esta, aliás, uma das funções básicas do bom jornalismo.

Finalmente, a nova direção de **COMUNICARTE** espera a resposta de seus leitores ao seu novo projeto gráfico-editorial; todas as sugestões e críticas serão bem recebidas, pois, certamente, caminharão em direção ao objetivo traçado: uma revista cada vez mais atuante e dinâmica.



Privatização e sindicalismo no discurso da Folha de S. Paulo: o pluralismo sob a forma de singularidade construída

Privatization and sindacalism in the discourse of Folha de S. Paulo: the pluralism as a constructed peculiarity way

Antonio Teixeira de BARROS

Mestre em Comunicação e doutorando
em Sociologia / UnB.

RESUMO

Este trabalho analisa a cobertura jornalística da Folha de S. Paulo sobre o tema privatização e sindicalismo no Brasil, no período de 1990 a 1994, destacando as seguintes questões: a) como a FSP qualifica o discurso sindical; b) quais os argumentos usados pela FSP para refutá-lo; c) qual o lugar do pluralismo de idéias permitido pela FSP ao publicar textos que expressam opiniões contra a privatização, uma vez que o jornal se posiciona claramente a favor da desestatização.

Palavras-chave: Privatização. Sindicalismo. Jornal Folha de S. Paulo.

ABSTRACT

This work focuses on the journalistic coverage of "Folha de S. Paulo" concerning the theme privatization and sindacalism in Brazil from 1990 to 1994. The core of interrogations for the research are the following: a) how FSP qualifies the sindical discourse; b) what are the arguments of FSP to refuse it; c) what is the role of pluralism of ideas in jornalistic practice of FSP in which refer to sindical opinion against privatization, because Folha's point of view is just the opposite.

Key words: Privatization. Sindicalism. Journal "Folha de S. Paulo".

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo* (Folha ou FSP de agora em diante) sobre a privatização no Brasil, no período de 1990 a 1994, tendo como recorte a questão sindical. Para tanto, elegemos três questões principais: 1) como a FSP qualifica o discurso sindical sobre a privatização; 2) quais são os argumentos usados pela FSP para refutar esse discurso; 3) qual o lugar do pluralismo de idéias permitido pela Folha ao publicar textos que expressam opiniões contra a desestatização, uma vez que o jornal se posiciona claramente a favor do programa de privatização.

Partimos do pressuposto de que a Folha se destacou, no âmbito da imprensa brasileira de modo geral, como fórum onde o debate sobre a privatização adquiriu um significado de primeira grandeza no cenário nacional. A polêmica referente à questão sindical permeou quase todas as instâncias desse debate, constituindo, portanto, um *corpus* fecundo para a análise do problema mencionado. Por essa razão é que a FSP é visualizada, aqui, como fórum discursivo que obriga múltiplos argumentos; lugar de confronto de interesses distintos, às vezes opiniões simplificadas, dicotomizadas; às vezes argumentos pluralizados e multifacetados, transitando entre as diferenças e semelhanças; contradições e conjunções de discursos. A opção pela análise da cobertura jornalística da Folha justifica-se ainda pelo:

- seu perfil atual, enquanto um dos principais jornais brasileiros de grande circulação;
- seu projeto editorial (*Folha de S. Paulo*, 1992), pelo qual a FSP propõe-se a realizar um jornalismo apartidário, pluralista, crítico e moderno, defendendo, entre outros princípios, a democracia, a economia de mercado e promovendo o debate sobre os problemas sociais relacionados com o subdesenvolvimento. Logo, a desestatização pode ser considerada um tema de importância capital para a sua atuação jornalística no referido período;
- seu desempenho editorial nos últimos anos, o qual contribuiu para lhe conferir atributos como: “o jornal que mais vende”, “o melhor, o mais independente, o mais importante e o mais apreciado jornal brasileiro”, destacando-se ainda em relação aos demais pelos itens “combatividade”, “imparcialidade”, “clareza”, “apresentação gráfica” e “democracia editorial”.¹

(1) A.L.C.R. NOVELLI. *O Projeto Folhas e a negação do quarto poder*. Dissertação de Mestrado, p. 158-159.



Privatização e sindicalismo ...

O enfoque específico sobre privatização e sindicalismo deve-se ao fato de que, ao longo da análise sobre a cobertura relativa à privatização em termos gerais, observamos que a FSP dedicou atenção especial aos argumentos apresentados por sindicalistas, sobretudo com o intuito de combater as idéias consideradas pelo jornal “retrogradadas”, “arcaicas”. Muitas vezes, veementemente, os editoriais apontavam as opiniões dos “inimigos da privatização” como um dos principais obstáculos ao avanço do Programa Nacional de Desestatização (PND).

O período compreendido entre 1990 e 1994 foi escolhido pelo fato de que a tônica à questão da desestatização iniciou-se durante o governo Collor, em 1990, seguindo a tendência do mundo desenvolvido. Aliás, o jornal *Financial Times* (1994), em um *survey* especial de seis páginas sobre o Brasil, destaca o início da desestatização no país como o principal legado positivo da gestão Collor de Melo. Com o governo Itamar Franco, o PND tomou rumos diferentes, porém, o debate sobre o assunto continuou acirrado.

2. COMO A FSP QUALIFICA O DISCURSO SINDICAL

As organizações sindicais, a FSP confere papel de destaque, ao longo do debate sobre a desestatização, no âmbito do “discurso contra” a execução do PND. A parte opinativa - editoriais, artigos de articulistas e textos de autor constituem o principal fórum para a discussão de temas próprios do comportamento sindical e exposição de idéias por parte de lideranças da CUT, CGT e Força Sindical, por meio de artigos assinados. Os editoriais e artigos de articulistas, por sua vez, sempre se referem às idéias geradas no âmbito dos movimentos trabalhistas, seja como tema principal ou como elemento subjacente ao debate nacional acerca da questão.

Os textos noticiosos, além de ressaltarem os casos de lideranças e de organizações específicas que defendem a privatização, enfatizam os momentos em que as organizações sindicais tornam-se protagonistas de manifestações e protestos contra o PND, sobretudo nos primeiros leilões, a exemplo da venda da Usiminas. A cobertura sobre o cancelamento da primeira tentativa de leiloar esta empresa, em setembro de 1991, recebe a vinheta “ofensiva do atraso”. A principal causa da suspensão do evento foram os problemas jurídicos. Entretanto, as edições da FSP desse período registram principalmente as manifestações trabalhistas. As cenas de tumulto e violência são amplamente documentadas em fotos, cujas legendas certificam fatos como:

Antonio Teixeira de BARROS

- “Manifestantes da CUT protestam contra a privatização”;
- “Investidor tem terno sujo por ovo atirado por manifestante”;
- “Floris, presidente do Banco Liberal, cai no chão ao ser atingido por mastros e ovos”;
- “Manifestantes impedem a entrada de participante do leilão”;
- “Fotógrafo Eraldo Plates depois de ser atingido por um tiro”;
- “Opositores da privatização da Usiminas agitam a bandeira nacional para soldado da PM”;
- “Polícia agride manifestante no início da pancadaria diante da Bolsa de Valores do Rio”.

As manchetes, títulos, entretítulos, subtítulos e os próprios textos anunciam:

- “Usiminas vai a leilão sob tensão no Rio - bomba explode em frente à Bolsa carioca e CUT promove nova manifestação diante de forte esquema policial”;
- “Investidores recebidos com chutes e ovos - uma pessoa foi ferida por tiro durante manifestação de militantes contra a privatização da empresa estatal”;
- “Collor diz que vai punir ‘baderneiros’: ... o porta-voz do Palácio do Planalto (...) responsabilizou a CUT e o PT pelos incidentes ocorridos”;
- “... sindicalistas contrários à privatização (...) promoviam um cerco à Bolsa do Rio, despejando ovos e águas nos interessados em participar do leilão”;
- “Protesto vira choque e deixa 80 feridos - tentativa dos manifestantes de romper área delimitada para o protesto pela PM deu início à violência”.

Nos textos opinativos, o sindicalismo é posto em xeque quanto ao seu papel ao longo do processo de desestatização:

“É doloroso constatar que o máximo que o movimento sindical fez até agora não foi além do lamentável pontapé nos fundilhos de um investidor ou da aceitação (corporativista) de ações a preços subsidiados para os empregados das empresas privatizadas - algo como migalhas que caem da mesa do banquete”.²

(2) Folha de S.Paulo, artigo assinado: Quem vai pagar a dívida social, 16.6.92.

Privatização e sindicalismo ...

Nos editoriais do período, a FSP declara que os sindicalistas agiram “movidos por interesses corporativistas e um estatismo anacrônico”.³ Mais contundente, o editorial *Vitória do Atraso*, de 25.9.91, afirma que “uma mescla de desígnios políticos paroquiais, propósitos corporativistas mesquinhos e intentos estatistas anacrônicos conseguiu (...) abortar aquele que seria o passo inaugural do processo de privatização no Brasil”.

A inclusão nos processos privatizantes de participações acionárias para os trabalhadores das empresas vendidas em nome das organizações sindicais constitui outro elemento básico da cobertura da FSP, relativa a esse tópico. Se algumas opiniões encaram esse fato como democratização do acesso ao patrimônio público privatizado, para outros, porém, tal medida pode representar o início de uma nova forma de corporativismo, o que “dificultaria a materialização de todos os benefícios esperados pela privatização”.⁴

O caso dos fundos de pensão, cuja participação marcou grande parte dos leilões realizados, é outro ponto polêmico, pois são identificados pelos críticos dessa prática como “áreas privilegiadas, onde se agrupa reduzido número de trabalhadores, beneficiados por subsídios do Estado que são tão mais injustos quanto mais se conhece a situação de penúria do grosso da população. Além disso, há uma clara e indevida ingerência do governo na gestão destes fundos”.⁵

A privatização da CSN, quanto a esse aspecto, mereceu atenção especial da Folha porque contou com alto índice de participação dos funcionários. Entretanto, escreve um dos articulistas que “quem pretende vislumbrar sentido social nessa participação de trabalhadores no capital da CSN, que não se iluda. Foi uma solução corporativista e pouco transparente, que transformou os trabalhadores (...) em massa de manobra de uma das mais atrevidas (...) operações de *lobby* dos últimos anos”.⁶

O articulista prossegue seu raciocínio argumentando que a CSN era uma companhia deficitária, fato para o qual os seus trabalhadores também contribuíram, sem que conste iniciativa alguma, no âmbito trabalhista, em busca de eficiência e produtividade. Todo o empenho foi dirigido para a “defesa cerrada e monocórdica da estabilidade de emprego”. Portanto, “haveria sentido social, se a possibilidade de participação no capital e os ganhos decorrentes da futura valorização das ações fossem apropriados pelo conjunto de trabalhadores e contribuintes - que ajudaram a financiar os déficits da CSN”.⁷

(3) *Folha de S. Paulo*, artigo assinado: Derrota do Atraso, 16.8.91.

(4) *Folha de S. Paulo*, artigo assinado: Um decálogo para a privatização, 26.11.92.

(5) *Folha de S. Paulo*, artigo assinado: Acesita: pontos para reflexão, 18.11.92.

(6) *Folha de S. Paulo*, artigo assinado: Privatização e corporativismo, 23.4.93.

(7) *Idem*.

3. ARGUMENTOS USADOS PARA REFUTAR O DISCURSO SINDICAL

3.1. Os “inimigos” da privatização

A Folha qualifica as entidades sindicais e seus representantes como:

- “arautos da xenofobia”;
- “órfãos do gigantismo estatal e do nacionalismo”;
- “vozes do atraso”;
- “interesses corporativos e retrógrados”;
- “obtusidade política”;
- “minoría atuante e retrógrada”.

Tanto nos textos de opinião, como nos noticiosos, o jornal nomeia esses “inimigos”. Na área sindical, destaca-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Outras, como a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Força Sindical, também são mencionadas constantemente. São as matrizes do ideário corporativista considerado pelo jornal como antiquado. O movimento estudantil figura como estrutura de apoio, orientando seu discurso e seus atos para reforçar a repercussão dos protestos sindicais contra a privatização. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e as uniões estaduais e municipais são citadas, quase sempre, como coadjuvantes dos atos e manifestações protagonizadas pela CUT. Isso torna-se mais explícito durante os períodos de cobertura dos leilões. O primeiro a ser realizado, o da Usiminas, em outubro de 1991, é profícuo em exemplos como os que se seguem:

- “Usiminas vai a leilão sob tensão no Rio - bomba explode em frente à Bolsa carioca e CUT promove nova manifestação diante de forte esquema policial”;
- “... houve calma até 12h30, quando o dirigente da CUT (...) incentivou os manifestantes a invadirem a área em frente à Bolsa de Valores do Rio que fora isolada pela Polícia (...). Do alto do caminhão de som da CUT ele convocou os ‘trabalhadores’ (grifo original) a se concentrarem em frente à cerca”;
- “CUT aponta autor da agressão a empresário no leilão da Usiminas”;
- “Sindicalistas se unem contra a privatização”;

Privatização e sindicalismo ...

- “A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e representantes da Força Sindical traçaram (...) uma estratégia de resistência à privatização da Usiminas.”;
- “... havia na praça sindicalistas da CUT e CGT, estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) ...”;

O editorial *Vitória do Atraso*⁸ assevera que

“os lamentáveis episódios que marcaram o cancelamento do leilão da Usiminas, com hordas de manifestantes instrumentalizados pela CUT impedindo o acesso à Bolsa de Valores do Rio e agredindo seu presidente, por tudo que evidenciaram de intolerância, primitivismo e virulência, não podem ser encarados como fortuitos. Serviram como um complemento estético brutal, é certo, mas perfeitamente adequado a uma teia de interesses parasitários que ninguém tem dúvidas, se alimenta do subdesenvolvimento, vegeta às custas (sic) das facilidades do Estado e por isso se insurge, com desespero e contumácia, diante de qualquer tentativa de cunho reformista.”

Quanto ao leilão da Cosipa, a Folha denuncia que

“cerca de uma centena de membros da UNE (...), UBES (...) e das centrais sindicais CUT e CGT não hesitaram em recorrer à agressão e entrar em confronto com a polícia para tumultuar a venda, resultando em 22 feridos”.⁹

Os partidos de esquerda aparecem constantemente como aliados das organizações sindicais no combate ao PND:

- “PDT adia ato no Rio contra privatização da Usiminas”;
- “O PDT (...) decidiu adiar o comício contra a privatização da Usiminas”;
- “... o PT vinha conseguindo obstruir a votação da MP 299 no Congresso”;
- “PT e PDT prometiam (...) caso não fosse possível manter a obstrução da votação, tentar inverter a pauta”;
- “... o PDT ingressou com uma ação cautelar (...) contra o uso de títulos da dívida externa especificamente na venda da Usiminas”.

(8) Folha de S. Paulo, editorial *Vitória do atraso*, 25.9.91.

(9) Folha de S. Paulo, editorial *Uma a menos*, 23.8.93.

A atuação do PDT é destacada mais em função das declarações de seu líder nacional, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, não só por ocasião do processo de desestatização da Usiminas, mas ao longo dos vários anos em exame. O empenho da referida autoridade para adiar o leilão da CSN é qualificado no discurso da Folha como tentativa não de “interromper o programa de privatização”, mas também de “desvirtuar seu próprio significado”.¹⁰

A Frente Parlamentar Nacionalista, formada por componentes do PSB e do PDT, presidida pelo deputado federal Miguel Arraes (PSB-PE), é citada como uma das “inimigas” da desestatização, sob o rótulo de nacionalista, por ter atuado como antagonista ao PND. Por ocasião dos preparativos do leilão da Acesita, por exemplo, os parlamentares encaminharam um pedido de suspensão do leilão ao presidente Itamar Franco. A Frente, segundo o jornal, agiu dessa forma com o intuito de retardar o PND, à espera de uma revisão de seus princípios e critérios, como defendera o próprio presidente da República.

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), além de emitir opinião no jornal, por meio de artigos de seus membros, também é incluída no rol dos “inimigos”, pois “se recusa a admitir que, ao Estado brasileiro, é impossível

manter suas atividades na produção econômica sob pena de abrir mão de seus compromissos na área social”.¹¹

“

A direita também é qualificada como inimiga da privatização.

”

Às vezes, a direita também é qualificada como inimiga da privatização, pois, para a Folha, na guerra pelo controle da política econômica, estão as “caricaturas deploráveis de uma “esquerda” e de uma “direita”, ressaltando que tal disputa serve antes para desacreditar o governo do que para fortalecê-lo, além de agravar o “efeito desorganizador sobre a economia”.¹²

Entre os segmentos direitistas, à extrema direita atribui-se papel preponderante, como asseguram textos referentes à cobertura do leilão da Usiminas:

“O movimento contrário à privatização reunirá, numa manifestação em frente à Bolsa, militantes de esquerda vinculados à CUT e até mesmo de extrema direita, como os ligados ao Partido Nacionalista Brasileiro, que congrega neonazistas” (grifo nosso).

Conforme o enfoque da FSP, além de “terem perdido definitivamente o senso do ridículo”, esses agentes estabelecem uma espécie de pacto “temperado no desespero geral, na ótica enviesada de lideranças políticas e sindicais e na

(10) Folha de S. Paulo, editorial Privatização às avessas, 11.1.292.

(11) Folha de S. Paulo, artigo assinado: Insidia e corporativismo, 8.8.92.

(12) Folha de S. Paulo, editorial O efeito Itamar, 1.6.1292.

Privatização e sindicalismo ...

absoluta falta de autocritica de militantes mal-informados para conduzir este país ao Quarto Mundo”.¹³ A Folha admite que “os grupos que preferem manter-se cegos” têm o direito de defender suas idéias, “sem dúvida”. Porém, “o que é inaceitável (...) é que recorram à violência e à brutalidade numa tosca tentativa de impor suas visões”.

3.2. Os benefícios da privatização para a implementação da cidadania

Apesar de o enfoque ser eminentemente econômico, a Folha, ao recorrer, constantemente, ao “discurso de fundo” sobre as vantagens da desestatização, ressalta paralelamente as vantagens econômicas, os benefícios sociais, pondo como centro de seus argumentos a problemática da cidadania.

Na opinião empresarial - a qual converge com o ponto de vista da Folha -, que se exprime sobretudo em textos das seções *Tendências/Debates e Opinião Econômica*, a privatização é mencionada como um processo social, tendo como função básica “promover a transição do paternalismo estatal à cidadania plena”. Isso porque contribuirá para superar a concepção de que o Estado existe como algo separado do corpo social. Ao restringir seu campo de atuação às suas atribuições essenciais como saúde, educação e segurança, submete-se à atuação estatal as necessidades da sociedade civil, moldando-a “à imagem e semelhança desta”.¹⁴

Com esse discurso, instaura-se o pressuposto de que o setor público, tal qual se apresenta, tornou-se incapaz de atender satisfatoriamente aos interesses coletivos. Daí a razão de emergência de um grande número de organizações não-governamentais (ONGs), apontadas como “capazes de satisfazer as necessidades da nação de maneira muito mais eficaz e eficiente”.¹⁵

A privatização, portanto, segundo esse raciocínio, ao resultar na retirada do Estado do setor produtivo, permitindo investir em funções básicas, é designada como algo que permitirá colocar o Estado a serviço da sociedade civil, “instituinto a disciplina, impondo o respeito e gerando a confiança entre os integrantes do corpo social...”.¹⁶

(13) Folha de S. Paulo, artigo assinado: Burrice ou má intenção, 26.9.91.

(14) Folha de S. Paulo, artigo assinado: Papel do Estado, o elo perdido em 68, 18.10.93.

(15) Idem.

(16) Idem.

Antonio Teixeira de BARROS

Em seus editoriais, a Folha denuncia, com veemência, as “aberrações do setor público” e suas implicações para a erosão da cidadania brasileira. Declara que as estatais representam, no contexto atual, “uma casta à parte na economia brasileira, mantendo-se à margem dos esforços de contenção e racionalização. Os fundos de pensão para funcionários dessas empresas são comparados a “um ralo para o dinheiro do contribuinte”. Apoiando-se em estudo do Ministério do Planejamento, a Folha cita que as estatais transfeririam US\$ 3,7 bilhões para esses fundos, de modo irregular, no período de 1986 a 1992. Polêmica à parte, disserta o jornal, “é sem dúvida imoral que a coletividade tenha de sustentar a aposentadoria privilegiada de apenas uma pequena casta de beneficiados”.

O argumento da necessidade urgente de desestatização é reafirmado em nome da cidadania, haja vista que “a privatização, de fato, elimina o problema pela raiz, evitando novos ataques ao bolso do cidadão”. Isso porque a lógica do estatismo é qualificada como administrativamente incoerente, descontínua e vulnerável ao corporativismo. “É uma lógica onerosa ao cidadão que só pode ser vencida com a privatização”.¹⁷

“

A Folha denuncia, com veemência, as aberrações do setor público.

”

A principal decorrência do “enxugamento da máquina estatal”, portanto, seria a eficiência na prestação de serviços sociais básicos à população. Eficiência no serviço público significa “que o dinheiro de cada um de nós não vai ser gasto para financiar os privilégios de alguns poucos em detrimento de muitos”.¹⁸

Constantemente a FSP toma a defesa dos **contribuintes**, considerando esse termo como sinônimo de **cidadão**. Escreve, por exemplo, que “como é de praxe quando se trata de empreendimentos do tipo administrados pelo setor público, quem acaba punido é o contribuinte”.¹⁹ Este, diz o jornal, é continuamente transformado em “vítima do imobilismo e da procrastinação do setor público”.²⁰ Prejudicial ainda à cidadania são os “enormes custos sociais decorrentes da ausência de determinação governamental para fazer valer os compromissos em relação à reforma do Estado”.²¹

Muitas vezes, o termo eleitor também é utilizado nos textos que tratam dessa questão, o que se justifica pela relação entre o setor público e seus

(17) Folha de S. Paulo, editorial A pior, 2.2.94.

(18) Folha de S. Paulo, editorial Linha certa, 13.3.94.

(19) Folha de S. Paulo, editorial Privatização da Vasp, 6.9.90.

(20) Folha de S. Paulo, editorial O Estado está nu, 29.5.94.

(21) Folha de S. Paulo, editorial Lentidão injustificável, 17.10.90.

Privatização e sindicalismo ...

gerenciadores, cujos dirigentes são escolhidos pelo voto. Entretanto, na maioria das vezes, debatera a Folha, os administradores, irracionalmente, comprometem as receitas públicas com obras e empreendimentos totalmente descabidos. Tais atitudes resultam em imensas dívidas “que o eleitor não escolheu fazer, mas que o cidadão terá de pagar - cedo ou tarde”.²² Além disso, frisa o jornal, os recursos que resultam da arrecadação de impostos, em sua grande parte, são aplicados sem que o contribuinte tenha pelo menos o direito de saber, com clareza e precisão, como e em que, pois a maioria das estatais “dedica-se mais à propaganda oficialista que ao dever maior de franquear ao público toda e qualquer informação a seu respeito. Quando acontece de alguns dados tornarem-se conhecidos, entretanto, surpreende sempre a capacidade com que essas empresas ocultam os seus resultados...”.²³

“
A maioria das
estatais dedica-se
mais à
propaganda
oficialista.”

4. O LUGAR DO PLURALISMO NA COBERTURA DA FSP

Uma das razões que nos motivou a optar pelo exame da cobertura da FSP foi o fato de que o pluralismo constitui um dos elementos centrais do Projeto Folhas, como já abordamos na introdução. Ao adotar postura editorial pluralista, a Folha justifica que pretende corresponder às expectativas de uma “sociedade plural, onde são comuns a coexistência de interesses e pontos de vista em conflito. A Folha se propõe a refletir essa pluralidade de pontos de vista e a assegurar o acesso do leitor ao espectro ideológico da sociedade em que vive”.²⁴

Ao lado do pluralismo figuram ainda os propósitos de um jornalismo apartidário, crítico e moderno. O apartidarismo, conforme o Projeto Folhas, constitui estratégia de mercado para atingir o maior número possível de leitores e, conseqüentemente, de anunciantes. “Uma opção partidária significa (...) reduzir nosso impacto sobre a opinião pública e autocondenar-nos ao isolamento...” O sentido de moderno corresponde a uma proposta concreta de introduzir na discussão pública termos polêmicos, controversos, a fim de colocar em circulação novas idéias, novos enfoques, novas tendências. Crítico porque, além de relatar os fatos, pretende expô-los às críticas: “jornais não existem para adoçar a realidade, mas para mostrá-la à opinião pública de um ponto de vista crítico. Mesmo quando não está opinando nem interpretando, o jornalista deve estar criticando os fatos que noticia ao dissecá-los ...”.²⁵

(22) Folha de S. Paulo, editorial Privatizar antes que tarde, 16.9.94.

(23) Folha de S. Paulo, editorial Revelações petrificantes, 25.10.94.

(24) Folha de S. Paulo, Manual Geral da Redação, 1987, p.34.

(25) Idem.

Acerca da questão em análise, especificamente, o que observamos é que, quanto à apresentação do discurso sindical sobre a privatização, no período estudado, constitui, antes de tudo, uma forma de permitir o pluralismo de idéias, um dos pressupostos centrais de seu projeto editorial, mas de acordo com uma estratégia que nós qualificamos como reedição da singularidade construída.

Isso significa que a FSP direcionou seu discurso preferencialmente para

uma tese que induz à conclusão de que, “sem privatização não há solução para o Brasil”. O que podemos observar é que a Folha elaborou tal argumento, expressão de seu ponto de vista, por meio de sua política editorial e empenhou-se em reeditar, ao longo dos cinco anos em exame, os mesmos argumentos.

“

*Jornais não existem
para adoçar a
realidade.*

”

Ademais, o jornal utiliza-se dos próprios textos assinados por representantes e líderes sindicais para fixar o sentido da interpretação folhista. Isso ocorre de duas formas.

A primeira, com o processo de desqualificação do discurso sindical; a segunda pela refutação explícita desse discurso. Ambas concorrem para a afirmação e confirmação do discurso folhista, pelas seguintes razões:

a) ao desqualificar o discurso sindical, atribuindo a eles diversas conotações negativas, como “vozes do atraso”, “arautos da xenofobia”, etc., o jornal, quase que, automaticamente, promove uma campanha em prol dos argumentos favoráveis à desestatização, uma vez que, ao contrário do que ocorre quando se refere ao discurso sindical, a FSP usa apenas atributos positivos quando faz referência a opiniões e argumentos a favor da privatização;

b) ao refutar as teses contrárias ao PND, a Folha utiliza-se de uma retórica que, apesar de simplista e simplificadora, pode constituir mecanismo altamente convincente para seus leitores e para a opinião pública em geral. Isso ocorre, por exemplo, quando a FSP condiciona fenômenos tão almejados pela sociedade, como a modernização econômica e o desenvolvimento do país, ao processo de privatização.

5. COMENTÁRIOS FINAIS

Em termos gerais, a cobertura da *Folha de S. Paulo* caracteriza-se pela apresentação de três tipos de discurso: 1) o discurso pró-desestatização; 2) o discurso contrário; 3) o discurso intermediário.

Privatização e sindicalismo ...

Dentre todos os segmentos de opinião analisados, já que o trabalho original não se referia especificamente ao discurso sindical, fazem parte do primeiro tipo o próprio discurso da FSP, expresso sobretudo em seus editoriais, pela opinião empresarial, pela opinião de membros do governo e parte da opinião acadêmica e segmentos da opinião parlamentar. No segundo caso, é que se inclui o discurso sindical, juntamente com a opinião de parlamentares de esquerda, do movimento estudantil e de parte da opinião acadêmica. Já o discurso intermediário é constituído pela opinião de técnicos e especialistas, sobretudo da área econômica, além de segmentos da opinião acadêmica e da opinião parlamentar.

Tanto o discurso a favor como o discurso contrário apresentam características idênticas, a saber: simplificação, redundância e veemência. Por isso, atribuímos a ambos a denominação de discurso polêmico simplificador. Polêmico, porque, *a priori*, qualquer gênero discursivo pode suscitar polêmica. Simplificador porque a oposição de opiniões, nos dois casos em questão, consiste fundamentalmente em estratégia argumentativa para fixar o sentido de cada tendência, ou seja, reforçar uma interpretação determinada. Predomina o discurso parafrásico, ou seja, aquele que consiste em expressar o conteúdo de modos diversificados, à guisa de paráfrase, sem alterar sua essência, isto é, “permite a produção do mesmo sentido sob várias formas”, com base em uma matriz de linguagem.²⁶

Quanto ao discurso intermediário, o qual denominamos de **discurso polêmico analítico**, caracteriza-se pela polissemia e pela forma não-dicotômica e não polarizada de argumentar. Por apresentar diversas possibilidades de leitura e interpretação, permite a emergência da diversidade de nuances discursivas, tanto pela exploração das evidências, das dúvidas, das semelhanças e diferenças. Ao contrário do discurso polêmico simplificador, propõe-se mais a analisar as diversas facetas da questão e não em fixar uma determinada interpretação.

No caso específico do discurso sindical, bem como de outros segmentos que questionam a execução do Programa Nacional de Desestatização ou se posicionam claramente contra ele, aparecem nos textos que expressam a opinião da Folha com a conotação de sujeitos que “remam contra a maré”. Simplificam-se todas as suas razões e explicações ao estereótipo de inimigos da privatização”. A diversidade e o pluralismo de opiniões no âmbito do espaço redacional do jornal é permitida, mas limitada, pois, continuamente, editorialistas, articulistas e empresários combatem as opiniões expressas contra a desestatização. Entre os argumentos usados para criticar a

“ A cobertura da Folha caracteriza-se pela apresentação de três tipos de discurso. ”

(26) Eni P. ORLANDI, *Discurso e leitura*, p.20.

postura dos “inimigos”, está o que ao invés de favorecer o debate, tenta cerceá-lo, pois trata de um discurso fechado que estreita a amplitude do problema e descarta quaisquer raciocínios que não se alinham ao ideário que embasa as teses pró-desestatização.

O que concluímos é que tal estratégia foi utilizada para: a) desqualificar o discurso sindical, apresentando-o sempre com nuances e conotações negativas; b) neutralizar os argumentos apresentados pelos líderes sindicais e outros segmentos de opinião que se manifestavam contra o programa de privatização; c) associar o discurso sindical a idéias que expressam valores ultrapassados, a exemplo do ideário nacionalista.

Quanto aos argumentos usados pela FSP a fim de refutar o discurso sindical, o qual defende a manutenção da tutela do Estado nas atividades produtivas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, destacam-se: a) a apresentação das idéias do setor sindical como cristalização dos símbolos de uma cultura política considerada pela Folha como “arcaica e viciosa”, fundamentada no nacional-estatismo, datada e ultrapassada historicamente pelos novos valores, como o neoliberalismo e as idéias sobre modernidade econômica, para a qual a presença do Estado no setor produtivo constitui obstáculo; b) a ênfase às vantagens sociais que decorrem do processo de privatização, sobretudo a idéia de implementação da cidadania, sob a alegação de que os cidadãos brasileiros pagam um preço muito caro para a manutenção de um Estado “inchado”, “ineficiente”, “corrupto” e incapaz de gerir os bens públicos de forma a proporcionar o bem-estar coletivo, principalmente no que se refere à saúde, educação e segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FINANCIAL TIMES SURVEY: BRAZIL. *Financial Times*. Londres: 26 maio 1994, 6f.
2. FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual Geral da Redação*. São Paulo: 1987.
3. _____. *Novo Manual da Redação*. São Paulo: 1992.
4. NOVELLI, A. L. C. R. *O Projeto Folhas e a negação do quarto poder*. Brasília: 1994, 197f. Dissertação Mestrado, UnB.
5. ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

Saúde na imprensa: mudança social possível

Health and the press: possible social change

Beatriz DORNELLES

Professora de Jornalismo Científico da Faculdade
dos Meios de Comunicação Social (Famecos)
da Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul (PUCRS).

RESUMO

O trabalho mostra como a imprensa tem contribuído para alterar o atual quadro mundial na divulgação de temas científicos, Medicina, qualidade de vida e saúde pública e apresenta uma análise sobre mitos e preconceitos de jornalistas em torno da Medicina Alternativa e novas técnicas terapêuticas.

Para melhor entender a atuação da imprensa, o artigo registra, ainda, dados da Organização das Nações Unidas (ONU), Unicef e Banco Mundial sobre o Desenvolvimento Humano nos últimos 35 anos, que reforçam a necessidade da imprensa atuar como “mediadora social”, incluindo, dentre suas funções jornalísticas, a educativa.

Palavras-chave: Jornalismo. Medicina. Saúde.

ABSTRACT

The work shows how the press has contributed to change the recent world's publishing of scientific news, Medicine, life quality and public health. It also analyses some journalists myths and prejudice about Alternative Medicine as well as new therapeutic tendencies.

In order to better understand the influence of the press, the article presents some data from the United Nation Organization, Unicef and World Bank about Human Development in the last 35 years. The data emphasises the need for the press to act as a “social mediator”, including the educational aspect of the journalism.

Key words: Press. Medicine. Health.

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo, enquanto uma profissão que tem por objetivo fazer uma mediação social, dar vozes às minorias e defender os interesses legítimos daqueles que não detêm poder ou notoriedade (maioria da população é representada por pessoas anônimas), pode, se desejar, provocar mudanças sociais e individuais. Se, por outro lado, adotar uma postura conservadora, apenas servirá para reforçar a ideologia da classe dominante, hoje representada pelo paradigma da modernidade.

Para evitar a manutenção dessa visão de mundo, o jornalismo precisa aceitar, em primeiro lugar, as mudanças que se fazem necessárias neste final de século. As análises feitas em cima dos resultados obtidos com a prática do positivismo nos últimos 300 anos, ainda presente hoje nas ações daqueles que comandam a política e a economia do país, mostram que esse paradigma precisa de reformulações, pois não está mais atendendo à busca dos seres humanos. Várias atitudes, crenças, comportamentos, regras e normas da elite intelectual e econômica não deram certo. Observemos, por exemplo, os dados abaixo citados.

O Relatório do Desenvolvimento Humano - 1994, divulgado na segunda semana de setembro pela Organização das Nações Unidas (ONU), revela que neste final de século um bilhão, dos 5,66 bilhões de habitantes da Terra, passam fome. Um bilhão e cem milhões de pessoas têm uma renda diária de US\$ 1,00. Trinta e dois por cento da humanidade sobrevive em condições abaixo do índice mínimo de desenvolvimento humano, ou seja, um terço da população vive em condições de pobreza absoluta.

Paralelamente a esse quadro dramático, dados da ONU revelam que o número de países alinhados às Nações Unidas cresceu de 51 para 184, o que mostra que três quartos da população vive hoje sob regime relativamente democrático e pluralista.

Além disso, a pesquisa realizada pela ONU concluiu que de 1960 a 1992 o percentual de pessoas com nível satisfatório de desenvolvimento humano cresceu de 25% para 60%, o que seria totalmente positivo não fossem outros aspectos da sociedade que revelam a insatisfação psíquica e espiritual (saúde mental) dos homens na Terra. Analisemos, por exemplo, os dados econômicos também levantados pela ONU. As populações dos 54 países mais ricos do mundo concentram 60 vezes a renda das populações dos 55 países mais pobres. As despesas militares globais igualam-se ao conjunto de rendimento anual de 50% da humanidade.

Sáude na imprensa ...

Se analisarmos os dados da saúde, a situação agrava-se um pouco mais. Na África Meridional, por exemplo, 30% das crianças já nascem subnutridas. A maior parte das causas de morte nos países em desenvolvimento ainda se dá por doenças relacionadas com problemas de saneamento básico e higiene. Um quarto da população não tem acesso às necessidades básicas, como a água potável, por exemplo.

Especificando as causas das mortes dos habitantes da Terra, observamos que as infecções e doenças parasitárias matam 17 milhões de pessoas anualmente. Outros seis milhões de seres humanos morrem de doenças respiratórias; 4,5 milhões morrem de diarreia e 3,5 milhões, de tuberculose.

Nos países industrializados existe um médico para cada 400 pessoas. No Brasil, a relação é de um médico para cada 7 mil pessoas. Em 1993, o extermínio de menores no Brasil cresceu 40%, segundo dados do Unicef. Ainda conforme esse órgão, existem atualmente 200 mil crianças abandonadas, dormindo nas ruas das cidades do Brasil. O relatório da ONU de 1994 conta que um terço das mulheres nos países em desenvolvimento é agredido fisicamente por seus maridos e que a cada duas mil mulheres, uma já foi violada uma vez. Na África, a situação é aterrorizante. Mais de cem mil mulheres por ano são mutiladas com a retirada do clitóris em um primitivo processo de circuncisão feminina.

“ Mais de cem milhões de crianças morrerão na década de 90 por doença e desnutrição. ”

De 1980 a 1990, 47% da população brasileira viveu na pobreza total. Ou seja, são aproximadamente 72,4 milhões de pessoas pobres no Brasil, o que representa 5,6% do total de pobres do mundo inteiro. Conforme relatório do Unicef, mantidas as atuais tendências sócio-econômico-políticas, mais de 100 milhões de crianças morrerão na década de 90 por doença e desnutrição. As doenças que mais matarão serão a pneumonia, o tétano, o sarampo e a coqueluche, ou seja, morrerão pelas mesmas causas que milhões de crianças morreram no ano de 1900, segundo dados obtidos pelo Banco Mundial. Para evitar a morte dessas crianças, alerta o banco, são necessários US\$ 200 bilhões por ano. Essa quantia equivale aos gastos publicitários das companhias americanas de cigarros.

E como a imprensa tem contribuído para alterar esse quadro mundial, quando divulga notícias relacionadas à área de saúde, Medicina e qualidade de vida? No Rio Grande do Sul, pelo que se pode observar na leitura dos jornais do Estado, a cobertura ainda é muito incipiente. Os temas de saúde pública são muito pouco citados no noticiário. É importante destacar que saúde pública não é um tema que desperta a atenção de laboratórios farmacêuticos, mais interessados na Medicina curativa, que difunde o uso de medicamentos e de técnicas avançadas de tratamento, através de equipamentos de alta tecnologia.

A saúde pública requer e prega maior apoio à prevenção, já que a população de baixa renda (mais de 70% da população) não tem condições econômicas sequer de adquirir um antibiótico para tratar a pneumonia, que muito tem atingido as crianças gaúchas, principalmente durante o inverno.

A quase total omissão da imprensa no tocante à prevenção, se não é resultante de fatores econômicos, é porque há uma política editorial voltada quase que exclusivamente para os leitores de elite. Esquece-se, assim, do papel nobre do jornalismo de ser um mediador social e servir de porta-voz das classes menos favorecidas. Todos sabem que a imprensa, ao denunciar atitudes governamentais de qualquer natureza, força uma reação das autoridades. Quando os meios de comunicação lideram reivindicações da comunidade acabam atingindo seus objetivos com muito mais rapidez do que ocorreria sem sua participação.

“ *Do que adianta falar sobre doenças que atingem os pobres, já que eles não lêem jornal?* ”

A prática nobre do jornalismo parece estar se perdendo, inclusive, nos cursos de Comunicação. Muitos estudantes de Jornalismo e até profissionais que atuam no mercado, ao discutirem o assunto, perguntam: - “Do que adianta falar sobre doenças que atingem os pobres, já que eles não lêem jornal?”

No nosso entender, essa é uma postura, no mínimo, preconceituosa e de desconhecimento do papel e do poder da imprensa. O objetivo do jornalismo é, entre outros, defender direitos da população e reivindicar melhores condições de vida para toda a humanidade. E a imprensa tem esse poder.

Não temos dúvidas de que ela pode causar mudanças sociais profundas, desde que adote o caminho correto para lá chegar. Essa certeza provém dos resultados obtidos pelo jornal *Zero Hora*, junto à sociedade, por ocasião da publicação de determinadas matérias que tiveram por objetivo defender os menos favorecidos, principalmente aqueles que não se fazem ouvir pelas autoridades do Estado.

É o que descreveremos a seguir, ao relatarmos a história de alguns acontecimentos ocorridos com a equipe de jornalistas do *Caderno Vida*, suplemento semanal do jornal *Zero Hora*, responsável pela divulgação de assuntos ligados à Saúde e Medicina, com grande número de leitores e admiradores. Hoje, fazemos esta análise como pesquisadores de possíveis mudanças sociais provocadas pela imprensa escrita. Há um ano, participamos da história como jornalistas, tentando colocar em prática o gênero jornalístico a que temos nos dedicado nos últimos dez anos: o Jornalismo Científico, com função educativa.

Sáude na imprensa ...

2. REGRESSÃO

Uma das técnicas de psicoterapia mais questionadas pelos psicólogos ortodoxos, que seguem a linha freudiana, é a regressão. Primeiro, porque para fazê-la é necessário partir da hipnose, e Freud abandonou-a por não ter conseguido trabalhar com ela. Segundo, porque a regressão pressupõe a crença em vida após a morte, reencarnação e outras coisas que fogem à linha científica newtoniana-cartesiana. No entanto, o *Caderno Vida* do jornal *Zero Hora* teve o desprendimento científico de publicar no dia 20 de setembro de 1992 uma matéria sobre o assunto que valeu a capa do suplemento e quatro das oito páginas que possui. A matéria alerta para o fato de que os psicólogos de todo o Brasil estão desafiando as leis da ciência, estendendo a terapia de regressão ao que acreditam ser vidas passadas, com ajuda de métodos como a hipnose e o relaxamento mental. A ciência tolera - e pratica - apenas a regressão de idade, ou seja, até a vida uterina.

Esses psicólogos mais avançados, que pulam o tênue limite estabelecido pela ciência em busca de alguma luz para os mistérios da alma, da personalidade, da consciência e do inconsciente, consideram hoje a linha freudiana ultrapassada. Mas pagam o preço de sofrerem ferrenhas críticas dos psicólogos mais antigos e ortodoxos, que comandam as associações da categoria. E esses são os mesmos que atuam junto às redações de jornais, fazendo *lobby* pela ciência da modernidade e "acabando" com os métodos revolucionários da Psicologia. E o preconceito com essas técnicas passa a repercutir também junto à imprensa.

Como define Agnes Heller¹, "o preconceito é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. Os preconceitos sempre desempenham uma função importante também em esferas, que por sua universalidade, se encontram acima da cotidianidade, mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que elas comportam. Quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando, inclusive pessoalmente".

3. SÍNDROME DO PÂNICO

Ainda na linha de doenças mentais, o *Caderno Vida*, no dia 6 de dezembro de 1992, divulgou uma matéria sobre a Síndrome do Pânico, disfunção do cérebro que trabalha disparando alarmes em situações onde não há real perigo. A doença, cujas causas ainda são desconhecidas, atinge 4% da população.

(1) *O cotidiano e a história*, passim.

A matéria inicia-se com a descrição de uma paciente imaginária, no momento em que passa pela crise. “Tudo começa em um local amplo e com muita gente desconhecida. O medo de passar mal e não receber ajuda desencadeia uma série de sintomas. A crise é repentina e começa por um intenso desconforto. Associa-se ao medo de morrer, perder o controle mental, a consciência e a identidade. A pessoa pensa que vai enlouquecer e começam as manifestações físicas. Taquicardia, suor, frio, tremor, tontura, sensação de falta de ar, palidez e até desmaio. Tudo acontece em um período de 10 minutos e pode durar até uma hora. O indivíduo volta ao normal gradualmente e tem a sensação de ter tomado um grande susto”.

A simples descrição pormenorizada dos sintomas do pânico provocou a reação de diversos leitores que se manifestaram, basicamente, com a seguinte declaração:

“Quero agradecer enormemente a esse jornal por ter divulgado matéria sobre a doença do pânico. Há mais de dez anos sofro com esse problema, mas até antes de ler a matéria, pensava que era louca. Em cada crise sempre acabava no pronto-socorro e nunca ninguém diagnosticou a doença. Encaminho todos os atestados que recebi no decorrer da minha vida, onde os médicos disseram que eu tinha vários distúrbios, mas nunca falaram sobre a Síndrome do Pânico. Hoje, depois de tomar conhecimento desse distúrbio, finalmente procurei o profissional correto e já estou em tratamento. Obrigado pelo serviço que vocês têm prestado à comunidade gaúcha”.

4. MENOPAUSA

Matérias publicadas pela imprensa, com o objetivo de desfazer mitos, também são de extrema importância para a quebra de preconceitos. “Todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo”, afirma Agnes Heller².

Esse foi o caso da matéria, publicada no dia 30 de agosto de 1992, sobre menopausa. O título é sugestivo e provocante: “A perda do desejo sexual é conversa para marido dormir”. O texto inicia-se com a seguinte afirmação: “O fim dos ciclos menstruais e do período reprodutivo da mulher, a temível menopausa,

(2) Op. cit., p.26.

Sáude na imprensa ...

provoca vários distúrbios físicos no corpo feminino, além dos efeitos psicológicos, mas não causa a perda do apetite sexual". A matéria explica que talvez essa verdade não seja suficiente para compensar os desagradáveis fogachos, o mau humor, o nervosismo, a falta de sono, as dores e a perda de memória. Mesmo assim, para muitas mulheres é um alívio saber que os problemas sexuais na menopausa não passam de um mito, garantem a ginecologista e obstetra Jeanete Bodanezi e a sexóloga Rafaela Couto.

Os telefonemas feitos pelos leitores revelaram, no grupo que serviu para amostragem, que muitas mulheres e homens mantinham tais preconceitos. Tomar conhecimento da possibilidade de resolverem o assunto, encarando o problema de outro ângulo, fez com que mudassem suas vidas no casamento.

5. CÂNCER NA LARINGE

Outra matéria de grande repercussão, publicada pelo *Caderno Vida*, e que provocou importantes mudanças no comportamento dos leitores, tratou do câncer na laringe.

A matéria apresentava um novo processo tecnológico, a videoestroboscopia, que torna possível o diagnóstico ultraprecoce de lesões nas cordas vocais, ampliando as chances de tratamento e eliminação da doença. O aparelho permite filmar as cordas vocais em funcionamento, através de luz especial que dá a impressão de movimentos lentos ou quase parados, possibilitando o aperfeiçoamento no diagnóstico.

As explicações contidas no texto objetivando a identificação dos sintomas por possíveis pacientes com problema na garganta fizeram com que o otorrinolaringologista Nédio Steffen, pioneiro na técnica no Rio Grande do Sul, diagnosticasse câncer hiper-inicial em pessoas que leram a matéria e procuraram o profissional. O médico encaminhou carta para o jornal *Zero Hora*, registrando sua responsabilidade pela recuperação da voz de diversas pessoas que, se não tivessem sido alertadas para os sintomas, talvez morressem antes de saber o que tinham ou perdessem totalmente a voz, por procurarem ajuda tarde demais.

Sentimos, apenas, que tal técnica, tão sofisticada e importante para pacientes de câncer na laringe, não seja oferecida pelos convênios médicos e INPS. Somente pacientes particulares terão o privilégio de diagnosticarem com muita antecedência o câncer na laringe, o que possibilita a cura da doença sem maiores danos à saúde vocal.

6. TENSÃO PRÉ-MENSTRUAL (TPM)

Outro desequilíbrio que sofre muito com os preconceitos, por parte do sexo masculino, é a Tensão Pré-Menstrual (TPM). Eles resultam de juízos provisorios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão, como destaca Heller.

A matéria publicada pelo *Vida* chamava a atenção para uma decisão de médicos norte-americanos, que decidiram incluir a TPM no *Manual de Diagnóstico e Estatística das Doenças Mentais da Associação Psiquiátrica Norte-Americana*. Psiquiatras gaúchos foram ouvidos e unanimemente declararam ser contra tal medida, porque ela “criaria mais um rótulo em torno das mulheres na hora da admissão profissional, além delas já sofrerem pelo fato de terem garantias legais durante a gravidez e após o parto”.

Os profissionais do *Vida* tiveram o cuidado de mostrar que o problema pode ser controlado através de medicação, pois isso se faz necessário em muitos casos. A TPM causa alterações físicas, comportamentais e no humor da mulher, que deve receber um tratamento especial durante esse período. Assim, revelou que o comportamento de muitos homens para com as mulheres em TPM está totalmente equivocado.

O conteúdo da notícia incluiu uma lista de mudanças ocorridas durante a TPM, o que oportunizou o auto-diagnóstico por parte das mulheres e a compreensão dos homens.

7. SAÚDE MENTAL NO BRASIL

No dia 25 de abril de 1993, o *Caderno Vida* publicou um retrato da saúde mental do brasileiro, levantado por psiquiatras do Rio Grande do Sul, São Paulo e Brasília, causando grande repercussão e resultando em novas medidas governamentais na área da saúde. A matéria foi lida na Assembléia Legislativa do Estado e na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre por políticos preocupados com os dados da pesquisa. A Secretaria de Saúde do Estado e da capital gaúcha tomaram providências em função do material publicado, o que mostra a força da imprensa e sua viabilidade em provocar mudanças sociais.

Na capa do caderno, foram destacados alguns itens que particularmente chamaram atenção dos psiquiatras envolvidos na pesquisa: 34% dos porto-alegrenses precisam de tratamento psiquiátrico; 16% dos homens que vivem na

Sáude na imprensa ...

capital gaúcha abusam do álcool; 58% das mulheres de Porto Alegre, entre 45 e 54 anos, são deprimidas; 76% dos gaúchos na terceira idade estão com problemas psíquicos e 24% da população de Brasília sofre de ansiedade e fobias.

A pesquisa revelou, ainda, que 34% dos gaúchos e brasilienses e 19% dos paulistanos sofrem de perturbações psíquicas que vão da ansiedade e depressão à esquizofrenia e necessitam de tratamento.

O trabalho mostrou alguns dados surpreendentes, considerando a tendência internacional. Por exemplo, contrariando o que acontece em todos os outros lugares do mundo, no Rio Grande do Sul ser solteiro parece ser um fator de defesa contra a depressão. O índice de deprimidos é ainda menor quando o indivíduo, além de sozinho, é pobre. Ser católico e estar inserido no mercado de trabalho são outros fatores de proteção à depressão.

O índice de prevalência de um dos distúrbios pesquisados surpreendeu os psiquiatras gaúchos porque superou, em muito, a média mundial. O abuso ou dependência do álcool atinge 10% das populações dos países do Primeiro Mundo e preocupa as autoridades governamentais. Em Porto Alegre, o mesmo problema atinge 16% dos homens. Os valores encontrados em São Paulo e Brasília têm maior relação com o índice internacional: 8%. As mulheres alcançam nos três Estados taxas médias em torno de apenas 1%.

Outro dado surpreendente na pesquisa atinge as mulheres gaúchas. Elas são três vezes mais deprimidas que as brasilienses e paulistas. Incluindo os homens, o índice de Porto Alegre atinge 6,7%, cerca de cinco vezes mais que o 1,3% dos paulistanos e 0 1,5% dos brasilienses.

Separados por faixa etária e sexo, os números em Porto Alegre são novamente surpreendentes e superam os índices de Brasília e São Paulo. Os homens gaúchos com mais de 55 anos, por exemplo, são os mais afetados pelos distúrbios mentais, seguidos de jovens entre 25 e 35 anos. Na primeira faixa etária, 76% necessitam de tratamento. Esse índice nos mais jovens está em 60%. Em oposição aos dados do Rio Grande do Sul, São Paulo revela os menores índices para os mais velhos. Apenas 15% têm problemas. Brasília, por ter uma população muito jovem, não apresentou índices de distúrbios mentais para essa faixa etária.

Os jovens paulistanos também não apresentam grandes problemas. Somente 20% necessitam tratamento e, em Brasília, o número cresce para pouco mais de 30%. A faixa etária mais problemática para as mulheres é a de 45 a 54

“*No Rio Grande do Sul ser solteiro parece ser um fator de defesa contra a depressão.*”

anos, quando 58% do sexo feminino apresenta alterações mentais. O índice também é alto em Brasília: metade da população feminina entre, 35 e 54 anos, está psiquicamente doente. Os psiquiatras atribuem à menopausa a responsabilidade por grande parte dos problemas mentais do sexo feminino.

Os números apresentados acima, além de muitos outros, já que a metade ocupou cinco páginas do *Caderno Vida*, revelam que a saúde mental dos gaúchos, especialmente, vai muito mal. Esses distúrbios, no entanto, não recebem atenção dos órgãos da saúde pública que dão atendimento à população mais carente. Faltou na matéria uma reportagem em profundidade que mostrasse como os governos estão tratando o problema de distúrbios mentais, que muito podem alterar os resultados sócio-político-econômicos de uma sociedade.

Por outro lado, com tantas doenças mentais, entende-se porque existe uma busca atualmente, por parte da população, de técnicas alternativas da Medicina que possam aliviar os conflitos psíquicos, mentais e espirituais. A Medicina ortodoxa, seguindo os métodos cartesianos-newtonianos e freudianos, não conseguiu atender à população de forma satisfatória como fez, por exemplo, na área dos transplantes ou pelo que está fazendo com a engenharia genética. Por isso, vê-se crescer o culto a crenças, religiões e filosofias que acabam por explorar a necessidade de ajuda apresentada pelos seres humanos nesse final de século.

8. HIPERATIVOS

Outra matéria que sensibilizou a equipe de reportagem do *Caderno Vida* atingiu diretamente os interesses de crianças que muito devem sofrer porque os adultos desconhecem o problema da Hiperatividade com Déficit de Atenção. Mais de 100 telefonemas foram dados à redação do jornal *Zero Hora* por mães que procuravam saber como tratar de seus filhos que, provavelmente, sofriam de hiperatividade. Entre os telefonemas e cartas recebidos muitos eram de cidades do interior do Estado e até mesmo de secretários (as) municipais de Saúde interessados em ajudar crianças que apresentam sintomas da doença.

As crianças que sofrem desse distúrbio, conhecidas como hiperativas ou superagitadas, lutam contra um outro problema: o desconhecimento dos pais e dos professores sobre a doença. Em consequência, as hiperativas, tão ou mais inteligentes que seus colegas, passam por burras, mal educadas, chatas, rebeldes e intratáveis. A terapia, com participação de pais e professores, além de medicamentos, é básica no tratamento da hiperatividade, cujas causas são múltiplas.

Sáude na imprensa ...

Mais uma vez, o que provocou tantas reações nos leitores do *Vida* foi o fato de terem identificado seus filhos com a lista detalhada de sintomas, publicada pelo jornal juntamente com a matéria, objetivando educar os pais sobre o problema. A reportagem destacou, entre outros detalhes, todas as alterações mentais ocorridas nas crianças que apresentam o distúrbio.

8.1. Xixi na cama

Assim como a matéria dos hiperativos tentou levar ajuda aos pais e crianças que sofrem de um problema mental de pouco conhecimento dos médicos, no dia 24 de janeiro de 1993 o *Vida* publicou matéria que tentou esgotar o problema do "xixi na cama". Ambas obtiveram grande repercussão junto aos leitores, que em dezenas procuraram os especialistas citados pelo jornal.

Quanto ao xixi na cama, buscou-se destacar os mitos e verdades que circulam sobre o problema, além de apresentar possíveis soluções. O mais importante, no entanto, foi a citação das causas psicológicas que desencadeiam o xixi na cama, a exemplo do que se fez na matéria sobre os hiperativos.

9. AGRESSÃO NA INFÂNCIA

No dia 16 de maio de 1993, o editor do *Caderno Vida* na época, o jornalista Ivo Stigger, decidiu fazer um caderno temático, tratando apenas da agressão na infância. A matéria causou muita polêmica já entre os profissionais da redação do *Zero Hora*. Alguns achavam que matérias que tratam de violência repugnam o leitor e não devem ser publicadas. O editor e equipe do *Vida* defendiam que o problema deveria ser alertado para que as autoridades, familiares, vizinhos e amigos tomassem providências que viessem em defesa das crianças.

Na capa do *Caderno*, um texto, funcionando como um grande olho, destacava que a violência contra menores, que se distribui de maneira igual por todas as classes sociais, deixa marcas profundas no corpo e na mente. Adultos maltratados na infância costumam reproduzir esse comportamento, agredindo os filhos.

O medo das crianças, o silêncio conivente de familiares e vizinhos e o desconhecimento dos médicos nos setores de emergência no momento do diagnóstico contribuem para que apenas uma parte da violência seja denunciada. Ainda assim, o Instituto Médico Legal de Porto Alegre registra anualmente 1440 casos de maus-tratos a menores de 14 anos.

O tema é polêmico. Médicos e pais ainda não chegaram a um consenso sobre se um simples tapa na bunda é ou não uma forma de mau-trato. O *Caderno Vida* fala sobre essas dúvidas e mostra o que deve ser feito para proteger essas pequenas vítimas da violência. Abordou o tema por todos os lados, contextualizando-o na história e na sociedade. Além disso, mostrou os mitos e verdades que cercam o assunto. Por exemplo, um texto em destaque (fundo laranja) diz que é um mito pensar que incesto é raro. Ao contrário, ocorre em até 10% das famílias. É mito dizer que abuso sexual ocorre somente em classe baixa, pois ele é cometido em todos os grupos sócio-econômicos, educacionais, religiosos e culturais. É mito pensar que o relato das crianças sobre abuso sexual é fantasiado. As crianças não podem relatar aquilo de que não têm conhecimento e raramente mentem sobre terem sido submetidos a abuso sexual, mas podem omitir informações quando sob coação.

10. CONCLUSÃO

Durante a realização das matérias pôde-se observar que existem algumas radicais convergências entre médicos e jornalistas. Para os primeiros, qualquer tema deve ser divulgado e as pessoas precisam tomar conhecimento deles para poderem atuar frente aos problemas, contribuindo para mudanças sociais, comportamentais e culturais.

Já os jornalistas, que teoricamente deveriam estar preocupados em levar para a sociedade todos os problemas que a atingem, apresentam um discurso da “futilidade”³, fazendo ressalvas à publicação de alguns temas, sob o argumento de que o leitor não gosta de ler assuntos pesados e isso pode provocar o desprestígio do suplemento, além de não vender jornal. Outros argumentam, apenas, que ao verem as fotografias, que em alguns casos dizem tudo, como foi, por exemplo, a matéria sobre maus-tratos na infância, não quiseram nem ler o primeiro parágrafo da matéria. “Imaginem os leitores”, destacavam alguns deles. Esses jornalistas avaliavam a reação do público com base em suas características e gostos pessoais.

A cobertura da área da saúde, acreditamos, tem vários elementos para conseguir provocar mudanças sociais, pois ela atinge diretamente a sobrevivência das pessoas, a solidariedade, os valores cristãos, a religião, a fé, as crenças que se unem em alguns momentos em defesa da vida. Isso poderia ser muito bem explorado pela imprensa, o que não se verifica em função da mentalidade capitalista que hoje vem dominando as empresas de comunicação. Existe uma crença na cabeça daqueles que detêm cargos de chefia (editores, produtores, diretores e até alguns repórteres) de que doenças provocam repugnância. Então o que acontece é que o jornal *Zero Hora*, assim como outros, passou a tratar o tema apenas

(3) Albert O. HIRSCHMAN, *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça, passim*.

Sáude na imprensa ...

nas áreas que possam representar prazer aos leitores. É o caso, por exemplo, de matérias publicadas no mesmo *Caderno* sobre nutrição, esporte e cirurgia plástica, que atendem à vaidade, ou de notícias sobre técnicas desenvolvidas pela Medicina para tratar do embelezamento das pessoas. A descoberta de medicamentos também é um tema que agrada os editores de jornais, não só porque geralmente estão ligados à cura de doenças ou ao seu controle, mas também porque na área médica são os laboratórios farmacêuticos que mais contribuem com a publicidade.

Os temas ligados à saúde pública surpreendentemente recebem do jornal tratamento diferenciado em relação a outras doenças e técnicas avançadas da Medicina. Eles não são publicados no suplemento que trata da saúde, e sim na editoria de Cidade ou Geral. Isso significa que a saúde pública recebe bem menos espaço nos jornais e dificilmente a matéria permite uma reportagem em profundidade ou com enfoque educativo. Faz-se necessário que os jornalistas repensem sobre o assunto e tomem posições que venham a favor da maioria da população e não apenas da elite dominante, que possui condições econômicas para utilizar-se de qualquer método ou técnica da Medicina, sem falar que a saúde da classe A é bem superior à dos pobres. O primeiro passo a ser dado é a perda de preconceitos, que são claramente visíveis na postura dos jornalistas e atitudes frente aos problemas de saúde. O segundo é não só ouvir os especialistas da Medicina ortodoxa, mas também abrir espaços para a Medicina Alternativa, que tem se revelado popular, apesar das críticas que recebe por parte dos alopatas. Afinal, tudo tem surgido com o objetivo de atender às necessidades físicas, mentais e espirituais que têm causado grande sofrimento à espécie humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARENDT, Hannah. **Da Revolução**. Ática, 1988, vol.5.
2. _____. **Origens do Totalitarismo**. Companhia da Letras.
3. DOWBOR, Ladislau. **Espaço local, atores sociais e comunicação. Ecologia, Comunicação & Sociedade**. Editora IMS, 1993.
4. HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça**. Companhia das Letras, 1992.
5. MAMOU, Yves. **A culpa é da imprensa. Ensaio sobre a fabricação da informação**. Marco Zero, 1992.
6. RAMOS, Murilo César. **Educação, Comunicação e Cultura da Informação na Transição Pós-moderna**. (mimeo).
7. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Martins Fontes, 1983, 3ª ed.

Radialistas querem dar voz aos patrões

Broadcasters want to give a voice to the employers

Bruno FUSER

Doutorando na ECA/USP e professor do
Departamento de Jornalismo/Puccamp.

RESUMO

O Sindicato dos Radialistas do Estado de São Paulo realizou pesquisa, com nossa participação, com o objetivo, entre outros, de apreender de que forma se dá a recepção da comunicação desenvolvida pelos media da entidade, com especial ênfase ao boletim regular do Sindicato, o Antena Ligada. Com base na discussão sobre essas questões, chegou-se a um questionário com 16 perguntas, semi-estruturado, e foram feitas 538 entrevistas. Um dos resultados: 58% dos entrevistados consideram que o Antena Ligada deveria ouvir a "opinião dos patrões". Uma das hipóteses: apesar do que defende Verdelho (1986) e como Ferreira (1988), a imprensa sindical não é, muitas vezes, identificada pela categoria como seu porta-voz.

Palavras-chave: Comunicação. Política. Sindicato.

ABSTRACT

The State of São Paulo Broadcaster's Union did a research, with our participation, with the purpose of finding out how the reception of communication developed by the media of the entity. Special emphasis was given to the regular Union's leaflet "Antena Ligada". From the discussion about these questions, we elaborated a questionnaire with 16 questions, semi-structured and made 538 interviews. One of the results: 58% of the people interviewed said that "Antena Ligada" should listen to the "employers opinion". One of the hypothesis: despite what Verdelho (1986) defends and according to Ferreira (1988), the Union press is often not identified by the category as its spokesman.

Key words: Communication. Politics. Union.

Radialistas querem ...

1. INTRODUÇÃO

Um sindicato busca organizar os trabalhadores de um determinado setor, esforça-se para estabelecer vínculos de comunicação com a categoria e, num certo momento, através de pesquisa, verifica o que está ocorrendo, a quantas anda o contato que se tenta tornar cotidiano e intenso. O resultado, muitas vezes, pode revelar fatos bastante importantes para a compreensão da maneira como se dá a avaliação de um jornal sindical entre os trabalhadores e, também, os múltiplos aspectos intervenientes nesse processo.

É o que aconteceu com o Sindicato dos Radialistas do Estado de São Paulo. Criado em 1945, com cerca de 12 mil trabalhadores na sua base territorial, dos quais aproximadamente 4.500 são sindicalizados, em 1994 participou de atividade por nós desenvolvida na Universidade de São Paulo (curso de atualização em Comunicação Sindical, parte do PIES - Programa de Iniciação ao Ensino Superior, substituído posteriormente pelo PAE - Programa de Aperfeiçoamento de Ensino).

A partir desse contato, iniciamos discussões sobre a necessidade de se obter uma visão mais sistematizada dos trabalhos de comunicação que os sindicatos desenvolvem, em especial sob o ponto de vista do próprio trabalhador, aqui encarado como trabalhador-receptor.

Tais discussões ocorreram num primeiro momento em reuniões realizadas no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, com a participação de profissionais de comunicação que têm atuação em diversos sindicatos. Posteriormente, foram interrompidas enquanto atividade de grupo e centralizadas no próprio Sindicato dos Radialistas, voltadas especificamente para os objetivos a que se propunha a diretoria dessa entidade.

O trabalho partiu, portanto, de diversas preocupações. Nossas, no sentido de desenvolver estudo sobre as atividades de comunicação de um sindicato sob a ótica do receptor. Tal reflexão fazia parte do projeto de doutorado desenvolvido na ECA/USP e que, no ano anterior, resultara em uma primeira comunicação apresentada na reunião anual da SBPC, em Vitória. O centro dessa comunicação era a metodologia a ser desenvolvida em nosso projeto, incluindo, entre outros procedimentos, a realização de estudos amostrais que pudessem servir para o fornecimento de subsídios para pesquisa qualitativa e que a ela se somassem.

O Sindicato, por sua vez, em especial pela intercessão da assessora Eliane Ganev, mostrou-se sensível desde o primeiro momento a efetuar pesquisa que tivesse como um dos aspectos centrais a opinião da categoria sobre diversos aspectos da comunicação, além de outros pontos considerados essenciais pela diretoria da entidade.

Nas reuniões iniciais com a assessora do Sindicato, esta apresentava as preocupações da diretoria da entidade. Juntos, procuramos sistematizá-las na forma de pesquisa a ser desenvolvida entre a categoria. Entre essas questões estavam:

1) a necessidade de se obter informações mais precisas sobre que avaliação a categoria fazia da ação do Sindicato (nas questões salariais, de jornada de trabalho, de saúde do trabalhador, das lutas gerais dos trabalhadores e específicas dos radialistas e trabalhadores de comunicação);

2) da mesma forma, era objetivo perceber-se a avaliação dos radialistas sobre a diretoria do Sindicato, se estava sendo estabelecido contato efetivo entre a direção e a base, entendendo-se essa presença direta como uma forma de comunicação, embora não desenvolvida pelos media, mas importante na pesquisa e na compreensão de como se dá a relação trabalhadores-dirigentes;

3) outro bloco da pesquisa se configurou especificamente em torno da questão da comunicação desenvolvida pelos media do Sindicato, com especial ênfase não só ao boletim regular da entidade, o *Antena Ligada*, mas também a outras formas de comunicação, como bottons, adesivos, cartazes, carros de som, camisetas, também utilizados pelo Sindicato;

4) um pequeno bloco procurava detectar a opinião da categoria em relação às centrais sindicais e à FITERT - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão;

5) outro bloco, finalmente, tratava de questões relativas à caracterização sócio-econômica dos radialistas.

Com base na discussão sobre essas questões, chegou-se a uma versão do questionário a ser aplicado entre os integrantes da categoria. Em seguida, contatou-se empresa especializada para efetuar o trabalho de campo, com a qual foram discutidas algumas alterações nas questões inicialmente formuladas. Chegou-se a um formulário com 16 perguntas, semi-estruturado, com questões abertas, fechadas e encadeadas.

Foram feitas 538 entrevistas, de forma aleatória, casual, mas concentradas nas seguintes empresas: SBT, Bandeirantes, Record, Globo, Cultura e Gazeta, além de outras 13, também da Capital (81% do total). Também foram ouvidos radialistas de Campinas (11%), Santos (4%) e São José dos Campos (4%).

“

Foram feitas 538 entrevistas, de forma aleatória, casual.

”

Radialistas querem ...

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO

Conforme comentado acima, uma de nossas preocupações foi utilizar tal estudo como parte do trabalho mais geral de nosso projeto de doutorado, *Análise da política de comunicação da CUT e sua recepção pelos trabalhadores da respectiva base; o caso dos metalúrgicos do ABC*. As informações difundidas através de sindicatos é facilmente avaliada ao constatar-se que a tiragem mensal de jornais sindicais, no Brasil, chega a 12 milhões de exemplares.¹ Apenas dois sindicatos filiados à CUT - Metalúrgicos do ABC e Bancários de São Paulo - são responsáveis, na região metropolitana da capital paulista, por cerca de 200 mil exemplares diários! Levantamento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo dava conta da produção, nos primeiros seis meses de 1990, de 5.064.100 exemplares, entre diversos materiais de comunicação.²

“ A tiragem mensal de jornais sindicais, no Brasil, chega a 12 milhões de exemplares. ”

Berço do novo sindicalismo e da CUT, presidido por Lula, Jair Meneghelli, Vicentinho e atualmente por Heiguiberto Della Bella Navarro (Guiba), esse sindicato unificou-se em 1992 com o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e região. Edita o jornal *Tribuna Metalúrgica*, órgão diário de comunicação da entidade, e a revista trimestral *Ligação*, além de outras publicações menos importantes, voltadas para os trabalhadores de determinadas fábricas ou grupo de empresas. A *Tribuna Metalúrgica* tem uma tiragem de 50 mil exemplares e é lida por aproximadamente 170 mil trabalhadores, segundo avaliação do sindicato. A revista *Ligação* tem tiragem de 95.000 exemplares (edição de fev/mar/abr de 1995). A categoria é formada por 120 mil trabalhadores, dos quais 60 a 70% se concentram em médias e grandes empresas, num total de 1.300; a categoria filiada ao sindicato chega a 80.500 trabalhadores, ou seja, 70% do conjunto. Com a unificação somaram-se cerca de 30 mil trabalhadores, distribuídos por 400 empresas. Da base de Santo André, aproximadamente 80% da categoria concentra-se nas 20 maiores indústrias.

Dada a importância desse sindicato e dessa categoria, diversas pesquisas vêm se dedicando ao estudo e discussão da comunicação social desenvolvida pelos mesmos.³ No entanto, a maior parte desses trabalhos dedica-se

(1) Maria Nazareth FERREIRA, *Comunicação sindical em época de crise*, passim.

(2) Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1990.

(3) L. MOMESSO, *Imprensa sindical - O metalúrgico: O jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*, passim; Dennis de OLIVEIRA, *Imprensa sindical, greve e consciência de classe*, passim; Roseli A. FIGARO, *O discurso da imprensa sindical - formas e usos*, passim.

essencialmente à análise do conteúdo das publicações, seu caráter, sua inserção dentro das atividades gerais dos sindicatos, a periodização e caracterização da imprensa sindical, mas dificilmente detém-se no estudo da recepção dessa imprensa.

Também são praticamente inexistentes as pesquisas específicas nesse campo a partir das teorias da comunicação que vêm se delineando mais recentemente no Brasil e no Exterior, em especial na América Latina. Não se tem, portanto, delineada com clareza uma questão essencial: de que formas, por que meios o receptor se apropria dessa informação que é veiculada por tais sindicatos?

Estudos específicos sobre a imprensa dessas entidades são ainda relativamente escassos. Conforme salienta Lins da Silva⁴, o que existe no campo da imprensa sindical são apenas referências rápidas e não sistematizadas encontradas em obras a respeito de sindicalismo, em memórias ou biografias de líderes políticos ou sindicais e em histórias da imprensa. Alguns trabalhos são exceção, como os de Maria Nazareth Ferreira⁵, pesquisadora que coordena na ECA/USP estudo na área de imprensa operária denominado *Imprensa de Classe e Conflito Social*.

Conforme descrito anteriormente, vários sindicatos hoje consideram comunicação como um de seus setores prioritários e destinam significativos recursos para o setor. Momesso⁶ traça um apanhado geral de um caso específico, o do jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, enquanto Fíguro⁷ dedica-se ao estudo de caso da imprensa de três sindicatos: Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Metalúrgicos de São Paulo, Metroviários de São Paulo e Motoristas e Trabalhadores em Transportes Urbanos de São Paulo. Com outros trabalhos, como o de Oliveira⁸, tais pesquisas contribuem para a compreensão de como se articula o discurso dos líderes sindicais através de seus veículos de comunicação.

3. ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS

Se, por um lado, há carência de pesquisas específicas sobre a recepção de produtos culturais originados de entidades sindicais, por outro há que se

(4) Carlos Eduardo LINS DA SILVA, *Imprensa sindical na América Latina*, passim.

(5) Maria Nazareth FERREIRA, *Comunicação sindical em época de crise*, passim;
A imprensa operária no Brasil, passim; *Comunicação e resistência na imprensa proletária*, passim.

(6) Op. cit.

(7) Op. cit.

(8) Op. cit.

Radialistas querem ...

considerar que estudos diversos sobre recepção, com temática e abordagem diversificadas, têm aumentado nos últimos anos, com importantes contribuições de pesquisadores latino-americanos. Fausto Neto afirma que o conhecimento daquilo que a recepção faz com os discursos que lhes são endereçados não se garante por técnicas de mensuração e, nem tampouco, pelo teste de variáveis, o que obrigaria a quem trabalha com esse problema utilizar técnicas de natureza qualitativa⁹.

O mesmo autor ressalta que a articulação de um conjunto de procedimentos que intermediam a emissão e a recepção “nos impõe reconhecer que estamos no interior de redes e relações sistemáticas entre instâncias e contextos não discursivos e discursivos”. Estabelece-se, segundo ele, um “contrato de leitura” para cujo estudo temos de levar em conta processos e regras que já estão imbricados no próprio receptor, e não apenas tentar revelar um lado “oculto” da mensagem produzida.

Esse novo estatuto que é conferido ao receptor - o de que ele é um sujeito no processo de recepção - requer nova postura metodológica, como adverte Jacks¹⁰: “Na relação entre emissor e receptor, que não é direta, aparece o papel das mediações, elementos que compõem a urdidura onde a trama cultural se realiza, pano de fundo para a atuação dos produtos massivos e para a compreensão da apropriação cultural feita pelo receptor”.

Sousa¹¹ destaca que a própria atribuição do termo receptor ao telespectador - vale dizer, ao consumidor de um veículo determinado de comunicação - mostra o caráter de fragmentação e de divisão com que o processo de comunicação é trabalhado.

Canclini¹² assinala que “a hegemonia cultural não se realiza mediante ações verticais através das quais os dominadores aprisionariam os receptadores: entre uns e outros se reconhecem mediadores como a família, o bairro e o grupo de trabalho”.

Segundo Barbero, “o eixo do debate passa dos meios às mediações, isto é, às articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, às diferentes temporalidades e à pluralidade de matrizes culturais” (1990: 203). Para o autor, existe hoje

“uma sensibilidade política nova, não instrumental nem finalista, aberta tanto à institucionalidade como à cotidianidade, à subjetivação dos atores sociais e à

(9) Antonio FAUSTO NETO, *A deflagração do sentido: estratégias de produção e captura de recepção*, passim.

(10) Nilda A. JACKS, *A recepção na querência: estudo da audiência e da identidade cultural gaúcha como mediação simbólica*, p. 35.

(11) Mauro Wailton de SOUZA, *A rosa púrpura de cada dia*, passim.

(12) Nestor Garcia CANCLINI, *El consumo sirve para pensar*, passim.

multiplicidade de solidariedades que operam simultaneamente na nossa sociedade. E de uma linguagem que busca afirmar a imbricação na economia de produção simbólica e da política na cultura *sem quedar-se na operação dialética pois mistura saberes e sentires, seduções e resistências que a dialética desconhece*. É como mestiçagem e não como superação - continuidades na descontinuidade, conciliações entre ritmos que se excluem - como se estão fazendo pensáveis as formas e sentidos que adquire a vigência cultural das diferentes identidades: o indígena no rural, o rural no urbano, o folclore no popular e o popular no massivo. Não para pouparmos contradições, sim para sacá-las do esquema e mirá-las fazendo-se e desfazendo-se: brechas nas situações e situações de brecha”.¹³

Mais à frente, Barbero destaca: “O campo que denominamos mediações se acha constituído pelos dispositivos através dos quais a hegemonia transforma desde dentro o sentido do trabalho e a vida da comunidade”.¹⁴

Desde três tipos de âmbitos distintos se vai configurar essa cultura de bairro: os constituídos por fatores alheios, como a escola; os que constituídos de fora são sem embargo dotados de significação própria, como o café; os que são criação em boa medida autônoma dos setores populares, como as bibliotecas e os clubes.¹⁵

Outro autor a abordar tais temas é Rodrigues¹⁶. Para ele, o discurso moderno compreende “uma multiplicidade indefinida de mundos, de peças e de regras, elevando a um número incalculavelmente elevado as figuras prováveis e as derivas possíveis”. Após traçar um paralelo entre a “epistemologia do aleatório” que elege o discurso como estratégia de mediação e de elaboração do sentido, o pesquisador português afirma que uma das diferenças fundamentais entre o xadrez e o discurso é que no jogo o xeque-mate é seu termo final, “ao passo que não existe termo à sucessão ilimitada dos lances do discurso”.

Lopes¹⁷ vai fazer diversas críticas a aspectos de algumas dessas propostas, em especial à teoria das mediações. Para ela, “os atuais avanços internacionais nos estudos qualitativos da recepção não conseguem transcender o marco de uma defesa liberal da cultura de massa, o que faz com que a crítica cultural e política não seja suficientemente retida nesses estudos”. No entender da pesquisadora, para as pesquisas de recepção superarem tais limitações

(13) Jesus Martín BARBERO, *De los medios a las mediaciones*, 1990, p. 205-206.

(14) *Id.*, *ibid.*, p. 207.

(15) *Id.*, *ibid.*, p. 214.

(16) Adriano Duarte RODRIGUES, *Estratégias da comunicação*, 1990.

(17) Maria Immacolata Vassallo de LOPES, *Estratégias mercadológicas da pesquisa de recepção*, 1992: 1.

Radialistas querem ...

"trata-se, em primeiro lugar, de inserir os enfoques da recepção, notadamente a chamada teoria das mediações, dentro do parâmetro das recentes teorias das classes sociais, em que se retoma a questão das determinações sociais".¹⁸

Na questão da estruturação do cotidiano, Lopes aponta:

"O que o modelo das mediações se propõe a analisar são os sentidos sociais amplos da interação das pessoas com os meios enquanto interagem entre si. Ao nível dos procedimentos metodológicos da pesquisa empírica dessa interação a que tem se denominado etnografia da recepção ou pesquisa qualitativa de audiência, o que se verifica é uma enorme dificuldade em transcender o nível de análise microsocial das mediações. Aqui não se quer reeditar a dicotomização entre processos micro e macro, de resto já superada no método dialético através das categorias concretas e abstratas de análise das relações entre as partes e o todo. O fundo da questão na pesquisa empírica é o de realizar essa dialética entre o nível das relações interpessoais e o nível da estrutura social, que aqui correspondem respectivamente ao cotidiano e à sociedade global".¹⁹

Os desafios que elegemos se aproximam dessa última perspectiva, de procurar efetuar um estudo amplo, que tangenciem dentro do possível o quadro traçado por Lopes em outra oportunidade, com base na caracterização feita por Jensen, segundo quem

"a pesquisa de recepção é, acima de tudo, a insistência em que os estudos incluam uma análise empírica comparativa dos discursos dos meios com os discursos da audiência, da estrutura de conteúdo com a estrutura das respostas da audiência relativas àquele conteúdo. Os resultados dessa análise são então interpretados com referência ao sistema sócio-cultural circundante que, novamente, é conceituado como uma configuração histórica das práticas sociais, contextos de uso e comunidade interpretativas".²⁰

(18) Id., *ibid.*, 1992B:1.

(19) *Op. cit.*, p.10.

(20) *Op. cit.*, p. 78-86.

Apoiado nesse quadro amplo, Lopes²¹ propõe a combinação de: 1) entrevistas em profundidade e a observação participante; 2) *surveys* amostrais com questionários e entrevistas estruturadas; 3) projetos experimentais; 4) análise categorial de conteúdo na realização de pesquisas de recepção. Tais processos, assinala a autora,

"devem ser vistos como parte integrante das práticas culturais que articulam processos tanto subjetivos como objetivos, tanto micros (ambiente imediato controlado pelo sujeito) como macros (estrutura social que escapa a esse controle). A recepção é então um contexto complexo e contraditório, multidimensional em que as pessoas vivem o seu cotidiano. Ao mesmo tempo, ao viverem esse cotidiano, as pessoas se inscrevem em relações de poder estruturais e históricas, as quais extrapolam as suas práticas".

Dessa forma, esse trabalho desenvolvido junto ao Sindicato dos Radialistas reveste-se necessariamente de uma certa precariedade: é apenas, num quadro metodológico mais geral, uma pequena parte. Mas, ressaltamos, uma parte inicial e importante, que permite apontar rumos para nortear futuras pesquisas, que ampliem o leque de abordagens para a compreensão de como se dá o fenômeno do consumo cultural de produto tão importante como a comunicação sindical.

4. INSTRUMENTO DE CLASSE?

Voltando à pesquisa no Sindicato dos Radialistas, um dos seus dados mais marcantes, no que se refere especificamente à comunicação, é a opinião dos trabalhadores sobre um aspecto da política editorial presente nesse e em quase todos os jornais sindicais: segundo a categoria, ao contrário do que praticam quase todos esses veículos, deveria haver a "opinião dos patrões". Nada menos que 58% dos 538 trabalhadores entrevistados consideram que essa deveria ser a posição editorial adotada pelo *Antena Ligada*, o boletim do Sindicato.

Tal resultado contradiz, ou, ao menos, questiona de maneira bastante radical posições como as de Valdeci Verdelho²², quando define a imprensa sindical como "comunicação das classes trabalhadoras", uma "comunicação, sob todos os aspectos, instrumento dos trabalhadores na luta contra a exploração econômica e a opressão política".

(21) Op. cit., p.43.

(22) Valdeci VERDELHO, A nova imprensa sindical, p. 81-82.

Radialistas querem ...

Fíguro²³, por exemplo, em *O discurso da imprensa sindical - formas e usos*, destaca, ao analisar jornais de quatro sindicatos da região metropolitana de São Paulo (Metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo e Diadema, dos Metroviários de São Paulo e dos Motoristas e Trabalhadores no ramo de Transportes Urbanos de São Paulo):

"A Imprensa Sindical constitui modalidade de comunicação popular, com um discurso próprio, diferenciado do discurso da Grande Imprensa. É um discurso que não mascara seu caráter de contraposição, sendo este sua própria razão de existir. (...) embora diferenciado, o discurso da Imprensa Sindical nem sempre é um discurso classista (classe-contraclasses). Ele é um discurso que reflete as macro-visões divergentes existentes na sociedade, em relação a um projeto político para o Brasil e para o movimento sindical".

Se concordarmos com essa análise, maior importância ainda ganha o fato de integrantes de uma categoria de trabalhadores terem uma opinião tão divergente daquela posição editorial adotada pela maioria dos jornais de sindicatos filiados, como o dos radialistas, à Central Única dos Trabalhadores.

Interessante assinalar, ainda, que esse percentual é maior entre os sindicalizados (62%) do que entre não sindicalizados (53%). Uma hipótese aventada para essa situação é a de que os mais jovens, na categoria, teriam uma posição mais "de luta", menos de conciliação. E é entre os mais jovens que se concentram os não sindicalizados (até 25 anos 38% dos trabalhadores não são sindicalizados, enquanto os sindicalizados compõem 21% dessa faixa etária). Ou seja, os não sindicalizados seriam mais jovens, compartilhariam menos com essa posição eminentemente liberal acerca da imprensa e da comunicação.

A avaliação do boletim traz outras informações importantes: não é por falta de difusão de informações que a categoria tem tal opinião, visto que o boletim é bem distribuído, é lido, é compreendido e elogiado no que se refere a outros aspectos.

Vejam: à pergunta se é de fácil leitura/compreensão, 64% responderam que concordam totalmente, 14% concordam em parte, e 17% não sabem avaliar. Foi um dos índices mais baixos de "desconhecimento" (respostas "não sei"). Sobre se tem bom visual/diagramação, o índice de concordância total foi de 47%, e se tem boas ilustrações, 43%. Há, portanto, uma conclusão a se extrair de tal pesquisa - além daquela assinalada acima, sobre a visão liberal da imprensa: a de que o boletim é bem aceito, bem lido, eficiente no que diz respeito a conseguir estabelecer contato com categoria.

[23] Op. cit.

Um questionamento que se poderia levantar quanto a esses dados é no que se refere, em primeiro lugar, se de fato o jornal é recebido, e de que maneira. Pois bem, 42% concordam total ou parcialmente que a entrega é pontual; é verdade que 33% responderam “não sei” a essa pergunta, mas, se compararmos com as críticas feitas espontaneamente (resposta aberta) à comunicação do sindicato, verificaremos que somente 6% levantaram a questão categorizada como “não recebem jornal/distribuição ruim”.

Outro questionamento ao que estamos considerando como eficiência do boletim, no estabelecimento de contato com categoria, poderia ser analisado ao se estudarem as respostas a outras perguntas. Por exemplo, se o boletim cumpre a função, a que se propõe, de esclarecer e informar a categoria. Surge aí elemento interessante de discussão: 32% concordam totalmente, 38% em parte, 18% não sabem e pequeno percentual (8%) discorda, total ou parcialmente.

A maior razão que se pode supor quanto a isso é eventual divergência quanto ao teor da informação publicada. Pois bem: ao se indagar se o radialista considera que o Antena Ligada divulga “opiniões que coincidem com as minhas”, as respostas são mais claras: apenas 17% concordam totalmente; 38% concordam em parte; a discordância (total e parcial) sobe a 19%. Comparando-se esses dois últimos dados, podemos inferir que, ainda que um significativo percentual de trabalhadores discorde das opiniões expressas no boletim, o mesmo cumpre a função, a que se propõe, de informar e esclarecer a categoria.

Podemos, num primeiro momento, levantar algumas hipóteses explicativas para a interpretação (a forma como se dá o consumo desse tipo de informação) que a categoria dá aos boletins do Sindicato. Uma, inicial, é a de que, apesar do que defende Verdelho e outros autores, como Fígaro, a imprensa sindical não é, muitas vezes, identificada pela categoria como seu porta-voz, evidentemente até mesmo por um eventual distanciamento entre a diretoria da entidade e os trabalhadores que compõem a respectiva base. Seria, assim, muito mais apropriadamente caracterizada, como argumenta Araújo²⁴, a expressão de uma comunicação institucional, determinada pelas próprias relações que essa instituição (identificado com sua diretoria, da maneira clássica como se dá a comunicação institucional, e não com a base, ou com um sentido classista que se pretendia ver necessariamente expresso na comunicação por esse sindicato desenvolvida) estabelece com a sociedade.

Essa mesma pesquisadora afirma que a imprensa sindical não consegue resistir aos padrões vigentes, exatamente aqueles que ela aponta como renovadores, que foram os padrões introduzidos pela Oboré Editorial. Diz ela que

(24) Sílvia M. Pereira ARAÚJO, *Imprensa sindical: instrumento de ação e objeto de conhecimento*, passim.

Radialistas querem ...

a organização sindical está desarmada para resistir à sedução dos meios de comunicação.²⁵ Em certa medida, essa “sedução” viria a reforçar a hipótese de Oliveira²⁶. Esse jornalista da imprensa sindical e pesquisador analisou o discurso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema na greve geral de 1983, a partir dos editoriais da *Tribuna Metalúrgica*, órgão oficial da entidade. Efetuada a análise de conteúdo dos textos, ele ressalta:

"A despolitização deste discurso decorre não somente das limitações próprias da consciência formada apenas na luta sindical, mas, no caso brasileiro, é agravada pelas características da estrutura sindical do país, onde o caráter de representação surge por mecanismos formais (legais). (...) A busca da legitimidade via mecanismos formais, ou seja, de reconhecimento do Estado, passa a ser o caminho apresentado como natural para a conquista da legitimidade. Por isto, há um descolamento do interlocutor no discurso do sindicato: ele deixa de se referenciar na sua base e passa a se referenciar ao aparelho de Estado".

Uma outra hipótese explicativa, que se soma à anterior, e não se contrapõe a ela, é que de fato essa comunicação representa os interesses da categoria que a desenvolve - mas esses interesses não são os da classe operária, particularmente quando se trata de sindicato de trabalhadores de classe média, como os radialistas. Segundo Boito²⁷, tais trabalhadores assalariados “inserir-se-ia de maneira distinta na produção social (...) o trabalhador de classe média tende (...) a rejeitar a organização e a luta sindical”.

Essa rejeição à organização e à luta sindical seriam responsáveis pela negativa à resposta se a categoria compartilha das mesmas opiniões expressas no jornal. O discurso do jornal estaria mais próximo do sindicalismo operário do que do sindicalismo de classe média, mas a ideologia expressa pela categoria se manteria mais no que Boito chama de “sindicalismo meritocrático”. Criar-se-ia, assim, um “descompasso” entre o discurso do jornal (vale dizer, dos dirigentes sindicais) e a ideologia dos trabalhadores da base.

O mesmo autor assinala: “Dadas determinadas condições, o trabalhador de classe média pode aderir ao sindicalismo, mas o fará sem ultrapassar o limite dado pela sua situação de classe, o que significa, concretamente, a prática de um sindicalismo marcado pelo corporativismo profissional”. Isso permitiria compre-

(25) Id., *ibid.*, p.76.

(26) *Op. cit.*

(27) Armando BOITO JR., *Classe média e sindicalismo: uma nota teórica*, p.3.

ender melhor, também, a visão liberal expressa pela categoria estudada, no que se refere à opinião favorável a que se mostre nos jornais do sindicato a “posição do patrão”. Vale ressaltar que informação importante que surgiu na pesquisa, e que pode ser considerada como aspecto que reforça o ponto de vista de Armando Boito Jr., é que nada menos que 82% da categoria afirma não participar de assembléias e reuniões do Sindicato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAÚJO, Sílvia M. Pereira. **Imprensa Sindical: instrumento de ação e objeto de conhecimento - 1976-1990**. São Paulo, 1991. Tese doutorado, ECA/USP.
2. BARBERO, Jesus Martín. **De los medios a las mediaciones**. México: Gustavo Gilli, 1990.
3. BOITO JR., Armando. **Classe média e sindicalismo: uma nota teórica**. junho 1985. (mimeo).
4. CANCLINI, Néstor García. **El consumo sirve para pensar**. In: Diálogos de la comunicación. Lima: n°30, FELAFACS, junio 1991.
5. FAUSTO NETO, Antonio. **A deflagração do sentido: estratégias de produção e captura de recepção**. In: Textos de Cultura e Comunicação, Salvador: no. 27, p. 58-80, 1º sem. 1985, Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal da Bahia.
6. FERREIRA, Maria Nazareth. **Comunicação sindical em época de crise**. In: Simpósios em Comunicações e Artes. São Paulo: ECA/USP, n° 10, 1992.
7. _____ . **A imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.
8. _____ . **A imprensa operária no Brasil: 1880-1920**. Petrópolis: Vozes, 1978.
9. _____ . **Comunicação e resistência na imprensa proletária**. São Paulo, 1990. Tese livre-docência, ECA/USP.
10. FIGARO, Roseli A. **O discurso da imprensa sindical - formas e usos**. São Paulo, 1993. Dissertação Mestrado, ECA/USP.
11. JACKS, Nilda A. **A recepção na querência: estudo da audiência e da identidade cultural gaúcha como mediação simbólica**. São Paulo, 1993. Tese doutorado, ECA/USP.

Radialistas querem ...

12. LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Imprensa sindical na América Latina.**
In: Cadernos Intercom. São Paulo: Intercom, março 1982, p. 7-23.
13. LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Estratégias metodológicas da pesquisa de recepção.** In: INTERCOM - Rev. Bras. de Comunicação. São Paulo: vol. XVI, nº 2, jul/dez 1992, p.78-86.
14. _____ . **Recepção, classes, poder e estrutura. (No cotidiano, sumiram as classes? Desapareceu o poder? Evaporou-se a estrutura?).** Texto apresentado no GT Comunicação e Recepção. XVI Congresso INTERCOM, Vitória, 3 a 7/9/1993. (mimeo).
15. MOMESSO, L. **Imprensa sindical - O Metalúrgico: O jornal do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo - 1942/1982.** São Paulo: 1985. Dissertação Mestrado, IMES.
16. OLIVEIRA, Dennis de. **Imprensa sindical, greve e consciência de classe.** São Paulo: ECA/USP, 1992.
17. RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação.** Lisboa: Presença, 1990.
18. SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. **Projeto imprensa.** São Bernardo, 1990. (mimeo).
19. SOUSA, Mauro Wilton de. **A rosa púrpura de cada dia.** São Paulo: 1990. Tese livre-docência, ECA/USP.
20. VERDELHO, Valdeci. **A nova imprensa sindical.** In: Festa, Regina e Silva, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação popular e alternativa no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 1986.

Para um novo jornalismo econômico

For a new economic journalism

Cláudia LAHNI

Pós-graduanda em Jornalismo na Faculdade
Casper Líbero; professora de Jornalismo
Sindical e Comunitário/ Puccamp.

RESUMO

O texto analisa o jornalismo econômico no Brasil, utilizando como exemplo a greve dos trabalhadores da Mercedes-Benz, em outubro de 1995, em que se detecta uma falta de contextualização nas matérias e sua desvinculação do noticiário político. A abordagem inclui uma revisão histórica do jornalismo econômico, revelando que, apesar das reformas gráficas, o conteúdo do noticiário ainda deixa muito a desejar. Constata-se, também, que o despreparo do profissional contribui para o quadro criticado. A conclusão a que se chega é que o jornalismo econômico precisa dar um salto de qualidade.

Palavras-chave: Noticiário econômico. Preparo profissional.

ABSTRACT

The text analyses the economic journalism in Brazil, using as an example the coverage of the firing of Mercedes-Benz workers, in October of 1995. We can notice the lack of contextualization in this piece of news, including a disconnection from the political news. The article includes an historical review and that despite some attempts of improvement with graphs and tables, no significant changes have occurred. The lack of skilled professionals has greatly contributed to this situation. Therefore, it is necessary to improve qualitatively the economic news in Brazil.

Key words: Financial news. Professional skills.

Para um novo jornalismo ...

1. INTRODUÇÃO

Mercedes pagará aos funcionários participação nos resultados.

Mercedes instalará nova fábrica no Brasil.

Mercedes demite 1.782 trabalhadores.

Em cerca de cinco meses (de junho a outubro de 1995), as frases acima foram separadamente destaques nos noticiários econômicos. Até onde pude ver, pesquisar e analisar, entretanto, em nem ao menos um veículo (lamentavelmente dessa constatação não escapam os chamados alternativos) foi feita uma ligação entre essas três notícias. Esse sem dúvida é um exemplo que expressa muito bem até que ponto chegam as falhas do noticiário econômico atual: a abordagem das matérias deixa a desejar quanto à contextualização das notícias, quanto aos vícios de fontes, quanto a um maior questionamento sobre o assunto que está sendo divulgado e quanto à própria informação.

De acordo com Geraldinho Vieira - citado por Nancy Nuyen Ali Ramadan em sua dissertação de mestrado *Jornalismo Econômico de Prestação de Serviços e Instituições Financeiras - Uma Revisão Necessária*, “o jornalismo econômico no Brasil, de 1964 para cá, teve que ocupar um vazio deixado pelo jornalismo político e acabou mais tarde assumindo uma dimensão política”. Assim, inicialmente, mesmo sob a censura do regime militar, o jornalismo econômico ocupou espaço do noticiário político e dessa forma foi se consolidando com a prestação de serviços.

2. QUEM LÊ O QUÊ

Até hoje não está muito claro para quem serve esse tipo de jornalismo de prestação de serviços. Quem lê jornal no Brasil, continua sem respostas. Enfim, com uma breve pesquisa, constatamos que o jornalismo econômico do país “vem dos tempos do café”. E, apesar das inovações tecnológicas, somadas às tentativas de se desvincular o noticiário do economês, utilizando-se para isso, inclusive, muitos gráficos e tabelas, não há mudanças significativas no jornalismo econômico para se destacar. Ainda persiste a previsão, o achismo, o aconselhamento de como você pode se salvar na selva de pedra. Afinal, quem pode mais chora menos (“eu, conhecedor do mercado e das letras, vou lhe ajudar a se sair bem; consuma-me, leia-me e eu lhe digo em que investir” são conselhos que poderíamos ouvir de um ou outro jornal com cobertura econômica).

3. DIREITO DO LEITOR

Com isso, percebe-se que continua no esquecimento, ao menos temporário, o fato de que a informação é um direito do leitor. E que a democratização da informação, com notícias verdadeiras (e opiniões de boa fé, conforme mencionado por Nancy Ramadan), deve ser trabalhada e divulgada pelo profissional, que é um intermediário entre o leitor e os acontecimentos.

É importante ressaltar que o noticiário econômico está historicamente desvinculado (o que parece estar morosamente se modificando) do noticiário político. Sabemos, entretanto, que a economia - enquanto "ciência que estuda a atividade produtiva e a forma na qual os indivíduos e a sociedade fazem suas escolhas e decisões, para que os recursos disponíveis, sempre escassos, possam contribuir da melhor forma para satisfazer as necessidades individuais e coletivas da sociedade - está intrinsecamente ligada à política. E que uma e outra (considerando-se primeiramente a política, com suas decisões, coligações e leis) regem nossa vida.

4. REI SEM REINO

A questão do preparo do jornalista também deixa muito a desejar. Isso não apenas enquanto universitário, mas também no seu cotidiano. É bom lembrar que o jornalista, como os demais cidadãos que vivem em sociedade, precisa de dinheiro para consumir o seu mínimo necessário, como alimentação, moradia e outros itens básicos. Mas além desse básico, que segundo a Constituição Brasileira deveria ser garantido a todas as pessoas, o profissional deveria ser remunerado suficientemente para ter tempo e dinheiro para se reciclar, para estudar, enfim, para se atualizar. Diferentemente do que a propaganda (nesses anos de FHC - Fernando Henrique Cardoso) diz sobre a moeda, isso não é real na maioria das vezes. E, por consequência, continua falha a questão do preparo do profissional que atua na área.

Segundo relato de Nancy Ramadan sobre esse assunto, "não bastava fugir do famigerado "economês" para levar informação útil ao leitor. Não era esse o problema. Na verdade, a angústia - que também observei em alguns colegas, na época - residia na dificuldade de reduzir um amplo e complexo cenário econômico/político a 'dicas' e 'conselhos' para o leitor. Era preciso preparo, uma formação mais sólida, não só para operar calculadoras. Sentíamos, eu e alguns colegas, a falta de preparo até mesmo para escolher as fontes e cruzá-las. Essa falta de conhecimento específico, como se sabe, desemboca na seguinte situação:

Para um novo jornalismo ...

o jornalista “embarca” no que diz a fonte (ou as fontes), até porque a feitura de jornal diário envolve o fator tempo, e sua falta de preparo mais a pressa o impedem de contrapor informações novas”. Enfim, tem-se tanto nas mãos ou tão próximo delas o poder da informação e ou da manipulação, mas se acaba manipulado pelas fontes ou quase isso.

5. POLÍCIA PARA QUEM PRECISA

Atualmente, conforme mencionado em debates nas aulas da disciplina Jornalismo Econômico, no curso de Especialização em Jornalismo, na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, existem muitas matérias impressas no noticiário econômico que deveriam estar no policial. Assim, muito mais do que algo citado em discursos de formatura (ou mesmo em códigos), os profissionais da comunicação precisam ser éticos. Segundo Adolfo Sánchez Vazquez, Ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, sendo que por moral entendemos um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social determinada.

6. FORA DA ORDEM

Considerando-se, portanto, todo o exposto, é preciso dar um salto de qualidade mínima no noticiário econômico, contextualizando-se mais as notícias, relacionando-as, dando vez e voz para outras fontes, utilizando-se de um maior questionamento. É evidente que para isso é necessário uma elevação da qualidade do preparo profissional - que inclui a discussão e prática ética, leitura e teorização -, um maior cuidado entre a relação do profissional e a realidade social - não a divulgada oficialmente - e, finalmente, lembrar que a informação (assim como a educação, etc.) é um direito do leitor - o cidadão.

Voltando ao exemplo colocado no início do texto, resalto a importância de os jornalistas se lembrarem de, ao menos neste momento (de demissão), entrevistarem os trabalhadores. Ainda sobre o mesmo assunto, o que o governo faz ou pensa sobre essas demissões? Afinal, existe uma questão social nisso? A empresa, ao se instalar em determinada localidade, recebe, em geral, incentivos fiscais. E isso volta à população e ao Estado em forma de demissão em massa? À diretoria da empresa: como e por que ocorrem demissões em massa? Eles vão, socialmente, montar outra empresa para empregar os demitidos por eles mesmos? Por que em menos de seis meses a mesma empresa, que fecha acordo de

participação nos resultados (incluindo pagamento de abonos e cumprimento de metas) e anuncia a instalação de uma nova unidade, demite massivamente? Parece que alguma coisa está fora da ordem (ou muito dentro dela) e que ninguém questionou isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RAMADAN, Nancy Nuyen Ali. **Jornalismo Econômico de prestação de serviços e instituições financeiras - uma revisão necessária**. São Paulo, 1994. Dissertação Mestrado, USP.
- VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992, 13ª ed..
- VIEIRA, Geraldinho. **Complexo de Clark Kent, são Super-Homens ou jornalistas?** São Paulo: Summus Editorial, 1991.

Aspectos preconceituosos na pintura brasileira ao final do século XIX

Some prejudicial aspects in the brazilian painting in the end of the XIX century

Duílio BATTISTONI FILHO

Professor de Elementos e Estética e História da Arte
no curso de Educação Artística / Puccamp.

RESUMO

O artigo procura discutir a presença e influência dos artistas remanescentes da "Missão Artística Francesa" que veio ao Brasil, em 1816, a pedido do príncipe-regente, D. João, e que aqui implantou as raízes do Neoclassicismo, com a criação da Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Os primeiros artistas formados estavam mais preocupados com a realidade europeia do que com a brasileira. Entretanto, o eixo central do presente estudo é o preconceito desses artistas, em relação à figura do índio, do negro e da mulher, geralmente tratados dentro dos padrões clássicos europeus. Finalmente, trata do estabelecimento de articulações entre D. Pedro II e esses artistas nacionais.

Palavras-chave: Ensino acadêmico. Retrato. Romantismo.

ABSTRACT

This article discusses the presence and influence of the remaining artists of the "French Artistic Mission" which came to Brazil in 1816, at the request of the prince D. João. They established here in Brazil the roots of the neoclassicism, with the foundation of the Fine Arts Academy in Rio de Janeiro. The first artist that graduated were more concerned with the european reality than with the Brazilian one. The main purpose of this article is the prejudice of these artists, towards the image of the indians, the black and the women, in general being treated according to the classical european patterns. Finally, there is the establishment of the articulations between D. Pedro II and the Brazilian artists.

Key words: Academic teaching. Picture. Romanticism.

O propósito deste estudo é acentuar, à guisa de informação, alguns aspectos preconceituosos dos nossos pintores na época imperial e muito pouco abordados pelos nossos historiadores de Arte. Inicialmente, sabemos que o século XIX foi o período decisivo para a formação de nossa cultura, cujas causas podem ser verificadas na transferência da família real portuguesa que proporcionou o ingresso do Brasil na era moderna com progressos nos campos político, econômico e social; na passagem de um sistema exportador escravista para outro, baseado no trabalho assalariado e no surgimento de uma classe média urbana, aliada aos nascentes grupos industriais, até o advento da República. Diante desta nova configuração, as influências estrangeiras se fizeram sentir na intelectualidade brasileira.¹

É sintomático que, no período joanino, a necessidade de reaparelhar a nova sede metropolitana tenha o governo do regente tomado medidas como a contratação de uma Missão de artistas franceses que, fugindo à reação antinapoleônica, trouxe para um ambiente católico, monárquico e tropical, as doutrinas estéticas e os preconceitos moralistas da recente revolução burguesa. Esse modernismo laico e progressista, imposto de fora, além de cortar a tradição colonial de raízes religiosas e barrocas, deu início ao ensino clássico e oficial de belas-artes no Brasil, imprimindo-lhes os cânones austeros que marcariam tão fortemente a evolução de nossa pintura oitocentista.

Nesse primeiro momento de transição artística, parece imprescindível lembrar as últimas realizações de artistas que, vindos da centúria anterior, continuaram produzindo por mais duas décadas.

É preciso destacar, confirmando a indissolúvel relação da arte com a vida social, que o sistema colonial, ao impedir qualquer desenvolvimento brasileiro que não servisse diretamente aos interesses da metrópole, acabou por limitar a produção artística a certas necessidades mínimas locais, levando a própria pintura a restringir-se à ornamentação de igrejas e aos retratos encomendados pelas irmandades religiosas. Não fora a obra dos artistas que vieram com o príncipe holandês Maurício de Nassau, no século XVII, faltar-nos-ia uma visão pictórica do cenário colonial. Foi, portanto, nas telas e desenhos daqueles pintores que encontramos o testemunho comovente do impacto provocado pela pujante paisagem tropical e pelas condições sociais relacionadas com a economia açucareira.²

A presença de uma Missão Artística Francesa no Rio de Janeiro prenderia a atenção dos artistas europeus. Não foram poucos os que decidiram tentar, aqui,

(1) Quirino CAMPOFIORITO, *História da Pintura Brasileira no século XIX*, p. 17.

(2) José Roberto Teixeira LEITE, *A pintura no Brasil holandês*, p.24.

Aspectos preconceituosos na pintura ...

em seguida à chegada dos mestres franceses, a sorte de encontrar um ambiente novo e propício à atividade artística. Entre eles houve os que, mais por razões circunstanciais do que pela categoria artística, se estabeleceram no Rio de Janeiro, enquanto outros terminaram por ocupar-se de diferentes ofícios nas artes menores, além daqueles que, em pouco tempo, voltaram a seus países. Desnecessário dizer que os de nacionalidade francesa eram mais bem recebidos, seguindo-se alguns italianos e alemães. A imigração artística portuguesa passa a dirigir-se para o artesanato e as artes gráficas, menos considerados pelos mestres da Missão.

Esses pintores estrangeiros, porém, não mudam certas regras enfáticas sustentadas pelos professores da Academia de Belas Artes. Desinteressaram-se, da mesma forma, pelos temas locais e pelos costumes populares, onde teriam encontrado a cor de brasilidade que lhes poderia ter vitalizado a inspiração. Mal se pode apontar um ou outro quadro assinado por tais artistas que fuja ao convencionalismo estético predominante.

Retratos imperiais ou de personalidades políticas e da elite social, sempre muito próximas da Corte, eram as oportunidades mais habituais de trabalho para os pintores que chegavam.³ Alguns, é verdade, dirigiram-se também para os assuntos históricos, mas não passavam das batalhas da guerra do Paraguai. Jamais se mostraram tentados a enfrentar temas que se identificassem com uma crítica da vida brasileira como, por exemplo, os movimentos de libertação nacional, ocorridos no século XVIII em Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

A partir da maioridade de D. Pedro II e da segunda metade do século, a evolução das artes plásticas caracteriza-se, sobretudo, pelo surgimento de artistas nacionais definitivamente formados pelo ensino acadêmico instaurado em 1816. Mas são artistas alheios à realidade nacional e mais voltados para os padrões clássicos europeus. Basta dizer que os anjos, os apóstolos, as Virgens e mesmo os Cristos acobocados e mulatos do mestre Manuel da Costa Ataíde, por exemplo, serão inconcebíveis nas composições desses novos artistas. As figuras bíblicas tornam-se agora rafaescas, exibindo pureza racial. Também será inconcebível a presença de frutas e flores da terra. Para se ter idéia da alienação a que o dirigismo neoclássico submete o artista, no conhecimento e interpretação da realidade, temos um episódio bastante significativo. Em pleno fervor clássico, por volta de 1840, o pintor João Mafra, então jovem aluno da Academia Imperial de Belas-Artes, tinha idéia curiosa. Propunha que se fundasse, no Rio de Janeiro, uma associação destinada a mandar imigrantes europeus bonitos e bem proporcionados para servirem de modelos nas aulas da Academia, em substituição aos modelos nacionais, geralmente desproporcionados e feios.

(3) Walter ZANINI, *História Geral da Arte no Brasil*, p. 404.

Outra observação pertinente, no mesmo sentido, é a ausência quase total do negro nas nossas artes figurativas durante praticamente todo o século XIX. A beleza negra constituía-se negação da beleza ideal grega, necessariamente de gente branca. Curioso notar que nos debates parlamentares, no decorrer do Segundo Reinado, o negro não era chamado escravo, mas cativo. Os temas de escravos em nossas artes plásticas não eram os dos africanos do Valongo, mas os dos escravos arianos, com provocantes brancuras de leite, da antigüidade clássica. O acadêmico paulista Oscar Pereira da Silva, por exemplo, não teve olhos para as escravas de seu tempo, mas, sim, para as escravas brancas da Roma antiga. Outro aspecto relevante dos preconceitos da época é a representação da mulher pelos nossos pintores, mais preocupados com a mulher das altas camadas sociais do que a do povo. A figura da mulher era freqüente na produção desses artistas na forma de retrato ou de figuras históricas ou simbólicas. Os retratos eram de mulheres de classe alta, da aristocracia, que, naturalmente, os encomendavam. Não havia mulatas ou negras. Nem mesmo Almeida Júnior, sempre um inovador, produziu retratos de mulheres do povo, apesar de fiel às tradições rurais. Sua tela feminina mais conhecida, *O descanso da modelo*, foi pintada no melhor estilo europeu. Vitor Meirelles e Décio Villares pintaram índias

“ Os retratos eram de mulheres de classe alta, da aristocracia. Não havia mulatas ou negras. ”

como Moema, assim como José Maria de Medeiros, com suas célebres Lindóia e Iracema, inseridas numa visão romântica da figura feminina indígena. Na realidade, nota-se que não são índias de verdade, mas recriações do indianismo romântico da época. Entretanto, mesmo dentro da visão romântica, não ocorreu aos escritores nem aos pintores representar o Brasil, ou a Pátria, como mulher, ou seja, como índia. As índias de nossos pintores nada tinham a ver com a Nação. Talvez a presença de um monarca à frente do governo tenha inibido nossos artistas

O Império, sistema centralizador, interventor, estatista, seria masculino. No final do século passado, a maioria das representações da mulher tinha traços *fin-de-siècle*. A mulher perdeu o romantismo anterior e passou a se destacar pela sua sensualidade. Era a mulher da sociedade urbana carioca, tornada objeto de consumo. Se aparecem algumas mulheres devotadas ao interesse público, elas vêm da Bíblia ou da história de outros povos. Pedro Américo pintou Judite e Joana d'Arc, mas não pintou Joana Angélica nem Anita Garibaldi. O exemplo de uma tela mais representativa da mulher-elegância, da mulher *belle-époque* é a *Damé a la Rose* de Belmiro de Almeida. Como podemos verificar até o nome é

Aspectos preconceituosos na pintura ...

francês.⁴ A mulher como sensualidade perpassa a obra de quase todos os pintores, à exceção dos positivistas que não pintavam o nu. Vitor Meirelles tem a sua Bacante; Rodolfo Amoedo pintou Salomé e vários nus, alguns considerados imorais pela crítica da época. Honra seja feita aqui a Belmiro de Almeida que, ao decidir pintar o nu, o fez utilizando um modelo de costas, negação dos padrões da estética feminina da época. Quando Pedro Américo resolveu representar a mulher brasileira, produziu um nu e ofereceu-o ao imperador. Este imediatamente o devolveu por não se ajustar aos padrões morais palacianos.

A mulher que os pintores da época representam não tem lugar no mundo da política, não tem lugar fora de casa, a não ser nos salões e nos teatros elegantes, ou nas butiques da rua do Ouvidor. Quando ela se aproxima da alegoria, de uma figura bíblica ou da índia, a referência não “é cívica”.

Não há no Brasil um quadro como a *Liberdade conduzindo o povo pelas ruas de Paris*, de Delacroix, obra-prima da pintura universal, que mostra a liberdade simbolizada por uma mulher de traços populares. Sabe-se que Delacroix se inspirou numa combatente real, Marie Deschamps, que se salientara na luta em uma das barricadas de julho de 1830, em Paris.

“
A mulher como
sensualidade
perpassa a obra
de quase todos os
pintores.
”

É de se perguntar: por que os pintores copiavam os europeus em tantas coisas? Por que não podiam copiar também a tradição francesa de representar a República como mulher, como o fizera Honoré Daumier? A resposta talvez esteja no fato de que também os artistas brasileiros estavam longe do ideal republicano, já que gozavam as benesses do imperador.⁵ Quando se proclamou a República, coisa pública, a mulher, ironicamente, muitas vezes era alegorizada pela mulher de vida fácil. A política era tarefa dos homens. As únicas mulheres que surgem no episódio são as filhas de Benjamim Constant que bordaram a primeira bandeira republicana, idealizada pelos positivistas e desenhada por Décio Villares.

Gilberto Freyre afirmava que a representação da República como mulher, logo após a sua proclamação, estaria no repúdio ao patriarcalismo de D. Pedro II e na insistência dos positivistas em apoiar a representação feminina da Humanidade ligada à mariolatria católica.

Manifestações notáveis no Segundo Reinado são as Exposições Gerais, promovidas pela Academia de Bela-Artes, iniciativa de seu diretor, Emile Taunay.

(4) José Murilo de CARVALHO, *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*, p.95.

(5) *Id.*, *ibid.*, p.96.

Um dos expositores mais assíduos era Claude Joseph Barandier, especialista em retratos e composições de figuras. Esse pintor francês esteve em Campinas, ao final da década de sessenta do século passado, e nos legou quadros preciosos como as *Cenas dos Passos*, retratos importantes dos barões de Atibaia (coleção da Irmandade de Misericórdia), de Joaquim José dos Santos, de Ildefonso Antonio de Moraes (coleção de Celso Maria de Melo Pupo), de José de Souza Campos, de Verônica, apenas para citar alguns.⁶

Ao falar na Academia Imperial de Belas-Artes, justo é enaltecer a figura grandiosa de Manuel de Araújo Porto-Alegre. Esse antigo aluno de Debret, graças aos seu dinamismo, tornou-se um dos diretores mais eficientes dessa Academia, quando empreendeu uma grande reforma de seus estatutos, ampliou os currículos e os estágios de pensionistas na Europa, de três para seis anos, indicando Paris como centro do estágio e ponto de maior riqueza cultural para aprendizagem das artes. Em 1855, escrevia cartas a Vitor Meirelles com conselhos valiosos, obtendo de D. Pedro II a prorrogação de sua estada na Europa, assim como a de Pedro Américo, que mais tarde viria a ser seu genro.

Porto Alegre atualiza o ensino artístico, inclusive na sua aproximação e aplicação na Indústria, com vistas à formação de profissionais úteis. Preocupou-se também com a reorganização da biblioteca e da pinacoteca da Academia, assim como criou a cadeira de História da Arte, da qual foi o seu primeiro titular. Seu belo estudo sobre a *Memória sobre a Antiga Escola Fluminense de Pintura*, além de vários trabalhos sobre poesia, teatro e música valeram-lhe a marca de ser o fundador da crítica de arte no Brasil, depois continuada por Mário de Andrade, na primeira metade deste século.

A par dessas atividades artísticas, Porto Alegre foi o defensor da soberania política e econômica do Brasil e a seriedade de seus trabalhos fez com que o Imperador, em 1874, lhe outorgasse o título de Barão de Santo Angelo.

D. Pedro II, apesar de algumas críticas que porventura lhe possam ser feitas no que tange a alguns preconceitos, como vimos, foi realmente um mecenas para a cultura, durante toda a sua existência. O início da República, fatalmente jacobino no seu espírito, não deixou de reconhecer o fato. Participava diretamente do apoio aos artistas, financiando, do próprio bolso, estágios na Europa.

Bom número dos mais conhecidos pintores da época permaneceu na Europa por longos anos. Pedro Américo ficou inicialmente, durante cinco anos, retornando várias vezes, inclusive para executar obras como *A Batalha do Avaí* e *Independência ou Morte* e acabou morrendo em Florença. Rodolfo Amoedo,

(6) Celso Maria de MelloPUPO, *Campinas, seu berço e juventude*, p. 204.

Aspectos preconceituosos na pintura ...

Belmiro de Almeida, Décio Villares, Antonio Parreiras, João Timóteo da Costa, Eliseu Visconti, dos neoclássicos aos românticos e impressionistas, todos beberam nas fontes européias. Lá produziram boa parte de suas obras.

O desenvolvimento dos cursos da Academia e a promissora oportunidade de um aperfeiçoamento no estrangeiro provocam a curiosidade de todo o país e disso decorre a afluência ao Rio de Janeiro de jovens de outras províncias, o que, aliás, se prolonga depois da proclamação da República, até as três primeiras décadas do século XX.

O Desenho e as Artes Gráficas recebem o bafejo oficial da Monarquia, pela circulação de litos e gravuras com efigie da família imperial e de seus múltiplos parentes ou amigos europeus. A Pinacoteca do Museu Imperial de Petrópolis, depois da Escola Nacional de Belas-Artes, é o mais concentrado e bem exposto acervo da pintura nacional do século passado.

É preciso lembrar, contudo, que essa proteção dispensada pelo monarca aos artistas, apesar da benevolência, nunca se afastou da mentalidade elitista, característica de uma Corte sempre atenta aos modelos europeus, sem jamais atentar que a pintura brasileira do século XIX, tema deste estudo, não chegou a romper a linha acadêmica, persistindo num tipo de preconceito que não admitia renovações, fossem de ordem formal ou temática. Nos dois casos, apoiava-se o preconceito na ordem estética, que não apenas dirigia a técnica e a composição, mas a permanente preferência pelos ditos temas nobres, garantia segura para qualificar e valorizar a bela arte. Há que observar que esse dirigismo vai se abrandando e logo surgem artistas que acabam por escapar à obsessão pela temática acadêmica. Vêm-se os primeiros quadros dissociados de temas buscados no Velho Testamento ou na Antigüidade Clássica, que chegavam mesmo a certas liberdades, ainda que limitadas pela acomodação às tarefas de ateliê.

A pintura de paisagem vai receber um grande impulso com a vinda, ao Brasil, do alemão Joham Grimm. Desenvolvendo o ensino ao ar livre e certa irreverência aos métodos acadêmicos, Grimm foi um renovador e conseguiu formar um grupo de paisagistas, no qual a sensibilidade direta aos valores da natureza teve grande importância na cultura brasileira.⁷ A natureza, finalmente, começa a se desvendar para o pintor brasileiro, assim como o chamado quadro de gênero, que escapa sempre ao repertório escolar para procurar a vida social, a criatura humana em seu *habitat* real. Fora dos retratos oficiais ou oficiosos de dignitários ou de personalidades de destaque político e da representação de fatos históricos convenientes à exaltação cívica do Império em telas de dimensões inusitadas, que os favores oficiais estimulavam, no cuidado de estabelecer toda uma docu-

(7) Carlos Roberto Maciel LEVY, *O Grupo Grimm*, p.64.

mentação figurativa de interesse óbvio, os pintores vão pouco a pouco cuidando de uma temática mais vulgarizada, permitindo-se até, conquanto com timidez, cultivar os recursos legítimos da expressividade pictórica. Nas viagens dos jovens artistas, detentores de bolsas de estudo facultadas pelo governo e muitas vezes graças à economia particular do imperador, estava a origem dessa timidez que inibia trilhar novos caminhos que já iam sendo abertos na Europa, para uma crescente libertação técnica e temática.

A grande revolução que se efetua na pintura europeia, tendo Delacroix como figura maior do Romantismo e, em seguida, Gustave Courbet, à frente do Realismo, não comoveu nossos melhores pintores, numa primeira fase, tão comprometidos com uma atitude resistente à sensibilidade poética diante da natureza e da vida humana. O exemplo, dado por Millet, seduz nossos bolsistas, que levaram sempre, para cumprimento rigoroso, o endereço dos ateliês onde pontificava oficialmente o reacionarismo de mestres famosos que impunham total disciplina acadêmica, contrária a inovações.

Pelas nossas investigações, observamos que nas duas últimas décadas do século passado a pureza da ortodoxia neoclássica começa a ser maculada por nossos primeiros artistas de tendências românticas e realistas. Os temas consagrados pela estética neoclássica, desde os da História e Mitologia greco-romanas, aos das Sagradas Escrituras, sem esquecer as alegorias, não são mais exclusivos. O interesse dos nossos artistas volta-se também para os temas nacionais, históricos e contemporâneos. Os temas são realmente brasileiros, repassados algumas vezes de inspiração nativista como na *Moema* de Vitor Meirelles, ou no *Último Tamoio* de Rodolfo Amoedo, mas o sentimento continua europeu, preso às convenções clássicas da forma e cor. Nesse sentido, no tocante ao tema e ao sentimento, um dos artistas de maior interesse na época é o ituano Almeida Júnior. Não só foi o primeiro a fixar cenas e tipos do povo brasileiro, sobretudo das populações rurais, animando-se de intenções realistas, isentas de pruridos idealizadores, ainda desconhecidos na nossa pintura, como também sua obra revela um sentido social imenso porque ele está integralmente dentro de seus quadros como uma afirmação de fé no destino do Brasil. Foi o pintor mais brasileiro dos nossos pintores. Sob o aspecto social ou, mais amplamente sociológico, a arte desse artista maravilhoso bem representa o princípio de identidade, de amor, de solidariedade, de comunicação a todo um extenso grupo de homens ou, numa palavra, à sociedade em que vivemos. Sua obra exerce sobre a sociedade inteira a mesma impressão, desde o homem de rua às inteligências de elite.⁸

(8) José Maria dos REIS JÚNIOR, *Alfredo Galvão, José Ferraz de Almeida Júnior, Rodolfo Amoedo*, p. 54.

Aspectos preconceituosos na pintura ...

Não é possível entender bem a pintura brasileira anterior ao Modernismo sem uma referência à sua atuação, que ajudou a suprimir a monumentalidade das obras, a renovar os assuntos e os personagens, a vincular organicamente as figuras ao ambiente e talvez reformular o tratamento da luz. É com ele que ingressa pela primeira vez na pintura brasileira o homem brasileiro. De temperamento visceralmente interiorano, teve sua atividade artística precocemente cortada por seu trágico falecimento, quando foi assassinado no último ano do século passado, em Piracicaba.

Finalizando, podemos dizer que essas transgressões brasileiras relativamente à ortodoxia neoclássica, nas últimas décadas do oitocentos, são sugestivas. Oferecem variedades de aspectos, que permitem diferentes ângulos de interpretação. A circunstância de terem se verificado primeiramente no campo da temática, por exemplo, é um dos aspectos mais atraentes. Revela os primeiros indícios de conscientização política do brasileiro. Somente muito mais tarde, na terceira década deste século, com as correntes do Modernismo, especialmente os movimentos do pau-brasil e da antropofagia, a Arte brasileira vai alcançar a sua maioridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CAMPOFIORITO, Quirino. **História da Pintura Brasileira no Século XIX**. Rio de Janeiro: Edições Pinakothek, 1983, vol.2.
2. CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
3. LEITE, José Roberto Teixeira. **A Pintura no Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.
4. LEVY, Carlos Roberto Maciel. **O Grupo Grimm**. Rio de Janeiro: Edição Funarte, 1980.
5. PUPO, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: publicação da Academia Campinense de Letras, 1969, n°20.
6. REIS JÚNIOR, José Maria dos. Alfredo Galvão, José Ferraz de Almeida Júnior e Rodolfo Amoedo. In: **Aspectos da arte brasileira**. Rio de Janeiro: Edição Funarte, 1980.
7. ZANINI, Walter (org.). **História Geral da Arte no Brasil**. São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983, vol. 1.

A televisão como transmissora da ideologia do Estado

TV as a means of transmission the State ideology

Ivete Cardoso do CARMO
Mestranda em Educação na
Puccamp e professora do curso
de Jornalismo / Puccamp.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar que a televisão brasileira é fruto de um “jogo político”. E que, em consequência dele, sua programação transmite a ideologia que interessa ao governo e aos “governistas”. O nosso desafio é mudar as regras deste jogo, e na minha opinião, o primeiro passo para se mudar o presente pode ser dado conhecendo a história que nunca foi ao ar em nossas “telinhas”.

Palavras-chave: Ideologia. Estado. Televisão.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to show that the Brazilian TV is part of a “political game”. It also shows that due to this, its programs show the ideology that is of interest to the government and the people that lead the country. Our challenge is to change the rules of the game, and in my opinion, the first step to change the present can be done when we get to know the real history that has never been shown on the news.

Key words: Ideology. State. Television.

A televisão como transmissora ...

1. INTRODUÇÃO

A quem serve a televisão brasileira? E a quem esta mesma televisão prejudica? Estas e outras perguntas precisam, constantemente, ser feitas no contexto de uma reflexão que nos aponte quais são as saídas para efetivar mudanças nas políticas de comunicação, herdadas do regime militar, que vigoram até hoje no Brasil.

Como início de uma reflexão, procuramos descrever como nasceu a televisão no Brasil e a sua relação com o Estado desde o princípio. O pioneirismo da Tupi e a curta vida da Excelsior, que teve sua concessão cassada pelo governo militar.

Na seqüência, procuramos mostrar como o apoio norte-americano e do regime militar foi decisivo na constituição e legalização da Rede Globo, a sua influência negativa para o mercado de televisão no Brasil e alguns fatos que marcaram o jornalismo global. Discorreremos ainda sobre a política de concessões de rádio e TV que sempre atendeu a interesses de um grupo privilegiado.

O objetivo deste trabalho é mostrar que a televisão brasileira é fruto de um “jogo político”. E que, em conseqüência dele, sua programação transmite a ideologia que interessa ao governo e aos “governistas”. O nosso desafio é mudar as regras deste jogo, e na nossa opinião, o primeiro passo para se mudar o presente pode ser dado conhecendo a história que nunca foi ao ar em nossas “telinhas”.

2. O SURGIMENTO DA TV NO BRASIL

2.1. O Pioneirismo tem apoio do governo

Em 18 de setembro de 1950, foi inaugurada a PRF-3, TV Tupi-Difusora, mesmo depois de Assis Chateaubriand ter nas mãos o resultado de uma pesquisa que afirmava que o mercado publicitário não tinha condições de absorver um veículo tão caro. Chatô valeu-se de acordos com empresas privadas e com o Governo.

Nesse período, o favorecimento de créditos oficiais para empresas jornalísticas, como *Os Diários Associados*, os jornais *O Globo* e *Último Hora*, era prática comum e natural. “Instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não foram consideradas as denúncias de dívidas dos srs. Assis Chateaubriand e Roberto Marinho, nunca saldadas no Banco do Brasil nem nas Caixas Econômicas”.¹

(1) Nelson Werneck SODRÉ, *História da Imprensa no Brasil*, p. 402.

Ivete Cardoso do CARMO

A disputa ideológica já se refletia através da distribuição de publicidade nos órgãos de comunicação: “Neste ano de 1953, quando as emendas nacionalistas da Petrobrás eram votadas sob regime de urgência na Câmara, o total de publicidade distribuída por companhias americanas nos jornais e no rádio e outros veículos de propaganda oposicionista foi de 3 bilhões, 506 milhões e 200 mil cruzeiros”.²

Por outro lado, em 1964, os Diários Associados, grupo ao qual pertencia a TV Tupi, não hesitaram em apoiar o golpe militar. Como exemplo, devemos recordar uma manchete do *Diário da Noite*, de 1º de abril de 1965: “Por que o Comunismo é contra você”.

Essa campanha contra o comunismo casava-se perfeitamente com os objetivos do regime que tinha como principal arma o imaginário televisivo da época. “Nos domínios da telenovela, ocorrem grandes aventuras individuais, a fortuna persegue os audazes e corajosos, as possibilidades de ascensão social tornam-se concretas (não há quaisquer conflitos entre classes, mas sim entre indivíduos”.³

A idéia central das telenovelas, desde o seu surgimento, é que o ser humano traz dentro de si o bem e o mal. O problema do mal, portanto, não é político nem econômico, mas moral. A televisão apresenta o indivíduo que se destaca por méritos próprios, acima das determinações sociais. Isso ocorre não só nas novelas, mas também no telejornalismo.

“A essa altura, (início da década de 60) depois do sucesso das campanhas, das telenovelas, dos lançamentos de novos valores, obtendo fulminante aceitação, não resta a menor dúvida de que a televisão já deu provas suficientes de seu poder. E incomoda cada vez mais o rádio, o jornal e, principalmente, o cinema”.⁴ Mas, tudo isso que a TV Tupi e outras existentes na época, como a TV Rio e a Excelsior, conseguiram fazer nos primeiros anos da televisão brasileira ainda era pouco diante do que estaria por vir. Aquela que dominaria definitivamente o Brasil ainda estava sendo estruturada.

2.2. TV Excelsior- Oposição ao Governo Militar e Concessão Cassada

A TV Excelsior esteve sempre integrada ao nacionalismo, presente na política dos anos 60. Era uma televisão que tinha a preocupação de fazer uma

(2) Id., *ibid.*, p. 403.

(3) Inimá SIMÕES et al., *Um país no ar - história da TV brasileira em três canais*, p. 57.

(4) Id., *ibid.*, p. 65.

A televisão como transmissora ...

programação que refletisse a cultura brasileira. O nacionalismo da Excelsior tinha raízes no nacionalismo de seu proprietário, o empresário Mário Wallace Simonsen. Considerado um nacionalista e democrata, Simonsen fazia oposição aberta a qualquer articulação golpista contra o governo constitucional de Jango. Em função disso, depois de 1964, a censura que atingia todo tipo de criação intelectual, era mais rigorosa com a Excelsior, tumultuando de maneira considerável a organização da empresa.

No que diz respeito às inovações no telejornalismo, é aceita por todos a grande importância da Excelsior. Jornalistas, como Barbosa Lima e Wladimir Herzog, transformaram o jornalismo da emissora e fizeram com que os brasileiros passassem a se informar pela TV, pois até então o telejornalismo não registrava altos índices de audiência.

Foi exatamente o êxito alcançado pelo *Jornal de Vanguarda* que levou Barbosa Lima a tirá-lo do ar depois de implantado o AI-5, em 1968. "... cavalo de raça a gente mata com um tiro na cabeça... Não podia deixar esse campeão cheio de troféus morrer melancolicamente, cada vez mais apertado pela censura, como todos os outros jornais de televisão", afirmou Barbosa Lima em depoimento à Revista *Briefing*/ setembro de 1980.⁵ Em 1965, morreu Mário Simonsen e seus herdeiros foram também herdeiros da perseguição. A TV Excelsior, criada em 1959, teve sua concessão cassada em 1969, pelo regime militar.

3. A HISTÓRIA DA REDE GLOBO - FORA DO AR

3.1. O Apoio Norte-Americano e dos Militares

Roberto Marinho recebeu de Juscelino Kubitschek, em 1957, a concessão de uma emissora de televisão, mas preferiu engavetá-la até 1962, quando foi constituída a TV Globo. Nesse período começaram as suas transações com o grupo norte-americano Time-Life, classificado pelo então deputado João Calmon como sendo da linha mais reacionária do Partido Republicano, interessado em manter, em países como o nosso, bases anticomunistas.

Essas transações estão detalhadas no livro *A História Secreta da Rede Globo*, de Daniel Herz, que anuncia em sua apresentação: "Em alguns momentos o leitor terá a impressão de estar acompanhando um romance policial, tal a complexidade de trama". Nesse trabalho, estão alguns detalhes importantes desta trama.

(5) Alcir H. COSTA, *Um país no ar - história da TV brasileira em três canais*, p. 165.

Com a proibição na legislação brasileira de sociedades estrangeiras na administração e orientação intelectual de emissora de televisão, a TV Globo adotou uma forma de sociedades por cotas. Esse tipo de transação dispensa a publicação de atos constitutivos, de alterações contratuais, de balanços e de atos que impliquem a distribuição de lucros a terceiros.

Os contratos assinados pela Globo violaram o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4117 de 27.08.62 e o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - Decreto 52.975 de 31.10.63), que determinavam ser proibida a realização de qualquer convênio ou acordo sem a prévia autorização do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Menos de um mês depois de constituída a TV Globo, Roberto Marinho assinou um contrato com a Time-Life no qual se comprometia a adquirir e instalar todo o equipamento de transmissão de televisão e completar a construção do prédio para o estúdio, que deveria estar operando até 1º de outubro de 1963. A Time-Life, por sua vez, se comprometia a oferecer treinamento especializado, troca de informações sobre direção administrativa e comercial, assessoramento de engenharia e orientação para a aquisição de filmes e programas produzidos no estrangeiro.⁶ Esse

contrato assinado em 1962 só foi examinado em julho de 1965 pelo Ministério das Telecomunicações, graças às denúncias de João Calmon e Carlos Lacerda, que se uniram contra a impunidade do governo para com a TV Globo. Mas antes de serem descobertas, já temendo o que iria acontecer, em função das primeiras denúncias, a Globo e a Time-Life firmaram um novo contrato que substituiu o primeiro. O contrato, assinado em 15 de janeiro de 1965, era uma solução de emergência para municiar a Globo na luta política que iria ocorrer.

“

Roberto Marinho realizou diversas manobras para fugir do controle do governo.

”

Durante esses três anos, Roberto Marinho realizou diversas manobras para fugir do controle do governo. Ao mesmo tempo, manteve em sua assessoria um representante do grupo Time-Life que trabalhava na Globo, mas recebia altos salários do grupo norte-americano, como se verificou na CPI do Congresso. Além disso, consta da história da Globo remessa de dólares para compra de equipamentos com uma taxa que representava um terço da taxa em vigor e invasão de um cartório para subtração das folhas onde estavam lavradas as escrituras entre a Globo e a Time-Life, entre muitas outras irregularidades. Esses detalhes deixam evidente a sociedade de Roberto Marinho com o grupo norte-americano, que, no total, investiu mais de US\$ 6 milhões numa empresa, cujo

(6) Daniel HERZ, *A história secreta da Rede Globo*, p. 108.

A televisão como transmissora ...

capital era, em 1966, de pouco mais que US\$ 200 mil dólares, ou seja, a Time-Life cedeu à Globo mais de trinta vezes o valor de seu capital, o que feria totalmente a legislação brasileira.

Mesmo com todas essas evidências apuradas pela CPI do Congresso, a TV Globo foi legalizada. O processo arrastou-se de 1965 a 1968 e, ao final, dois pareceres foram analisados. Em sua decisão de 26 de abril de 1966, o Contel - Conselho Nacional de Telecomunicações - afirma que houve burla e infringência da Constituição e das leis e concluiu dando um prazo de noventa dias para a Globo continuar o negócio, desde que possa mascarar-lo mais um pouco”, afirmou Carlos Lacerda em seu depoimento na Câmara dos Deputados.⁷ Em 22 de agosto do mesmo ano, a Comissão Parlamentar de Inquérito aprovava por unanimidade a condenação da Rede Globo.

“

A Globo foi legalizada pelo marechal Artur da Costa e Silva.

”

A Globo recorreu ao presidente da República, general Castelo Branco, contra a decisão do Contel, mesmo esta lhe sendo majoritariamente favorável. Castelo Branco preferiu levar o processo numa lentidão o suficiente para transferir a decisão ao seu sucessor. Em 23 de setembro de 1968, sem atender nem às exigências mínimas do Contel, a Rede Globo foi definitivamente legalizada pelo então presidente, marechal Artur da Costa e Silva.

3.2. O Monopólio da Comunicação e suas Influências

O mercado de trabalho televisivo no Brasil é praticamente um monopólio da Globo. Para qualquer profissional de TV, seja ele um técnico, ator ou jornalista, trabalhar na Globo é chegar ao topo da carreira. Lá, não só os salários são melhores, mas também é grande o reconhecimento público, em função de seu alto índice de audiência.

A Globo usa seu prestígio ao recair sobre o *status* e a imagem pública do ator, por exemplo, abrindo-lhe possibilidade concreta para o teatro e o cinema. São raras as exceções de profissionais que arriscaram sair da Globo e levaram com eles um público fiel, como é o caso do apresentador Jô Soares, mas muitos são os profissionais, tanto artistas como jornalistas, que foram para outras emissoras, mas acabaram voltando para a Rede Globo.

Por outro lado, em termos de direitos autorais, os artistas não têm controle nenhum sobre o seu trabalho e a Rede Globo se enriquece com o faturamento

(7) HERZ, op. cit., p.176.

da venda de novelas e seriados para outros países. Valores que não são revelados, pois o departamento de relações industriais é o mais sigiloso da empresa. Os funcionários admitidos para o setor são poucos e sempre de absoluta confiança da família Marinho.⁸

Se para os próprios funcionários da empresa o monopólio global tem muitos pontos negativos, para os outros empresários do setor a concorrência também é muito difícil. Como paga os melhores salários, a Globo normalmente tem os melhores profissionais, além de ter os melhores equipamentos, o que garante a “melhor programação” e, conseqüentemente, maior audiência. Isso tudo garante o mais alto preço por cada segundo de propaganda e os melhores contratos.

“Essa concentração de investimentos tem diversas conseqüências negativas. Em primeiro lugar, induz à concentração de capital e da tecnologia e a uma produção centralizada; em segundo, possibilita que uma única emissora atinja uma qualidade de programação que pode ser considerada divorciada da realidade da televisão brasileira, não alcançada pelas demais emissoras e que de certa forma condiciona o gosto popular. Em terceiro, a Rede Globo, concentrando a maioria absoluta da audiência, aumenta seus custos de veiculação, onerando excessivamente a utilização comercial da publicidade. Esse circuito de causa e efeito, que envolve produção-audiência-custo de veiculação, forma um círculo vicioso que torna praticamente imune à concorrência. É um círculo vicioso que só pode ser rompido com uma completa reordenação do papel da radiodifusão no sistema produtivo”.⁹

3.3. Exemplos que marcaram o Jornalismo Global

A televisão é um dos principais responsáveis pela reprodução da ideologia dominante na sociedade, tanto através das telenovelas, como apontam diversos autores, entre eles Michéle & Armand Mattelart no livro *O Carnaval das Imagens*, como no telejornalismo, tema da tese de mestrado *Jornal Nacional - Política e Ideologia*, de Antonio Álvaro Barbosa Sá.

A televisão brasileira se consagrou dentro do ciclo que desenvolveu a indústria cultural no Brasil, num período onde o regime autoritário controlado pelos militares cassou os direitos de cidadania da população. O Estado, nesse período, gastou em publicidade, investiu em telecomunicações e forneceu subsídios para a renovação e ampliação de equipamentos. Dentro desse contexto se popu-

(8) Michéle & Armand MATTELART, *O carnaval das imagens - A ficção na TV*, p. 84-86.

(9) HERZ, op. cit., p. 216-217.

A televisão como transmissora ...

larizou o telejornalismo, que tem no Jornal Nacional, da Rede Globo, surgido em 1º de setembro de 1969, o seu principal expoente.

Alguns exemplos merecem destaques. Neles, a Globo de forma planejada, cometeu verdadeiros crimes contra a população brasileira, não transmitindo ou distorcendo fatos que mudariam a vida do país.

A não exibição, em 1979, das greves no ABC paulista. O episódio de fraudes eleitorais, em 1982, no Rio de Janeiro, contra Leonél Brizola, do qual Roberto Marinho, através da Globo, participou diretamente. A Campanha das Diretas Já, em 1984, que a Globo ignorou até o penúltimo comício, quando milhões de pessoas já tinham saído às ruas. A participação da Rede Globo, em 1989, na campanha de Fernando Collor de Melo, que culminou com a edição distorcida apresentada pelos telejornais da emissora do último debate entre Lula e Collor. Em 1992, a Rede Globo também foi a última a noticiar a campanha pelo "Fora Collor". Somente o fez quando milhões já haviam saído às ruas e, mesmo assim, de forma tímida. Finalmente, em 1994, o candidato da Globo foi Fernando Henrique Cardoso. Mesmo depois do escândalo, que viria à tona com a entrevista do então ministro Ricúpero ao jornalista Carlos Monfort, amplamente noticiada, discutida e questionada em todo o Brasil, a Globo agiu como se nada tivesse acontecido.

4. A POLÍTICA DE CONCESSÕES

A concessão de rádio e televisão se consagrou como uma poderosa arma no "jogo de troca de favores" entre os políticos. Não há atualmente, e nunca houve, uma política democrática de concessões e nem uma legislação que realmente controle esses meios de comunicação.

O funcionamento das emissoras de rádio e TV no país está, de certa forma, submetido ao Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, que ainda não foi revogado. A legislação, que regulamentava as concessões, de 1962 até 1988, atribuía ao presidente da República um poder absoluto. Independentemente das avaliações técnicas, a decisão final do presidente da República era pessoal.

A Constituição de 1988 mudou apenas formalmente essa política, determinando que os atos presidenciais de concessão, permissão ou autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens sejam aprovados pelo Congresso Nacional.

“No governo do general Figueiredo (1979-1985) foram feitas mais de 700 concessões de rádio e televisão, o que representa mais de 1/3 do total das emissoras existentes desde o surgimento da radiodifusão no Brasil. Boa parte dessas concessões foi outorgada por motivos políticos a empresários e parlamentares ligados ao governo”.¹⁰

O presidente José Sarney, durante seu mandato, concedeu ao próprio filho, deputado Sarney Filho, diversos canais de rádio e televisão. Além disso, estimava-se que mais de 200 deputados constituintes eram proprietários de rádio ou TV.¹¹

Nos cinco anos da gestão de Sarney (1985-1989), foram distribuídas, com envolvimento direto do então ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, 1091 concessões. Em setembro de 1988, mês que antecedeu a promulgação da Constituição, foram oferecidas 257 concessões. Vários estudos comprovam que essas concessões foram feitas em troca do voto pelos cinco anos de mandato do presidente Sarney.

Mesmo essa legislação ultrapassada, que regulamenta ainda hoje a concessão de rádio e TV, não é cumprida em diversos tópicos, como o que determina que “os administradores não podem estar no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem exercer cargo de supervisão ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial”. Alguns políticos se escondem atrás dos chamados “testas de ferro”, pessoas da família ou de sua confiança, oficialmente colocados como proprietários das emissoras. No entanto, é notória a propriedade de fato desses meios de comunicação por parte de nomes famosos, como Antonio Carlos Magalhães, Orestes Quécia, José Sarney, entre tantos outros.

O advento da Nova República, em 1985, embora tenha promovido uma ruptura “democratizante” no plano político, manteve inalterado o predomínio da burguesia no plano econômico. Manteve, também, intacto o sistema de comunicação de massa, resultante dos vinte anos de ditadura militar.¹²

(10) HERZ, op. cit., p.51.

(11) Revista Senhor, 14.07.87.

(12) HERZ, op. cit., p.86.

5. CONCLUSÃO

5.1. É possível buscar alternativas

Os fatos que tratamos neste texto explicam, mesmo que parcialmente, o motivo por que a televisão transmite a ideologia do Estado. Ainda hoje, no telejornalismo, as questões políticas e econômicas só aparecem na “telinha” mostradas pelo ângulo que interessa ao governo, o que faz o telespectador pensar que só ele perdeu o emprego, que o seu problema é individual. A história, que teve início na ditadura e ganhou aliados na Nova República, tende a continuar no atual governo.

Embora entre as emissoras citadas tenhamos mostrado apenas a história da Rede Globo, entre tantas existentes atualmente, sabemos que as outras emissoras também têm estreitas relações com o governo. Carlos Heitor Cony, em seu editorial no jornal *Folha de S.Paulo* de 20.07.95, escreveu: “Ficamos sabendo o que mais ou menos sabíamos: o presidente da República falava todos os dias com o editor do Jornal Nacional... Sabe-se que o presidente não gasta tempo apenas com o diretor de telejornalismo da TV Globo. Ele deve sua carreira política à habilidade com que sabe manejar a mídia que se deslumbra com o poder”.

Por outro lado, não há surpresa no que está ocorrendo, por ser este um governo que tem como principal aliado Antonio Carlos Magalhães, amigo pessoal e homem público de confiança de Roberto Marinho, e contar com o apoio de muitos daqueles que nunca colaboraram para mudar as regras das políticas de comunicação, mas, pelo contrário, usufruíram-se dela e são proprietários de emissoras em suas bases eleitorais.

O Ministério das Comunicações está articulando um novo regulamento para o sistema de radiodifusão no Brasil. No entanto, efetivamente, nada ainda foi feito pelo atual governo e as discussões continuam sendo realizadas com pouca participação da sociedade, apesar do esforço do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

Essa realidade pode ser mudada? Acreditamos que sim, já que em muitos países está em prática um efetivo controle social dos meios de comunicação com os procedimentos de outorga de concessões para o funcionamento de rádio e TV, fundamentando-se numa legislação consoante com o interesse público. Embora não tenhamos a ilusão de que numa sociedade capitalista esse problema seja definitivamente solucionado, entendemos que o poder da comunicação pode ser, pelo menos, fiscalizado pela sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. HERZ, Daniel. **A História Secreta da Rede Globo**. 13ª. ed., Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.
2. MATTELART, Michéle & Armand. **O Carnaval das Imagens - A Ficção na TV**. Tradução Suzana Calazans. São Paulo: Brasiliense, 1989.
3. SÁ, Antonio Álvaro Barbosa. **Jornal Nacional: Política e Ideologia**. Campinas, 1992. Dissertação Mestrado - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.
4. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Educação, Ideologia e Contra-Ideologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
5. SIMÕES, Inimá F., COSTA, Alcir H. & KEHL, Maria R. **Um País no Ar - História da TV Brasileira em três canais**. São Paulo: Brasiliense, Funarte, 1986.
6. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 3ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.
7. **JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO**. 20 e 23 de julho de 1995.
8. **REVISTA IMPRENSA**. As Concessões de Rádio e TV no Mundo. nº 92, maio de 1995.
9. **REVISTA SENHOR**. 14 de julho de 1987.
10. **REVISTA VEJA**. nº 1401, 19 de julho de 1995.

Administração do tempo com novas tecnologias

Time administration with new technologies

Maria Ângela M. A. BISSOLI
Mestranda em Informática na
Puccamp e professora do curso de
Turismo / Puccamp.

RESUMO

O artigo mostra a tendência cada vez maior de administrar o tempo tanto em nível pessoal como profissional. Comenta a evolução tecnológica nos diversos ambientes de trabalho, relatando as ferramentas tecnológicas disponíveis no mercado brasileiro para facilitar a administração de empresas, negócios e serviços. Enfoca, também, a tecnologia nas empresas prestadoras de serviços turísticos mostrando a importância, os sistemas e programas disponíveis para o setor.

Palavras-chave: Tempo. Tecnologia. Comunicação.

ABSTRACT

The article shows an increasing tendency in administration of time, whether at the personal level or at the professional. It comments about the technological improvement in the different workings environments, presenting the different technological tools available in the brazilian market to help the administration of companies, businesses and services. It also emphasizes the technology in the companies that give support to tourism, pointing out the importance, the systems and programs available in this field.

Key words: Time. Technology. Communication.

1. INTRODUÇÃO

A questão maior da administração do tempo é a organização pessoal, isto é, dispor-se, estabelecer bases ou parâmetros de conduta para a vida ou para o trabalho. No trabalho, a eficiência e a rapidez no desenvolvimento das atividades tornam-se cada vez mais uma exigência e no setor de prestação de serviços, que deverá ser o enfoque deste trabalho, esses dois itens são de fundamental importância para o sucesso da realização do negócio.

A eficiência pode ser relacionada com qualidade e a rapidez, com administração do tempo, principalmente no turismo, que é uma atividade do setor de prestação de serviços. Se o serviço é prestado com qualidade e sem perda de tempo, o cliente fica satisfeito e seu retorno é certo.

Mas a tecnologia tem também um importante papel, permitindo que as pessoas se organizem, o que possibilita um melhor aproveitamento do tempo livre, gerando um aumento na atividade turística.

Administrando o Tempo

Para que a administração ocorra é necessário organização. E para facilitar a organização tanto em nível pessoal como profissional, alguns autores classificam as atividades em: **essenciais**, devem ser realizadas imediatamente; **importantes**, devem ser a segunda ação ou atividade a ser realizada; **acidentais**, devem ser realizadas após as essenciais e importantes; **tarefas positivas ativas**, ajudam a atingir o objetivo; **tarefas reativas**, surgem diariamente; **tarefas importantes**, vão ao encontro do objetivo; **tarefas de urgência**, são as atividades críticas em relação ao tempo de execução.

O importante é que todas as atividades estejam voltadas para um objetivo, o que evitará desperdício de tempo, além de economia de energia e dinheiro.

2. A TECNOLOGIA NA ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO

2.1. Ambiente Moderno

Antes do *boom* de computadores e micro-computadores, um ambiente de trabalho se caracterizava pela lentidão, perdas, baixa confiabilidade e sistemas manuais de operação. Já no processo moderno de um ambiente de trabalho as características são outras: rapidez, atualização instantânea, confiabilidade e realização das atividades em *real time*.

Administração do tempo ...

Quanto à qualidade nesse ambiente moderno, ela se caracteriza pela ausência de imperfeição do processo, através de definição, avaliação e melhoria de procedimentos, reengenharia, *benchmarking* (experiências bem sucedidas) e interação cliente-fornecedor.

O ambiente moderno possibilita um desempenho ou resultado profissional positivo, como: economia de mercado; acirrada competição; busca por maior produtividade; informações de natureza decisória imediatas; processo de tomada de decisão rápido; o cliente como objeto final; estratégia bem definida para um crescimento balanceado.

Outro fator importante é a reciclagem e formação de profissionais em novas ferramentas e tecnologias, para um melhor rendimento e otimização do tempo de trabalho. E muitas são as empresas no mercado voltadas para a área de treinamento.

A tecnologia invadiu todos os setores da economia; especial destaque, neste trabalho, para a área de prestação de serviços, onde se observam algumas alterações com o emprego da tecnologia, como: redução da informação “vaga”, incerta ocasionada pela inacessibilidade da informação, à noite e aos finais de semana; pela eliminação da redundância de trabalho; pela melhoria na utilização dos recursos humanos nas tarefas que requerem iniciativa e rápida comunicação; pela rapidez e melhoria nas tomadas de decisões; pela exploração do escritório virtual através da expansão do local de trabalho no espaço e tempo.

O escritório do futuro ou automatizado substitui o papel, possui atendimento virtual, vídeo conferência e correio eletrônico entre outros elementos, podendo ser esquematizado da seguinte maneira:

Ações na Comunicação	Tipos de comunicação	Ferramentas suporte dos escritórios automatizados	
criar	VOZ →	telefonia telefone conferência videoconferência	
modificar	←comunicação→	processador de texto desktop publishing correio eletrônico transmissão fac-simile processador de imagens processador de formulários	
conservar			TEXTO →
reservar			
recuperar			
enviar			IMAGEM →
receber			

2.2. Tempo Compartilhado

Cada vez mais há a tendência de se diminuir a jornada de trabalho das pessoas. As pressões econômicas, o desemprego e as novas aspirações dos trabalhadores estão fazendo surgir muitas formas de distribuição do tempo de trabalho.

Na França, muitas empresas empregam o tempo compartilhado, o que permite ao profissional de nível superior distribuir seu tempo de trabalho entre diferentes pequenas e médias empresas próximas, o que possibilita exercer a profissão por meio de diversos contratos de tempo parcial indefinidos, com os mesmos direitos e obrigações que um empregado com tempo integral.

Essa prática começou a difundir-se na França na metade da década de 1980, obedecendo a uma necessidade econômica e a certas aspirações humanas e sociais que permitissem melhor disponibilidade do tempo para atividades culturais, familiares e sociais.

O Instituto Francês do Tempo Compartilhado (IFTP) acredita chegar ao ano 2000 com 70.000 a 100.000 novos empregos para o pessoal de nível superior.

O trabalho a tempo compartilhado oferece as seguintes vantagens: constitui uma fonte de criação de empregos e de utilização por parte das empresas de recursos humanos antes inacessíveis, com uma excelente relação custo / flexibilidade / benefício; contribui para a riqueza nacional impulsionando o desenvolvimento das pequenas e médias empresas e favorecendo o fomento dos recursos em todo o território; favorece a transmissão de conhecimentos, principal riqueza dos anos 2000, aos trabalhadores das pequenas empresas, ao transferir experiência e técnicas modernas, o que não era possível adquirir devido à falta de meios econômicos; possibilita a utilização mais vantajosa do próprio tempo e conhecimentos em nova forma de vida profissional, familiar e pessoal.

As desvantagens do trabalho a tempo compartilhado seriam: aplicação prática do direito na situação dos trabalhadores que têm diversos empregadores e a quem correspondem, além de encontrar obstáculos de ordem cultural e psicológica.

2.3. Workstation

Cada vez mais as pessoas podem da sua própria residência desenvolver um trabalho profissional. Uma *workstation* implica baixo investimento, desenvolvimento de projetos de trabalhos e criatividade, com economia de tempo e dinheiro. O importante é a produtividade e não o número de horas de trabalho

Administração do tempo ...

diárias, pois pode-se trabalhar por 5 horas e produzir mais do que um dia todo. Os maiores obstáculos das workstation são a falta de disciplina e planejamento, além do próprio indivíduo. Esse tipo de trabalho vem sendo cada vez mais voltado para o esforço mental, de pessoas que se conectam com outras sem sair de suas casas. As informações são recebidas com rapidez, conforto e confiabilidade. Nos Estados Unidos, no período de 1988 a 1993, o número de americanos que trabalha em casa passou de 25 milhões para 40 milhões.

2.4. Ferramentas Tecnológicas

O avanço tecnológico foi notável nos últimos dez anos, o que gerou inúmeras ferramentas de trabalho que possibilitaram a administração de empresas, negócios e serviços com maior eficiência e rapidez. Hoje, não podemos pensar em administração do tempo sem a utilização da tecnologia.

A Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações), criada em 1965 para integrar o Brasil com o mundo através das telecomunicações, detém o monopólio das Telecomunicações no país. Em 1985, com o lançamento do Brasilsat, a Embratel passou a cobrir todo o território nacional, levando a televisão, o telefone, o telex e a comunicação de dados a todo o país, colocando um verdadeiro universo de serviços no mercado.

Existe uma série de serviços que, isoladamente ou associados, podem auxiliar as pequenas, médias e grandes empresas e trazem vantagens na redução do custos administrativos, aceleração de tomadas de decisão e em relação à concorrência.

Alguns dos serviços prestados pela Embratel e que se tornam, sem dúvida, ferramentas importantes e imprescindíveis da administração moderna são:

- Comunicação por Textos

Telex - serviço público de comunicação por texto. Caracteriza-se pelo baixo custo de utilização, segurança na transmissão, economia de tempo, informação documentada; permite interconectividade e funciona as 24 horas do dia. O equipamento utilizado pode ser um terminal de telex ou um emulador ligado a um micro-computador. O telex possibilita ao assinante o acesso às seguintes facilidades: transmissão de telegramas nacionais e internacionais, comunicações marítimas, acesso a bancos de dados, acesso à Renpac, acesso ao STM-400 (correio eletrônico), diretório eletrônico de assinantes, telex para fax, carta via telex, multiendereçamento de mensagens, multiendereçamento por grupo, linha direta, seleção abreviada, busca automática, reendereçamento de chamadas, ligação a cobrar, mensagem gravada.

- Comunicação por Voz

Telefonia - interligação das concessionárias estaduais (TELESP, TELEMIG, TELEPAR, etc.), formando a rede nacional de telefonia. Os serviços oferecidos são o DDD, DDI e Telefonia por linha privada, permitindo a comunicação imediata entre matriz, escritórios e filiais de uma empresa. No serviço DDI pelo número 000111, via telefonista, a pessoa tem várias opções de chamada como a ligação pessoa a pessoa e telefone a telefone. Existe também um serviço de intérprete gratuito, quando a ligação for realizada via telefonista.

Telefonia Celular - ligada à rede telefônica através de ondas de rádio. O sistema adotado no Brasil é o mesmo dos Estados Unidos, isto é, AMPS (*Advanced Mobile Phone System*). Os usuários podem receber chamadas telefônicas locais, interurbanas e internacionais.

Ruralcel - serviço de telefonia celular rural exclusivo às áreas rurais (fora da área de tarifa básica). Utiliza a técnica celular, isto é, através de ondas de rádio. Os usuários podem receber chamadas telefônicas locais, interurbanas e internacionais.

Telefone Público a Cartão - serviço de telefonia de uso público, em substituição a longo prazo do serviço de telefone público de fichas. Existem cartões de 20, 50 e 100 unidades de crédito.

- Comunicação de Dados e Telemáticos

A comunicação de dados - um dos serviços que mais cresce no mundo, agiliza transações comerciais, aumenta a velocidade das informações e ainda compatibiliza a comunicação entre equipamentos como o micro-computador, telex, fax e telefone.

Os serviços oferecidos pela Embratel são:

Transdata - comunicação entre quaisquer pontos, atendendo à configuração geográfica da empresa usuária. Possibilita a interligação de computadores e de seus terminais remotos localizados em qualquer ponto do país.

Interdata - permite não só o acesso a banco de dados no exterior e vice-versa, mas também a troca de mensagens entre computadores instalados em diversos países. O acesso é de 24 horas por dia. Para acessar a Interdata é necessário um micro-computador ou terminal, um *software* de comunicação e *modem* seguindo as especificações do tipo de acesso a que se destinam. O acesso à rede internacional pode ser via rede pública de telefonia, rede pública de telex e acesso dedicado, através de uma linha privativa de comunicação de dados - LPCD.

Administração do tempo ...

STM- 400 - serviço de tratamento da mensagem. Permite a troca de mensagens e arquivos em qualquer ponto do país e do exterior, com segurança, rapidez e sigilo absolutos. Possibilita a participação na rede mundial de mensagens. As mensagens são transportadas por meio eletrônico, depositadas e resgatadas em caixas postais. O acesso pode ser via micro-computador acoplado a um modem (rede telefônica) ou via Renpac.

Digitat - trata-se de aluguel de circuitos digitais, via satélite, em alta velocidade que permite o intercâmbio de dados entre computadores, voz digitalizada, áudio e videoconferência, teleprocessamento, fac-símile, distribuição eletrônica de documentos e transferência de arquivos entre um ou mais pontos do país e no exterior.

Findata - oferece acesso às informações sobre o mercado financeiro mundial.

Airdata - serviço de comunicação de mensagens e dados aeroviários entre companhias aéreas do exterior, permitindo o acesso à rede mundial da Sita - Sociedade Internacional de Telecomunicações Aeronáuticas.

Datafax - serviço de envio e recepção de mensagens em âmbito nacional e internacional, via fax.

Interbank - serviço de dados bancários restrito a bancos que operam no Brasil e associados à *Swift - Society of Worldwide Interbank Financial Telecommunication*.

Dea - Diretório de Assinantes da Embratel - permite o acesso, via telex ou micro-computador, a informações de mais de 50 mil empresas no Brasil, com garantia de endereços corretos.

Renpac - ligações comutadas de comunicação de dados, admitindo ampla variedade de equipamentos, protocolos e velocidades. Existem vários bancos de dados de acesso público oferecido pela Renpac, como exemplo: CIN/CNEN, Instituto Brasileiro de Formação em Ciência Tecnológica, Associação Comercial de São Paulo, Caixa Econômica Federal, Serviço Federal de Processamento de Dados S.A, Fundação Joaquim Nabuco, Primeiro Tribunal de Alçada Cível de São Paulo, Processamento de Dados do Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, IBGE, DATAPREV, SERPRO, entre outras.

- Comunicação por Som e Imagem

A Embratel é responsável por todas as transmissões interestaduais de estações de rádio. É também responsável pelas transmissões internacionais e em rede de TV. Os serviços oferecidos são:

Maria Ângela M. A. BISSOLI

TV-Sat - repetição de sinais de televisão via satélite, destinado a emissoras de televisão.

TV Programada - transmissão de sinais de televisão a partir de sua entrega, e a retransmissão até outra emissora com a utilização da rede de microondas da Embratel.

TV Executiva - geração e transmissão, pela Embratel, em circuito fechado em âmbito nacional, de sinais de TV, cujos pontos de recepção são auditórios da Embratel ou outros previamente designados.

Radiodifusão Sonora - transmissão e/ou recepção necessária às atividades das emissoras de rádio.

Radiosat - serviço destinado às emissoras de rádio que necessitam de formação de rede nacional, utilizando satélite para a transmissão de seus sinais.

Videoconferência Internacional - possibilita a realização de reuniões internacionais, com modernas técnicas de telecomunicações, utilizando-se de recursos de áudio, vídeo, textos e dados sem provocar o deslocamento dos participantes. Economiza tempo e encurta distâncias para as empresas.

- Comunicações Móveis

Trata-se da comunicação por voz, texto ou dados entre unidades móveis (navios, caminhões, trens, carros) e pontos fixos e vice-versa. Os serviços móveis oferecidos pela Embratel são:

Móvel Marítimo - permite ligações via radiocomunicação com navios por voz ou texto (telex), com alcance mundial.

Movsat- A - permite a comunicação com embarcações ou pontos remotos através de ligações por voz, fax, telex e dados, utilizando o satélite Inmarsat.

Movsat- C - permite a comunicação entre embarcações, veículos, escritórios, canteiros de obras, etc, por meio de pequenas antenas e receptores de baixo custo, utilizando o satélite Inmarsat.

Movsat- M - permite a comunicação de voz, fax e dados, de forma digital, com terminais e tarifas reduzidas, utilizando o satélite Inmarsat.

- Vipnet

A Rede Privativa Virtual Internacional foi desenvolvida para permitir a formação de redes, através da interconexão de centrais privativas de telefonia do usuário. Permite o tráfego de voz, dados e fax, combinando as vantagens de uma rede privativa com as facilidades da rede pública.

Administração do tempo ...

- Internet

Com inicial maiúscula, significa “rede das redes”, originalmente criada nos EUA. Tornou-se uma associação mundial de redes interligadas, que utilizam protocolos da família TCP/IP. A Internet provê transferência de arquivos, login remoto, correio eletrônico, news e outros serviços. Com inicial minúscula significa genericamente uma coleção de redes locais e/ou de longa distância, interligadas por pontes, roteadores e/ou *gateways*.

A estrutura física da Internet no Brasil é moldada por enquanto com o *backbone* (estrutura de nível mais alto em uma rede composta por várias sub-redes - espinha dorsal) da Embratel e pela estrutura da RNP (Rede Nacional de Pesquisa - FAPESP) criada para servir a área acadêmica. A velocidade de entrocamento inicial de 64 Kbps já está sendo alterada para 2 Mbps principalmente entre Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

A maioria dos provedores está concentrada nos grandes centros urbanos e por cidades universitárias, como Campinas, sede da RNP. Existem ainda outras ferramentas para facilitar a administração do tempo como :

- **Cartão de Point eletrônico** - dinamiza o sistema de controle do acesso e marcação de ponto dos empregados.

- **MailPac 400** - correio eletrônico lançado em sistema de parceria entre a TELESP e a ABCDados. Envia e recebe mensagens com transmissão de fax.

- **Automação Bancária** - facilita o usuário quanto às diversas operações bancárias, evitando desperdício de tempo em filas.

- **Time/System** - ferramenta de apoio à administração e planejamento de compromissos e atividades. Trata-se de uma metodologia desenvolvida para organização do tempo no gerenciamento de projetos e objetivos pessoais como profissionais. Foi introduzida na Dinamarca na década de 80 e já possui mais de um milhão de usuários em todo o mundo individualmente, mas principalmente em nível de grupos e organizações.

3. A TECNOLOGIA NAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS TURÍSTICOS

O turismo deverá ser a maior indústria do mundo no próximo século. Viajar, que no passado era visto como uma tormenta, passa a ser agradável e de fundamental importância, principalmente devido às inovações tecnológicas, aos avanços das comunicações e muitas facilidades criadas e desenvolvidas na atualidade, além de diversas outras que virão a ser inventadas, de forma a permitir um maior número de viagens, com maior conforto e segurança.

Em relação à informática, o Turismo já a utiliza em reservas de hotéis, emissão de passagens, informações de roteiros, identificação das pessoas pela geometria das mãos, no processo de imigração de alguns aeroportos. Existe ainda a interligação das operadoras turísticas e agências de viagem com os principais sistemas de reservas informatizados.

Esses sistemas de reservas tornam-se cada vez mais arrojados e complexos, permitindo maior rapidez e confiabilidade nas transações. Alguns dos sistemas de reservas existentes e que facilitam a vida do agente de viagem são:

Sistema SABRE Travel Information Network : criado em 1960, para informatizar as reservas da American Airlines.

Sistema AMADEUS: criado em 1987, é de propriedade da Air France, Ibéria e Lufthansa. Atualmente, cerca de 26 outras empresas aéreas estão associadas ao sistema.

Sistema GALILEO: criado em 1987, em sistema de parceria de algumas empresas aéreas como a Swissair, British Airlines, United Airlines, USAir, KLM, Air Canada, Alitalia, TAP, tem sede em Chicago, nos Estados Unidos, e combina a rede europeia Galileo com o sistema norte americano de reservas Covia - Apollo.

Sistema ABACUS: criado por empresas de aviação asiáticas.

Esses sistemas são utilizados por mais de 24.000 agências de viagens em todo o mundo, oferecendo serviços e produtos como: tarifas; horários e rotas de vôos; reserva de carros; reservas de hotéis em todo mundo; informações sobre itinerários; informações sobre requisitos e exigências de viagens como vistos, saúde, importação; serviço de reserva de limusine com motorista, brindes e flores de "boa viagem"; serviço de informação sobre meteorologia internacional, conversão de moedas, passeios turísticos, colônias de férias, aluguel de iates; serviço de reserva de ingressos de teatro.

Administração do tempo ...

Os sistemas ainda permitem a emissão de relatórios de comissões de produtividade, das atividades dos clientes, além de possibilitar a transferência de dados de passageiros para um sistema de contabilidade compatível. O equipamento exigido para operar é um micro-computador 386 ou 486, com sistemas DOS, WINDOWS ou OS/2.

A utilização desses sistemas permite maior eficiência, produtividade, competitividade e otimização do tempo e, conseqüentemente, oferece um melhor serviço ao cliente, que deve merecer toda a atenção e informação necessária para sua viagem.

Outros sistemas existentes no mercado para auxiliar na organização e desenvolvimento da atividade turística são o **Travel Mídia**, que auxilia na atualização das informações sujeitas a alterações por vezes diárias da área, eliminando grande parte da papelada existente para atendimento ao cliente.

Fly System: criado pela Fly Tour permite o controle de reservas de passagens e de hotéis, que funciona integrado a módulos de faturamento, cobrança, reembolso e de gerenciamento do estoque de bilhetes aéreos, podendo também estar ligado a outros programas de controle bancário, de contabilidade ou de folha de pagamento.

Save: Sistema de Automação para Agências de Viagens e Operadoras de Turismo, desenvolvido pela Bel Air Viagens, que permite a comunicação direta com os computadores das companhias aéreas (Varig, Transbrasil e Vasp), tornando mais rápida e fácil a emissão de passagens.

A viagem virtual é outra realidade existente através da multimídia e Internet, permitindo o experimento de um local, antes mesmo de viajar.

Existem no mercado Guias de Viagem em CD-Rom, lançados pela Berlitz International; o Projeto Multimídia Turismo Brasil, que já lançou seu primeiro CD-Rom sobre Porto Seguro, na Bahia, seguido do Pantanal, Brasília e São Paulo; a empresa Interpoint lançou o multimídia *Sky Show*; o *Almanaque Abril* em CD-Rom e outras operadoras estão se preparando para lançar no mercado seus produtos em multimídia. Outros programas disponíveis são *Action Travel*, *Travel Planner e Sure*, *Maps*, *Personal Travel Guide (PTG)*; *PC-Globe*; *Mundi*; *Turport - EMBRATUR*; *CIT (Sociedade Italiana de Turismo)*.

Em relação à Internet podemos destacar que alguns mecanismos de busca por palavra chave com interface no World Wide Web proporcionam verdadeiras viagens turísticas virtuais. Entre eles:

<http://www.altavista.digital.com;>

[http://www.yahoo.com/;](http://www.yahoo.com/)

<http://www.eit.com/web/netservices.html>;

<http://www.city.net>;

<http://www.travelweb.com>;

<http://www.amrcorp.com> (esse site permite acessar o serviço SABRE);

<http://www.goworldnet.com/usa.htm>;

<http://www.lycos.com/>;

<http://www.freeways.com>;

<http://www.mandic.com.br/gateone>;

<http://www.dna.ith.se/cgi-bin/kurt/rates> (serviços de câmbios).

No Brasil, <http://www.iis.com.br/~gviberti> possui um item específico para lazer, incluindo bares, restaurantes e turismo;

<http://www.embratur.gov.br/>;

<http://www.ams.com.br/agaxtur/>;

<http://www.netmar.com/~decw/angra.htm> são outros endereços entre muitos acessos já existentes.

4. CONCLUSÃO

É necessário habilidade, incentivo e motivação para uma boa organização no trabalho e na vida pessoal. Quanto mais claras as metas e objetivos de uma empresa, mais fácil será administrar o tempo de trabalho. A tecnologia cria novas possibilidades de otimização das atividades, com rápido resultado e com relativa facilidade de comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BELKIN, N.J. **Information Concepts for Information Science**. J. Documentation 34 (1): p. 55-85.
2. FORESTER, Tom. **The Information Technology Revolution**, The MIT Press. Estados Unidos: Cambridge, Massachusetts, 1986.
3. HICKS, James O. Jr. **Management Information Systems: a user perspective**. Estados Unidos: West Publishing Company, 1993.

Administração do tempo ...

4. MARINS FILHO, Luiz Almeida. **Administrar Hoje**. São Paulo: Editora Harbra, 1988.
5. MOSTAFA, Solange. Sociedade de Informações: Sociedade do trabalho. **Revista da Biblioteconomia da PUCAMP**, Campinas, 1992.
6. MOSTAFA, Solange, LIMA, Ademir e MARANON, Eduardo. Paradigmas Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista Reflexão**, Campinas, nº 57, set./dez. 1993, p. 150-171.
7. NAISBITT, John. **Paradoxo Global**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.
8. SCHLENGER, Sunny, ROESCH, Roberta. **Organize-se**. São Paulo: Editora Harbra Ltda., 1992.
9. YVES, Vidal. El Tiempo Compartido una Utopia que Avanza Trabajo, **Revista de La Oficina Internacional del Trabajo**, nº 9, sept/oct., 1994, p.14-15.
10. **Guia de Serviços da Embratel** - Empresa Brasileira de Telecomunicações.
11. **Glossário sobre termos técnicos sobre redes de Computadores para principiantes-versão1.0**-<http://www.ci.rnp.br/ci/doc/ref0125c.html>

O humor na charge jornalística

Humour in the newspaper “charge”

Maria Inês GHILARDI

Doutora em Letras na área de
Semiótica e Linguística Geral pela USP e
professora no Instituto de Letras e
Instituto de Artes, Comunicações e
Turismo / Puccamp.

RESUMO

Este artigo objetiva estudar a charge jornalística enquanto discurso humorístico veiculado pelo jornal. Além de transmitir informações, de forma rápida e sucinta, com criatividade e uma imprescindível dose de humor, a charge revela uma leitura crítica do mundo atual e se adequa aos leitores de hoje que, cada vez mais, passam a ler a imagem associada à palavra. Investiga, portanto, o que produz o riso nesse tipo de discurso e quais os recursos utilizados na associação de dois tipos de códigos: o lingüístico e o visual.

Palavras-chave: Discurso. Charge. Humor.

ABSTRACT

In this article, the newspaper “charge” is analysed as a humoristic discourse in the press. The newspaper cartoons besides transmitting information, in a quick and short way, with creativity and necessary humour content, reveals a critical interpretation of the present world. It also fits today's readers, who more and more read the image associated to the produces laughter in this kind of discourse and the utilized resources in the association of two types of codes: the linguistic and the visual.

Key words: Discourse. “Charge”. Humour.

O humor na charge ...

Hoje, a comunicação não se faz com total predomínio do sistema verbal, pois, cada vez mais, o homem assiste ao crescimento dos sistemas não-verbais de produção de significação, muitas vezes operando em paralelo - verbal e não-verbal -, constituindo um sistema complexo¹, com uma estrutura própria, merecedora de consideração por quem se interessa pelo trabalho de análise do discurso e de produção e recepção textuais. Faz-se necessário entender como se processa a informação no discurso verbal e no não-verbal, visto que “uma imagem pode conter informação que não cabe em mil palavras” e “uma palavra pode resumir o conhecimento de mil imagens”².

Assim, objetivamos investigar a **charge jornalística** enquanto discurso humorístico veiculado pelo jornal, o qual tem como característica básica a transmissão de informações. Se comparada ao texto jornalístico, a charge não possui a mesma precisão e detalhamento, contudo pode causar impacto comparável ao de um bom texto crítico. E, ainda, contém as emoções que envolvem os fatos, enquanto as reportagens tratam apenas de comunicá-los. O humor permite o desvelamento de uma visão de mundo muitas vezes oculta pelas notícias jornalísticas e pode constituir-se em uma espécie de arma de denúncia da sociedade.

Assim, além de transmitir informações, de forma rápida e sucinta, com criatividade e uma imprescindível dose de humor, a charge revela uma leitura crítica do mundo atual e se adequa aos leitores de hoje que, cada vez mais, passam a ler a imagem associada à palavra.

O que produz o riso, na charge jornalística, não são (somente) os recursos lingüísticos como pressuposições, inferências, estratégias conversacionais etc, utilizados na construção dos chistes. Tais recursos, quando utilizados na charge, estão associados à imagem visual, ao desenho caricaturesco que predomina no quadro, do qual também “lemos” as idéias implícitas. Assim como a palavra, um simples traço, uma linha reta ou curva, um ponto no espaço, a luminosidade e as formas do desenho significam.

Ao ressaltar os detalhes das figuras representadas no quadro, o chargista contrapõe o desenho a uma foto. São utilizados símbolos e caricaturas. Estas representam o exagero das características da face e/ou do corpo de uma pessoa, de maneira que a tornem reconhecível - talvez mais facilmente do que na foto onde as características distintivas não são exageradas - para a maioria dos leitores.

Para compreender a charge é necessário o conhecimento do assunto tratado, das pessoas nela representadas e do contexto, pois ela leva em conta o fato noticiado ao qual se vincula. Assim, é imprescindível que o desenho tenha

(1) C.T. PAIS, *Elementos para uma teoria dos sistemas semióticos*, p. 45-60.

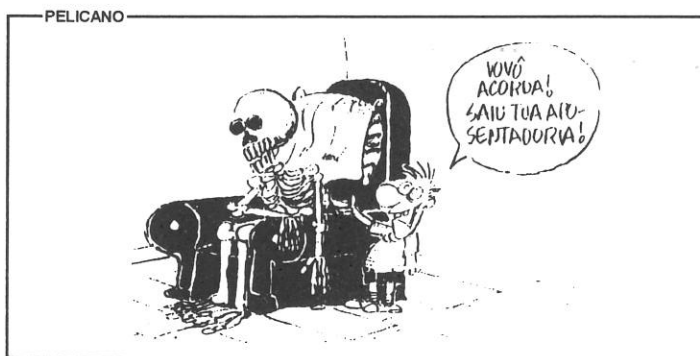
(2) N. LAGE, *Estrutura da notícia*, p.7.

suficiência de dados, fornecidos pelos detalhes. A caracterização do ambiente, dos personagens, e as marcas simbolizando o tema são suportes necessários à interpretação adequada. São esses os dados explícitos que vão possibilitar a leitura dos implícitos.

“Com poucos traços, o chargista deve dar conta dos dados fundamentais fornecidos pela matéria jornalística, da crítica aos fatos e do humor gerado pela crítica, ainda que este seja apenas o reflexo do pensamento que o leitor gostaria de exprimir. Fazer charge, portanto, é associar a síntese dos acontecimentos da sociedade, a agudez da crítica feita aos episódios noticiados e o humor brotado pela maneira como os fatos são tratados à precisão e segurança do traço”.³

Vejam as seguintes charges publicadas em jornais paulistas: *Correio Popular*, de Campinas, em 15/2/95, e *Folha de S. Paulo*, em 15/3/96:

As duas charges tratam do projeto de reforma da Previdência Social do



Correio Popular, 15 de fevereiro de 1995, p.6.



Folha de S. Paulo, 15 de março de 1996, p.4.

(3) M.I. GHILARDI, *A charge jornalística e a leitura do não-verbal*, p. 19-25.

O humor na charge ...

Brasil, que gerou controvérsia e tem provocado, há anos, muitas divergências entre o governo federal, a população, os sindicatos, os partidos políticos e seus membros. Os tópicos mais polêmicos referem-se a: tempo de serviço para a aposentadoria, tempo de contribuição, idade para se aposentar, teto salarial, aposentadorias especiais e acumulação de aposentadorias.

A primeira charge retrata a tristeza e a falta de perspectiva do trabalhador comum, pois sua renda não lhe permite ter algum conforto; ele consegue apenas adquirir o mínimo necessário para manter a vida. E, às vezes, nem isso é possível. O desenho mostra uma caveira sentada numa poltrona simples, recostada em um travesseiro, com um dos braços caído e o outro dobrado em posição de descanso e expectativa. O local é um canto de sala ou quarto que, pelo tipo de chão ladrilhado, denota simplicidade. Um garoto chama o avô, cutucando-o ao dizer: "*Vovô acorda! Saiu tua aposentadoria!*" Numa época de discussão sobre a queda da aposentadoria por tempo de serviço, o sentido explorado no quadro é o de que o trabalhador mais pobre pode "esperar sentado", ou seja, sua dispensa do serviço chegará tarde demais, quando ele já estiver morto - vai "morrer de esperar" -, sem oportunidade para usufruir do benefício, embora tão insignificante.

A outra charge mostra três homens representando diferentes tipos de pessoas e níveis de benefícios. O primeiro, aparentemente mais velho, muito magro, meio corcunda, careca, com poucos dentes, olhos esbugalhados, tem a fisionomia triste, desolada e desiludida. Está trajando uma roupa simples, calça remendada e camisa, portando em uma das mãos uma bengala e com a outra indica um gesto de dor nas costas ou simplesmente dificuldade para andar. Representa a situação de miséria e pobreza da maioria dos trabalhadores do país, enfim, é a imagem do "pobre coitado" que, ao se aposentar, aparenta ser mais velho do que provavelmente é, devido à sua condição sócio-econômica.

O segundo, mais gordo, ereto, de aspecto saudável, sorrindo, vestindo bermuda clara e camisa de bolas grandes, do tipo "férias de verão no Havaí", segura um copo de bebida em uma das mãos e, com a outra, acende um cigarro já colocado na boca. Com expressão fisionômica alegre, descontraída, simboliza o aposentado que está aproveitando a vida, gozando dos prazeres que ela proporciona aos ricos. É o típico parlamentar brasileiro que pode se aposentar com pouquíssimo tempo de serviço e renda alta.

Já o terceiro indivíduo, mais gordo que o anterior, com bigode bem aparado, sorri tranquilamente, fumando charuto - o que denota classe social mais elevada -, vestido com calça listrada, camisa, gravata borboleta, paletó escuro e cartola. Está sentado confortavelmente num grande saco de dinheiro, ou, como popularmente diríamos, "montado no dinheiro", não se importando com as moe-

das espalhadas pelo chão e algumas notas que voam ao seu redor. Há, até, algumas no bolso do seu paletó. Representa um banqueiro que, segundo a opinião de algumas pessoas, enriquece sem ter que saldar suas dívidas, protegido pelo governo federal.

O primeiro homem diz: “*Eu me aposentei pelo INSS!*”, ou seja, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, órgão do governo pelo qual a maioria dos trabalhadores brasileiros se aposenta com renda suficiente apenas para adquirir o básico para sua subsistência. O segundo fala: “*Eu pelo IPC*”, Instituto de Previdência dos Congressistas, que proporciona a eles uma aposentadoria espe-

“

As pessoas riem da própria desgraça?

”

cial e vantajosa em relação aos demais segurados e que lhes permite continuar com o alto salário de parlamentares, além de ser a única que exige o mínimo de oito anos, apenas, para se aposentar. Finalmente, o terceiro homem desfruta da “especialíssima” vantagem de proteção ao sistema bancário do país. Ele complementa a fala dos outros dizendo: “*E eu pelo PROER*”, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, causador de tanta polêmica em relação às atitudes governamentais, por adotar uma política que, de

acordo com os comentários de quem é contra o governo, beneficia os banqueiros.

A palavra “*PREVIDENTES...*”, na parte superior do quadro, aponta as contradições do projeto da Previdência Social e sugere, ainda, a pergunta: quem, na realidade, é previdente? Qual dos indivíduos é - ou foi - prudente, acautelado, no sentido que o adjetivo permite ler? Na comparação entre eles está a crítica a uma questão bastante conhecida dos trabalhadores e do povo em geral: a injustiça social.

A crítica - com grande dose de humor - não está explicitada em palavras, apenas sugerida pelo desenho. Enfim, por que o leitor acha graça? Provavelmente, porque o tipo de discurso é (aparentemente) lúdico e porque o chargista consegue mostrar de outra forma aquilo que ele (leitor) não consegue ou não tem oportunidade de fazê-lo. E, também, porque os parlamentares e os banqueiros estão sendo ridicularizados - apesar de contraditoriamente privilegiados - diante de toda a população, como reação habitual de quem é contra algo. Implicitamente há, ainda, uma crítica ao próprio governo brasileiro, lugar-comum desencadeador de piadas e risos. O humor surge do confronto entre as condições sócio-econômicas e o estilo de vida desses homens, da identificação com o leitor e do exagero do traço caricaturesco. Ou as pessoas riem da própria desgraça?...

É claro que há textos escritos opinativos e críticos, com idéias explícitas e implícitas, entretanto sem a concisão, a sutileza, a rapidez e o **humor** da charge

O humor na charge ...

que tem, ainda, grande liberdade para mostrar a interpretação dos fatos, devido ao tipo de discurso - lúdico -, e por utilizar recursos lingüísticos e semióticos. Ela comporta o paradoxo da leveza e da profundidade, ou seja, ao mesmo tempo em que é um texto de lazer e entretenimento, toca no cerne de questões de ordem política, econômica e social entre outras. Vemos, assim, que o humor é gerado não só pela palavra, ou pelo desenho, porém muito mais pela associação dessas duas formas de expressão.

Portanto, além da crítica a um fato ou comportamento social, é intenção do chargista prococar o riso, motivo pelo qual ela tão bem se encaixa no âmbito do discurso humorístico e, como tal, merece ser examinada por esse prisma. De acordo com Travaglia⁴, “o humor é uma atividade ou faculdade humana cuja importância se deduz de sua enorme presença e disseminação em todas as áreas da vida humana, com funções que ultrapassam o simples fazer rir.” Sobretudo no caso da charge, o humor “é uma espécie de arma de denúncia, de instrumento de manutenção do equilíbrio social e psicológico; uma forma de revelar e de flagrar outras possibilidades de visão do mundo e das realidades naturais ou culturais que nos cercam e, assim, de desmontar falsos equilíbrios”.

Como as idéias contidas nesse tipo de ilustração só fazem sentido se vinculadas ao noticiário, o chargista precisa acompanhar os acontecimentos tão de perto quanto o editorialista, o comentarista ou o articulista. Precisa, também, ter olhos críticos e perceber quais os interesses da população, o que cada leitor gostaria de dizer e não tem espaço para fazê-lo. É condição básica para a interpretação da charge o conhecimento partilhado de mundo, o que faz com que Pereira⁵ afirme que “é preciso haver uma adequação entre humorista e consumidor do humor”, ou, neste caso, entre o chargista e o leitor da charge.

Definida por Chico Caruso como um tipo de arte engajada, participante, a charge ganhou mais espaço nos jornais brasileiros após o final do governo militar. Segundo Caruso⁶, “fazer charge é espremer em imagens o suco da vida política nacional.” Não somente os temas políticos podem motivá-la, contudo, as principais manchetes de nossos jornais dedicam mais espaço a esse tipo de assunto, ocasionando a grande dedicação dos artistas à charge política, assim como o interesse do leitor.

Enfim, ao caracterizá-la como discurso humorístico, torna-se relevante arrolar algumas “armas” componentes do humor, conforme lembra Travaglia⁷ ao citar autores que estudaram o assunto. São, entre outras, a surpresa, a criatividade,

(4) L.C. TRAVAGLIA, *Uma introdução ao estudo do humor pela Linguística*, p.55.

(5) apud TRAVAGLIA, op.cit.

(6) apud A. RAPOSO, *Chico Caruso*, p.4.

(7) TRAVAGLIA, op.cit., p.77.

“o exagero, o cinismo, a sátira, a irreverência e a balbúrdia. Estas duas últimas indispensáveis se o humor quer enfrentar, romper, revolver estruturas”.

O estudo da charge aponta um dos caminhos para observarmos a forma como a realidade é interpretada pela sociedade e pode, assim, propiciar um retrato, mesmo que não completo e detalhado, da época e do mundo atual. Pode, ainda, incentivar a investigação no âmbito do discurso jornalístico ou do humorístico. O humor atinge o leitor com rapidez e agudeza, podendo revelar a crítica inteligente dos “mais sérios” episódios de nosso dia-a-dia.

A charge é, então, o discurso humorístico que valoriza a ilustração, a caricatura e coloca em dúvida questões de ideologia, poder, sentimentos, personalidade, enquanto ri da própria dúvida. É, outrossim, uma proposta de reflexão e contém, inerente a si, todo um complexo ideológico, não só de seu autor ou do veículo que a publica, mas também da sociedade na qual se insere. Para entendê-la, o leitor deve procurar enxergar por trás de um simples traço, uma denúncia; de uma gargalhada, um problema; do humor, uma séria crítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GHILARDI, M.I. A charge jornalística e a leitura do não-verbal. **Perspectiva**. Erechim, RS: URI, ano 19, nº 67, setembro de 1995.
2. LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1987, 2ª ed.
_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1990, 3ª ed.
3. ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1987, 2ª ed. rev. e aum.
4. PAIS, C.T. Elementos para uma teoria dos sistemas semióticos. **Revista Brasileira de Lingüística**. nº 1, ano 5, 1982, v.6.
5. POSSENTI, S. De que é que você está rindo? Ou um riso quase adverbial. **Estudos lingüísticos XVIII. Anais de seminários do GEL**. São Paulo: 1989.
6. _____. Os humores da palavra. **Estudos lingüísticos XXIII. Anais de seminários do GEL**. São Paulo: 1994, v.2.
7. RAPOSO, A. Chico Caruso. **Revista de Comunicação**, ano 10, nº 35, março de 1994.
8. TRAVAGLIA, L.C. **Uma introdução ao estudo do humor pela Lingüística**. D.E.L.T.A., nº 1, 1990, v.6.
9. VAL, M. da G.C. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Do processo de criação artística com os meios eletrônicos

The process of artistic creation with electronic means

Mônica TAVARES

Mestra em Multimeios pelo Instituto de Artes/ Unicamp, doutoranda em Artes Plásticas pela ECA/USP e professora auxiliar do Departamento de Desenho e Tecnologia da Universidade do Estado da Bahia / UNEB.

RESUMO

É nossa meta analisar o processo de criação de imagens decorrentes da utilização dos meios eletrônicos. Identificaremos as causas geradoras da criação desse tipo de imagem; estabeleceremos as características do pensamento criador; e, por fim, descreveremos os estágios de desenvolvimento do ato criativo inerente ao uso dessas novas tecnologias. Esses novos meios, ao serem utilizados na criação artística, introduzem modificações nos sistemas de representação consideradas, neste artigo, como instauradoras de novas perspectivas e possibilidades de criação. Na criação artística mediada pelas novas tecnologias, os produtos gerados não são mais unicamente resultantes da ação do artista, são reflexo do que foi idealizado pelo indivíduo criador em conjunto com o sistema produtivo.

Palavras-chave: Processo. Construção-criação. Imagens eletrônicas.

ABSTRACT

In this article we analyse the creative process that comes from the production with electronic means, analysing causes, elements and stages that structure the construction of electronic images. The electronic means when used for artistic purposes introduce changes in the processes of image creation, which may be considered by some people as destructured, may be seen by others as starters of new perspectives and possibilities of discovery. In the artistic creation mediated by new technologies, the products created are not only the result of the artistic creation of the artist, but they are a reflex of what was idealized by the individual who created together with the productive system.

Key words: Process. Construction-creation. Electronic images.

1. DAS CAUSAS

Etimologicamente a palavra criar deriva do latim *creare* e significa dar origem, gerar, formar, produzir, inventar, imaginar, etc. Todos esses sinônimos sugerem a idéia de que o criar esteja diretamente relacionado ao surgimento de algo, que poderia ser um fenômeno qualquer, uma “obra de arte”, a própria Natureza, o Homem, etc. Todos, por sua vez, imersos num processo de vir a ser. Para Aristóteles, dois princípios correlativos, *hýlé* (matéria) e *morphé* (forma) permitem explicar as diferentes categorias do “devir”. Por outro lado, além desses dois princípios de atividade intrínsecos, aparecem dois outros: o motriz e o final, com os quais fica estabelecida a doutrina das quatro causas (material, formal, motriz e final).

Segundo essa doutrina, para se compreender os fenômenos, deve-se conhecê-los mediante as suas causas. A primeira delas, a material, designa a matéria de que uma coisa é feita. A causa formal diz respeito à causa racional. Ela é a razão dos fenômenos, o modelo. Com relação à causa motriz, diz-se daquela que por sua ação física produz o efeito. E como causa final, entende-se aquilo pelo qual o efeito é produzido.

Tem-se ainda que “o ato do construtível, enquanto construtível, é construção (...) o que se constrói é o construtível, e a construção é um movimento”.¹ Com base nessa frase, segundo Aristóteles, poder-se-ia conceber o ato de criar como uma “construção”, sendo sempre um processo dinâmico, e não o edifício acabado, na condição de sempre poder vir a ser. Essa “construção-criação” dar-se-ia, então, a partir de um suporte (causa material) e de uma idéia (causa formal) que, operados por uma ação física (causa motriz), tem como finalidade gerar um produto acabado (causa final).

O processo de “construção-criação” de imagens, por meio de recursos eletrônicos, é denominado *computer graphics* (em língua inglesa) ou *infographie* (em língua francesa). Do desenvolvimento desse processo, resultam as imagens eletrônicas.²

Na correlação entre o ato criativo - que deriva da produção com os novos meios tecnológicos - e a doutrina aristotélica das quatro causas, verificamos existir como causa material não somente os suportes duros sobre os quais as

(1) Física III, 1, apud Millet, 1990: 51.

(2) Neste artigo, o universo de estudo restringe-se às imagens eletrônicas, estabelecidas no âmbito da prática artística. Essas imagens são compostas por pequenos pontos chamados pixels (abreviatura de 'picture element'), distribuídos em linhas e colunas e agrupados em forma de matriz. A unidade básica de codificação é chamada BIT, contração da expressão Binary digIT (0 e 1). Em função dessa característica digital, as imagens eletrônicas comportam-se como uma matriz numérica, passível de alteração, manipulação e comutação imediata entre distintos meios.

Do processo de criação artística...

imagens pré-informáticas se inscreviam, mas também a qualidade de as imagens infográficas serem codificadas sob forma numérica. Essa qualidade permite que as imagens circulem através das interfaces, podendo então ser traduzidas para diferentes meios por intermédio de dispositivos transdutores, sem perda nem distorção.

Assim, poderíamos dizer, mesmo que pareça paradoxal, que a causa material das imagens eletrônicas comporta também a pura “imaterialidade”, inerente a esse fluxo contínuo no qual se processa a comutação instantânea entre códigos e linguagens. Vale ressaltar que essa “imaterialidade” não significa a ausência de uma matéria, mas, sim, deve ser considerada como uma forma de energia. Nesse sentido, as imagens eletrônicas convivem na dialética de um componente físico *versus* um componente virtual. Como a “construção-criação” é a passagem de uma matéria carente de forma à forma³, sugerimos que, no processo do devir desse tipo de imagem, a “potência” seja representada por essa “imaterialidade” e o “ato” pelo trabalho sinérgico do pensamento criador (causa formal) e do operar do homem (causa motriz)⁴, nesse caso, aliados aos sensores e extensores artificiais, representados pelos *softwares* e *hardwares*, elementos que possibilitam novas formas de visualização, percepção e expressão. São as causas material, formal e motriz que se integram nos processos de “construção-criação”, com vistas à determinação da causa final: as imagens eletrônicas.

2. DO PENSAMENTO CRIADOR

Segundo R. Arnheim, o desenvolvimento do pensamento criador envolve dois processos cognitivos: a intuição e o intelecto, considerados como procedimentos da mente para aquisição de conhecimento. O primeiro processo realiza as funções relacionadas com habilidades espaço-visuais, operando de modo holístico e sintético, como é próprio do pensamento não-verbal e do hemisfério direito do cérebro; enquanto o segundo é responsável pela organização da percepção em esquemas lógicos, funcionando de modo analítico, seqüencial, próprio do pensamento verbal e do hemisfério esquerdo do cérebro.⁵

(3) Louis MILLET, *Aristóteles*, p.51.

(4) No livro *Sobre la Doctrina Tradicional del Arte*, Coomaraswamy admite que, em analogia à passagem mitológica de Atenas e Hefesto, o artista no momento da sua criação possui dentro de si a sabedoria e o método, a ciência e a arte, o conceito e a técnica, defendendo, assim, igual capacidade para imaginação e execução (Coomaraswamy, 1983: 49). Esta afirmação vem ratificar a idéia do trabalho sinérgico entre a causa formal e a causa motriz, citada.

(5) Marta Kohl OLIVEIRA, *O verbal e o não-verbal*, p.54.

Percebe-se também, nas palavras de Paul Valéry, a co-existência do intelecto e da intuição no domínio das atividades criativas. Esse autor afirma que a intuição não é unicamente um atributo do artista, nem tão pouco o intelecto, um atributo exclusivo da ciência.

Não é nossa intenção estender o número de referências para ratificar a existência de um trabalho conjunto da intuição e do intelecto, independentemente da natureza da obra realizada. Aqui, o que na realidade interessa-nos é identificar - no universo das imagens eletrônicas instaladas na simbiose do pensamento verbal ou matemático e do pensamento não-verbal ou visual - os elementos que evidenciam a dualidade do pensamento criador no processo de criação de imagens eletrônicas.

Na busca por encontrar os elementos que caracterizam a dualidade do pensamento criador (inteligível + sensível), acreditamos poder utilizar a analogia, estabelecida por Laurentiz, entre a estrutura do olho e os sensores e extensores artificiais. Ele afirma que esses sensores e extensores não podem ser considerados como

meras extensões do homem, em função de agirem analogamente às operações dos seres humanos. Entende que a parte fisiológica do olho, por onde passam as informações coletadas, corresponderia ao *hardware*, e a parte neurológica, que programa o registro e a operação de trânsito das informações, equivaleria ao *software*.⁶

“

A intuição não é unicamente um atributo do artista.

”

Quando se considera que os sensores e extensores agem em conformidade com as atitudes humanas, pode-se sugerir que, nos processos de “construção-criação” das imagens eletrônicas, o pensamento inteligível estaria presente em decorrência da integração e da cooperação do intelecto do homem, aliado aos *softwares*, ambos responsáveis pelas operações aritméticas e lógicas embutidas nos algoritmos.

Contudo, não se pode esquecer de ressaltar o importante papel desempenhado pelo pensamento visual ou intuitivo nos processos criativos desenvolvidos com os novos meios tecnológicos. Os *softwares* são os elementos que trabalham na tradução de imagens mentais a partir de operações lógicas e aritméticas. As fórmulas matemáticas estabelecem modelos capazes de evidenciar o visível presente na mente do indivíduo criador, mostrando as infinitas possibilidades de devir das imagens eletrônicas. O raciocínio matemático, traduzido em forma de diagramas, permite à pessoa que cria “simular” situações hipotéticas que antecedem à existência de um objeto ou de uma ação real.

(6) Paulo LAURENTIZ, *A holarquia do pensamento artístico*, p.100.

Do processo de criação artística...

Os modelos matemáticos que agem na “construção-criação” das imagens infográficas podem ser considerados como modelos de simulação do pensamento criador. Quéau salienta o papel dos modelos de simulação, não como uma simples ferramenta, mas como um instrumento que ajuda a pensar. São suas palavras: “(A simulação) não (é) mais uma simples ferramenta metodológica, mas uma imagem de funcionamento do corpo e do pensamento”.⁷

Lévy considera a simulação como uma imaginação auxiliada por computador; admite ser a simulação uma ferramenta de auxílio ao raciocínio mais importante que a lógica formal. Para esse autor, enquanto “a teoria é uma forma de apresentação do saber, um modo de comunicação ou mesmo de persuasão”, o conhecimento por simulação corresponde, em geral, “às etapas da atividade intelectual anteriores à exposição racional: a imaginação, a bricolagem mental, as tentativas e erros”.⁸ Segundo Lévy, as imagens eletrônicas são decorrentes do que ele define como novas tecnologias da inteligência. Encontra-se nessas novas tecnologias da inteligência elementos de apoio, que estimulam o aumento dos poderes da imaginação em razão dos processos de digitalização, modelação, simulação e animação. A evolução desses sistemas de raciocínio leva-nos a uma necessária reflexão sobre a interface homem/máquina.

“

*O computador não
trata a
significação.*

”

Nos processos de “construção-criação” de imagens eletrônicas, Moles admite que a programação dos computadores tem afinidade com o raciocínio cibernético, no qual a descoberta de uma analogia induz à reprodução, o mais perfeitamente possível, dos processos mentais, o que seria nada mais do que “simular tudo o que é possível simular”. O modelo simulado vai sendo aprimorado mediante tentativas e erros. Entretanto, esse autor salienta que o pensamento, para o computador, materializa-se por signos vazios de sentido. Assim, a máquina não pode participar da imagem mental que esses mesmos signos evocam. A esse respeito, ele enfatiza que “o computador não trata a significação”.⁹ Pelo menos, até o momento, os computadores só podem efetuar as operações de cognição intelectual, mas não as de intuição. Acreditamos que os processos criativos das imagens informáticas necessitem, afinal, impor-se pela sinergia de funções; proposta por sua vez, a partir da idéia de Simondon sobre “a concretização do objeto técnico”, fundada na organização de sub-conjuntos que fazem parte de um funcionamento total.¹⁰

(7) Philippe QUÉAU, *La simulation como rêve*, p. 53.

(8) Pierre LÉVY, *As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*, p. 124-125.

(9) Abraham MOLES, *A criação científica*, p. 49-50.

(10) Gilbert SIMONDON, *Du mode d'existence des objets techniques*, p. 34.

Ao retomar a comparação feita por Laurentiz, resta-nos salientar o papel desempenhado pelos *hardwares*, considerados como o equipamento por onde circulam as imagens, ou seja, o meio no qual o artista realiza o processo de “construção-criação” das imagens eletrônicas. O ato de “executar” essas imagens se orienta na busca por tratar a materialidade dos novos meios como potencial de criação. Nesse sentido, os *hardwares* aparecem ligados à faculdade operativa do homem, possibilitando a imitação de um modelo presente na mente do indivíduo criador.

As imagens eletrônicas são, portanto, resultantes da relação entre o pensamento lógico e o pensamento visual, são produto de uma relação sinérgica entre a ciência e a arte, entre o homem e a máquina, produto do (*lógos*) + (*ars e techné*), produto da tecnologia. Tecnologia, sobretudo, considerada como um estágio do conhecimento, derivado da evolução da técnica, no qual o saber científico, aliado ao saber fazer, impõe-se como motor do poder vir a ser.

3. DAS ETAPAS

Estudos, os mais diversos relativos ao processo criativo, admitem a existência de fases que, apesar de logicamente separadas, só raramente se mostram distintas na prática. Em conformidade com Wallas¹¹, serão descritos os diversos estágios do processo criador. A esta classificação (preparação / incubação / iluminação / verificação) serão acrescidas as contribuições de Kneller¹² e Moles¹³. Kneller modifica a seqüência convencional, admitindo, como primeiro estágio, a fase de apreensão; enquanto Moles admite que, somente no estágio da comunicação, o trabalho está acabado.

Apreensão - O artista tem a apreensão de uma idéia a ser realizada. Até então ele não teve o *insight*, mas apenas a noção de algo a fazer. O artista propõe a si mesmo problemas, de um modo não consciente, sendo muitas vezes incapaz de traduzir a formulação concreta de uma questão a resolver.

Preparação - É a fase de assimilação do conhecido. Trata-se, como o próprio nome diz, de uma fase preparatória, na qual o indivíduo criador indaga, ouve sugestões, discute e explora, permitindo à mente alcançar a problemática a desenvolver. É a exploração feita com o objetivo de investigar as possibilidades de uma apreensão. O indivíduo criador recolhe material e procura diferentes

(11) WALLAS Apud Abraham MOLLES, op. cit., p. 161-167; Silvano ARIETI, *Creativity: The magic synthesis*, p. 14-20.

(12) George F. KNELLER, *Arte e ciência da criatividade*, p. 62-73.

(13) MOLLES, op. cit., p. 161-167.

Do processo de criação artística...

métodos de trabalhá-lo. No âmbito da criação com os meios eletrônicos, é a fase em que se deve apreender a materialidade dos novos meios para utilizá-la como forma de expressão. É a pesquisa do instrumental, tanto a nível do *hardware* como do *software*; é a fase de explorar, conhecer as qualidades e potencialidades que as novas tecnologias oferecem.

Incubação - Apesar de se apresentarem distintas, as fases de preparação e incubação raramente se mostram separadas. No período de incubação, buscam-se as inesperadas conexões necessárias para o fechamento da idéia. O artista sente uma espécie de insatisfação e de tensão relacionadas com a idéia de algo que se tem a completar. Apresenta-se à mente do criador um “forma aberta”¹⁴ que tende a se completar. Não se pensa conscientemente em um problema particular. É o momento de que a mente necessita para atingir a iluminação, é nesse espaço de tempo que ocorrem as operações mentais de diferenciação, nivelamento, comparação e construção de alternativas no intuito de alcançar uma ordem formal.

Iluminação - É o estágio no qual o criador percebe a solução de seu problema. A forma encontra seu fecho; é nessa altura que a tensão se relaxa. São manifestações do inconsciente que trazem a matéria-prima da realização criadora, que será submetida ao controle da mente. É o momento do *insight* criador, alguma coisa entre pressentimento e solução. O que antes se configurava como difuso passa a constituir uma formulação precisa, um diagrama mental suscetível de experimentação, a partir de um trabalho posterior. É o momento crucial da criação, geralmente, instantâneo, no qual se estabelecem as associações mentais. É o instante em que a obra se configura na mente do criador.

Verificação - É a fase da realização. Esse período é suscetível de controle. A solução do problema deve ser validada com base em critérios lógicos do pensamento. A fase de verificação implica a retomada de elementos, podendo suscitar novas intuições, até mesmo de natureza inteiramente diversa. Essa fase equivale a um processo de revisão em que a solução do problema é conscientemente elaborada, sendo passível de alteração e correção. Na criação com os novos meios eletrônicos, instala-se a etapa de verificação, a partir da articulação da “fase de ideação e concepção”, inerente ao homem, com a “fase da realização tecnológica”, inerente à máquina. Essa articulação - que se dá na atualização dos modelos mentais realizados a partir das estruturas tecnológicas - não é senão a concretização do objeto que se está a criar.¹⁵ Essa síntese criativa é produto do homem e da máquina, do inteligível e do sensível, da ciência e da arte. Ela nada mais é do que sinergia das atividades correlatas ao “imaginar” e ao

(14) MOLES, op. cit., p. 163.

(15) JÚLIO PLAZA, *A imagem digital. Crise dos sistemas de representação*, p. 36.

“executar”; respectivamente, causas formal e motriz, próprias dos processos de “construção-criação”.

Enfim, desse estágio decorre a concretização das imagens eletrônicas, ou seja, é o momento, propriamente dito, em que se dá a sua execução. Vale salientar que o processo de trabalho envolvido na geração dessas imagens abrange, num contexto mais amplo, três etapas, assim discriminadas: **ENTRADA → PROCESSAMENTO → SAÍDA**. A primeira etapa - a entrada de dados - realiza-se a partir da **digitalização** de sinais diversos; ela não precisa necessariamente ocorrer. A segunda - o processamento dos dados - dá-se em decorrência da **síntese, tratamento** e / ou **composição** de imagens. E, finalmente, a terceira etapa - a saída de dados - caracteriza-se pela **impressão** ou veiculação da imagem em um meio qualquer: papel, filme ou monitor.

Comunicação - Essa fase corresponde ao período em que ocorre a inserção do criativo no social. É a etapa em que se determina a legitimação do produto realizado, em função de sua aceitação dentro da sociedade. É o momento em que a obra põe-se a viver sujeita às críticas e regras impostas por uma sociedade, ou seja, ela passa a viver separada do seu criador.

4. CONCLUSÃO

Em relação ao processo de criação artística, decorrente do uso das tecnologias eletrônicas, podemos concluir que:

1. As imagens eletrônicas são resultantes da relação entre o pensamento lógico e o pensamento visual, da ciência e da arte; são produzidas na interação das capacidades imaginativa e operativa do homem, quando aliadas à máquina. 2. O fazer artístico com os meios eletrônicos consiste justamente em explorar a materialidade dos novos meios, no intuito de, a partir deles, fazer brotar a qualidade estética. 3. A criação das imagens eletrônicas decorre da articulação de uma “fase de ideação e concepção”, inerente ao homem, e de uma “fase de realização tecnológica”, inerente à máquina.¹⁶ É a partir dessa articulação que se viabiliza o processo de “construção-criação” dessas imagens. As idéias que se estabelecem na mente do indivíduo criador encontram seu fecho no momento em que se materializam no meio onde se desenvolve a criação. 4. Ao considerarmos que o processo de “construção-criação” nada mais é senão um processo de vir a ser, acreditamos que ele - ao se apresentar como um todo - caracteriza um sistema estruturado, renova-se sempre e comporta *feedbacks* alimentados pela ativi-

(16) PLAZA, op.cit., p.36.

Do processo de criação artística...

de experimental e pelas idéias criadoras. 5. Desse sistema dinâmico, podemos destacar as seis fases estudadas: apreensão, preparação, incubação, iluminação, verificação e comunicação. Na prática, essas fases não ocorrem separadamente, isto é, não são estanques. No entanto, ao se mostrarem assim distribuídas, possibilitaram uma compreensão e um entendimento mais nítidos do desenvolvimento da criação artística, inerente à utilização dos novos meios eletrônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARIETI, Silvano. **Creativity: The Magic Synthesis**. USA: Basic Books, Inc. Publishers., 1976.
2. ARNHEIM, Rudolf. **Intuição e Intelecto na Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
3. COOMARASWANY, A.K. **Sobre la Doctrina Tradicional**. Barcelona: Ediciones de La Tradición Unánime, 1983.
4. KNELLER, George F. **Arte e Ciência da Criatividade**. São Paulo: Ibrasa, 1973.
5. LAURENTIZ, Paulo. **A Holarquia do Pensamento Artístico**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.
6. LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência - O Futuro do Pensamento na Era da Informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, 1ª. ed.
7. MILLET, Louis. **Aristóteles**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, 1ª. ed.
8. MOLES, Abraham. **A Criação Científica**. São Paulo: Perspectiva e EDUSP, 1971.
9. _____. **Arte e Computador**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.
10. OLIVEIRA, Marta Kohl. O verbal e o não-verbal. **Revista da USP**. São Paulo: nº 16, p. 52-61, dez.1992/jan., fev.1993.
11. PLAZA, Julio. **A Imagem Digital - Crise dos Sistemas de Representação**. São Paulo, 1991. Tese Livre-Docência, Escola de Comunicação e Artes / USP.
12. QUÉAU, Philippe. **La Simulation como rêve**: Allezaud, Robert, org, "Art et Communication. Paris: Osiris, 1986, p. 49-54.
13. SIMONDON, Gilbert. **Du Mode D'Existence des Objets Techniques**. Paris: Éditions Montaigne, 1969.

A gravura de Oswaldo Goeldi

The production of Oswaldo Goeldi

Paulo de Tarso Cheida SANS

Mestre em Filosofia da Educação e professor /
Puccamp. É autor dos livros *A Criança e o
Artista e Pedagogia do Desenho Infantil*.

RESUMO

O objetivo deste estudo é mostrar a importância do artista Oswaldo Goeldi para a arte brasileira.

A produção de gravura do artista é analisada com o fito de servir de base a detectar os valores e sua importância para a história da Arte.

O trabalho pretende cooperar no sentido de demonstrar ser a gravura um meio ajustado para a expressão artística, confirmando a participação de Oswaldo Goeldi para a propagação deste segmento artístico no país.

Palavras-chave: Arte. Gravura. Crítica.

ABSTRACT

The purpose of this study is to show the importance of the artist Oswaldo Goeldi for the Brazilian art.

The production of the artist's print is analyzed with the purpose of serving as a basis to detect the values and its importance for the history of Art.

The study aims at cooperate in the sense of demonstrating the print is a means to the artistic expression. It confirms Oswaldo Goeldi's participation in the dissemination of this artistic segment in our country.

Key words: Art. Print. Critic.

A gravura de Oswaldo Goeldi

Oswaldo Goeldi nasceu no Rio de Janeiro em 1895. Era filho do suíço Emílio Augusto Goeldi, que viera ao Brasil para dirigir o Museu Nacional e, posteriormente, organizar o Museu Paraense. Aos seis anos, Oswaldo passa a residir na Suíça, em Berna.

Em 1917, cursa durante seis meses a Escola de Artes e Ofícios de Genebra. No mesmo ano, frequenta o ateliê de Henry Van Muyden e Serge Pahke e realiza a primeira individual na Galeria Wyss em Berna.

Volta definitivamente ao Brasil em 1919, fixando-se no Rio de Janeiro, cidade onde expõe no Liceu de Artes e Ofícios em 1921, não alcançando maior projeção junto aos críticos da época. Todavia, essa mostra serviu para ganhar simpatizantes do nível de Di Cavalcante e dos escritores Manuel Bandeira, Aníbal Machado e Ronald de Carvalho. Essas novas amizades levaram-no a conhecer o movimento moderno de São Paulo e a participar da Semana de Arte Moderna em 1922.

Sua carreira estava voltada ao desenho, não deixando, portanto, de se manifestar por esse meio durante toda a sua vida. Estudiosos afirmam que o primeiro contato com a xilogravura aconteceu em 1924, por intermédio de Ricardo Bampi, artista brasileiro educado na Alemanha, que teve o privilégio de iniciá-lo na gravura.

No início de sua carreira como gravador, Goeldi resolveu ousadamente enviar algumas gravuras ao ilustre artista Alfred Kubin, em Viena, para saber seu parecer sobre elas. O mestre respondeu-lhe e o entusiasmou ao julgá-las "extraordinariamente sugestivas e vibrantes"¹.

Para Manuel Bandeira, Goeldi não acreditava muito em "ensino de arte" nos moldes acadêmicos, pois a experiência que tivera em Genebra fora-lhe negativa, trazendo-lhe "uma definitiva antipatia contra essa arte morta, sem imaginação, sem alma, sem nervos"².

O artista declarou, em 1949, que se aperfeiçoou sozinho, "sempre desenhando muito na escola da rua"³ e que seria realmente um autodidata, se não tivesse tido Kubin como seu orientador.

Lançou o álbum *Dez Gravuras em Madeira* em 1930 e se mostrava um gravador hábil e maduro ao realizar obras como *Abandono*, *Amanhecer na Praia* e outras da mesma qualidade. Sobre as gravuras do álbum o grande poeta Manuel Bandeira comentou: "... arte de panteísmo grotesco, em que as coisas mais elementares, um lampião de rua, um poste da rede telefônica, uma bica de jardim, entram a assumir de súbito uma personalidade mosntruosa e aterradora"⁴.

(1) José Maria dos REIS JÚNIOR, *Carlos Oswald, Raimundo Cela, Oswaldo Goeldi*, p. 105.

(2) Apud José Roberto Teixeira LEITE, *A gravura brasileira contemporânea*, p. 14.

(3) *Id.*, *ibid.*, p. 14.

(4) *Op. cit.*, p. 105.

Paulo de Tarso Cheida SANS

Um dos objetivos do artista, com o lançamento desse álbum, foi de angariar fundos para poder viajar à Europa e conhecer pessoalmente Kubin, seu mentor. Realiza essa vontade e volta entusiasmado, tendo a partir de 1931 trabalhado intensamente.

Oswaldo produziu muito. Fez centenas de matrizes, muitas das quais foram feitas em caráter avulso, capas de livro, como no caso da obra *Superstições e Costumes*, de Luís da Câmara Cascudo. Ilustrou obras de Benjamin Costallat, Dostoiévski, Gustavo Corção, Graça Aranha, Jorge Amado e outros e também jornais e revistas.

Figura 1 -
"Rua"
Xilogravura
Oswaldo
Goeldi

Preferia a gravura ao fio e, embora tenha feito poucas gravuras coloridas, foi o brasileiro pioneiro ao usar a cor na xilogravura, não a colorindo com pincel e tinta, mas gravando a matriz e prevendo a impressão da cor. Sua primeira gravura colorida aconteceu em 1937, ao ilustrar *Cobra Norato*, de Raul Bopp.



No entanto, a sua produção real e a história de sua carreira na juventude ainda está, de certo modo, incógnita. A museóloga carioca Noemi Ribeiro, pesquisadora do Museu Nacional de Belas Artes, esteve na Suíça em 1994 e lá encontrou uma senhora de 60 anos, sobrinha do pintor suíço Walter Kümmerly, que possuía cerca de 110 gravuras e desenhos inéditos de Goeldi. Essas obras mostram a fase europeia do artista, cujos temas representam cenas e paisagens locais, mas que já possuíam a característica do artista. Nem todas as obras estão assinadas e não temos as matrizes, perdidas através do tempo.

Outro aspecto polêmico sobre a vida do artista foi o fato ventilado de que Goeldi começou a fazer xilogravuras no ateliê de cartografia do pintor suíço Walter Kümmerly.

A pesquisadora Noemi Ribeiro, em 1992, encontrou um lote avantajado de obras de Goeldi no Landesmuseum, em Linz, na Áustria, e cataloga a obra do artista, estimada aproximadamente em 700 gravuras e cerca de 1000 desenhos e esboços.⁵

(5) Jotabê Medeiros. Pesquisadora acha 110 inéditos de Goeldi. O Estado de São Paulo, São Paulo, 29/10/94, Caderno 2, p. D1.

A gravura de Oswaldo Goeldi

Goeldi foi professor, por vários anos, na Escolinha de Artes do Brasil e, até o fim de sua vida, na Escola Nacional de Belas Artes, onde se formaram artistas como Adir Botelho, que foi seu substituto em 1961, Newton Cavalcanti, Gilvan Samico, Hugo Mund, Chlau Deveza, Rachel Strosberg, Sérgio Campos Melo, Júlio Vieira, Antonio Dias, entre outros. Formou uma geração de gravadores, nos quais até os dias de hoje ressoa a sua influência benéfica.

Para Orlando Dasilva⁶, a “sua numerosa produção gráfica é uma aula viva, permanente, para todos os que se aventurem pelos caminhos da gravura, que nos mostra sacrifício e persistência”.

Como sina própria da gravura, o reconhecimento público torna-se muito difícil. Goeldi recebeu em vida uma significativa láurea ao ser premiado como o Melhor Gravador Nacional na I Bienal de São Paulo em 1951. No entanto, a consagração de fato somente aconteceu após a sua morte, a partir de 1961, conforme ia-se fazendo sentir a sua influência na produção de vários artistas.

Goeldi retratou sobretudo a solidão (figura 1). Com estilo expressionista mostra um realismo repleto de dramas e tragédias que aludem ao fantástico (figura 2). Sem dúvida é um dos grandes mestres da gravura.

Sempre é bom recordar a observação de José Roberto Teixeira Leite⁷: “... Goeldi afirma-se como um dos grandes criadores de mitos visuais de nossa época, e ergue a arte da gravura sobre madeiras a altitudes a que poucos, de resto, chegaram no século XX”. Goeldi, seja pela sua atuação como professor e defensor da arte da gravura, seja pela sua própria produção de gravador, tem garantido lugar de destaque e respeito na história da arte brasileira.

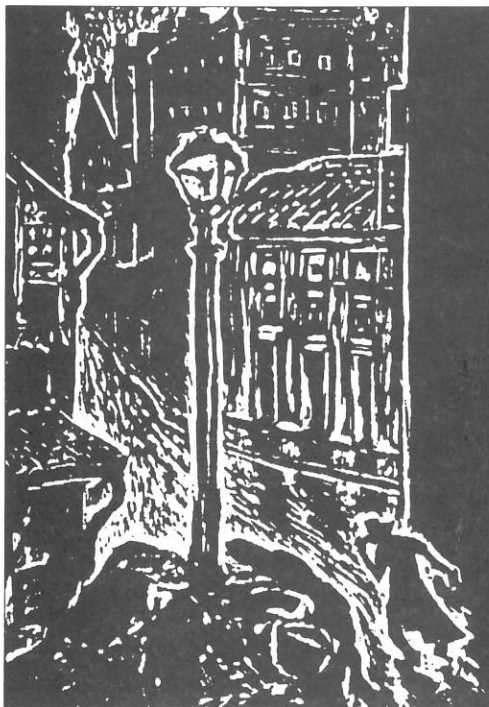


Figura 2 -
"Lampião"
Xilogravura
Oswaldo
Goeldi

(6) *A arte maior da gravura*, p.80.

(7) *Op. cit.*, p.17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COSTELLA, Antonio. **Introdução à gravura e história da xilografia**. Campos do Jordão: Ed.Mantiqueira, 1984.
2. DASILVA, Orlando. **A arte maior da gravura**. São Paulo: Edição Espade, 1976.
3. HERSKOVITS, Anico. **Xilogravura - arte e técnica**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.
4. LEITE, José Roberto Texeira. **A gravura brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1966.
5. MARTINS, Itajahy. **Gravura - arte e técnica**. São Paulo: Laserprinter e Fundação Nestlé de Cultura, 1987.
6. REIS JÚNIOR, José Maria dos. Carlos Oswald, Raimundo Cela, Oswaldo Goeldi. In: **Aspectos da arte brasileira**. Rio de Janeiro: Edição Funarte, 1980.

O jornalismo brasileiro em crise: a dicotomia entre a formação e o mercado de trabalho¹

Celso Luiz FALASCHI
Professor do curso
de Jornalismo / Puccamp.

Este trabalho se propõe a fazer uma revisão da história do Jornalismo brasileiro para estabelecer conexões históricas, culturais e educacionais que ajudem a desvendar a crise que se configura, hoje, na qualidade da produção jornalística impressa e eletrônica. Com base nesse pressuposto, procura desvendar até que ponto a formação acadêmica, obrigatória nessa profissão, contribui para esse quadro. Apoiado nessas vertentes, propõe uma nova estrutura curricular e pedagógica na área de formação profissional, objetivando, acima de tudo, acabar com a dicotomia existente entre a academia e o mercado de trabalho. A proposta apresentada indica, também, caminhos para eliminar a dicotomia identificada entre as disciplinas teóricas e práticas do curso, uma das responsáveis pela formação de profissionais na maioria das vezes distantes da realidade dos veículos de comunicação. Além da nova estrutura curricular e pedagógica, esta dissertação propõe uma nova forma de ingresso, a regulamentação do estágio e uma avaliação mais severa dos estudantes ao longo dos quatro anos do curso.

Palavras-chave: Jornalismo. História. Currículo.

Key words: Journalism. Review. Curriculum.

(1) Dissertação de mestrado apresentada em abril de 1996 na Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Newton César Balzan.

Relações Públicas e a comunicação dirigida escrita na empresa¹

Cleuza Gertrudes Gimenes CESCA
Professora e Coordenadora do curso de
Relações Públicas / Puccamp.

O objetivo desta tese é demonstrar a efetiva participação das Relações Públicas na elaboração da Comunicação Dirigida Escrita das empresas.

Como o conceito das empresas é também mantido por meio da C.D.E. que é expedida a seus públicos, torna-se, portanto, essa Comunicação, um eficiente meio de formação de opinião pública favorável: objetivo das Relações Públicas.

Este estudo é composto de quatro capítulos:

O primeiro focaliza as RR.PP., seus públicos, a opinião pública, suas principais atividades e o planejamento. O processo da comunicação: veículos de comunicação massiva e dirigida.

O segundo aborda a estrutura empresarial. As estruturas tradicionais e inovativas, com todas as implicações da implantação da cultura empresarial japonesa na empresa brasileira, e a adoção da terceirização.

O terceiro faz uma abordagem da atual realidade da Comunicação Dirigida Escrita na empresa, onde é feita análise de pesquisa aplicada junto a empresas da cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

O quarto capítulo apresenta proposta para aplicação da Comunicação Dirigida Escrita na empresa, fornecendo modelos de todas as comunicações escritas utilizadas nas empresas.

Palavras-chave: Relações Públicas. Comunicação Dirigida. Planejamento. Terceirização. Opinião pública. Veículos de comunicação.

Key words: Public Relations. Directed Communications. Planning. Third party. Public opinion. Means of communication.

(1) Tese de doutorado apresentada em 1994 na Escola de Comunicações e Artes/ECA da Universidade de São Paulo/USP, sob orientação do Prof. Dr. Cândido Teobaldo de Souza Andrade.

A mulher margarina: uma representação dominante em comerciais de tv nos anos 70 e 80¹

Flailda Brito Garboggini SIQUEIRA
Professora do curso de Publicidade
e Propaganda / Puccamp.

Este trabalho investiga a representação feminina na publicidade televisiva brasileira nas décadas de 70 e 80. Foi selecionado um segmento de mercado - o dos comerciais de margarina - para aí examinar, com base em análise de forma e conteúdo, a maneira como a mulher foi representada pela televisão. Foram elaboradas considerações sobre algumas razões que levaram os criadores dessas mensagens a estabelecer estereótipos específicos.

Procuramos apresentar um referencial teórico segundo pressuposto de que todo material produzido pelo homem pode ser documento histórico. Neste caso, os comerciais, contextualizados numa retrospectiva histórica, refletem as características de uma sociedade e podem, portanto, contar parte da história de seus ideais.

Selecionamos e analisamos aspectos visuais, sonoros e verbais dos comerciais mais significativos de margarina Dorian - marca produzida pela Gessy-Lever no Brasil - , examinando principalmente os papéis femininos.

Embasando-nos em diversas fontes bibliográficas e depoimentos de diferentes profissionais ligados aos meios de comunicação, apresentamos os avanços e as mudanças ocorridas da participação da mulher na sociedade e discutimos os modelos femininos utilizados pela publicidade.

Pudemos constatar que os comerciais, inseridos numa programação televisiva, ao lado de outras forças sócio-culturais, participam da reprodução da idéia de desigualdade da mulher em relação ao homem. Apesar das mudanças substanciais ocorridas nos anos 70 e 80 com relação à participação feminina no mercado de trabalho e na sociedade, a publicidade continuou apresentando até o final da década de 80, com alterações superficiais, os mesmos estereótipos femininos que utilizava no início do período analisado.

Palavras-chave: Televisão. Mulher. Publicidade.

Key words: Television. Women. Publicity.

(1) Dissertação apresentada em 1995 no curso de Mestrado em Múltiplos Meios do Instituto de Artes da Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Haydée Dourado de Faria Cardoso.

O latifúndio do ar: mídia e poder na Nova República¹

Graça CALDAS

Professora do curso de Jornalismo /
Puccamp; coordenadora-adjunta da
Assessoria de Imprensa da Unicamp e
pesquisadora do Labjor/Unicamp.

O objetivo deste trabalho é examinar o uso privado e eleitoral do processo de concessões de canais de rádio e televisão no governo da Nova República (1985-1989). Por intermédio da análise das relações dos atores sociais envolvidos na política de outorga dos meios de comunicação de massa, procuro identificar as causas estruturais do clientelismo predominante nessas relações, quando o coronelismo de enxada e do voto dá lugar ao coronelismo eletrônico.

Verifico no desenvolvimento do trabalho que, embora persista a prática clientelista tradicional, surgem movimentos organizados de resistência que buscam alterações nas regras do jogo. Este é o caso, por exemplo, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, que disputa oficialmente a concessão de uma rádio. Embora o pedido não tenha sido atendido até hoje, é grande o significado político da atitude dos metalúrgicos do ABC e de outros grupos, como a Federação Nacional dos Jornalistas, que assumem papel de liderança para a reformulação do atual modelo.

A participação da Igreja, de políticos e de grupos privilegiados no controle dos meios de comunicação de massa, em detrimento de outros setores sociais, é também objeto de discussão. A análise do discurso de representantes de entidades, de empresários de comunicação e de políticos no debate pró-Constituição de 1988 é outro momento de reflexão sobre as relações de poder que envolvem a política de concessões dos MCM.

Palavras-chave: Clientelismo. Concessões. Política. Jornalismo. Rádio e TV.

Key words: Patronage. Concessions. Politics. Press. Radio and TV.

(1) Tese de doutorado defendida em 26 de outubro de 1995 na Escola de Comunicações e Artes/USP, sob orientação do Prof. Dr. Luiz Roberto Alves.

A tensão entre o religioso e o político: a relação da Igreja com a Modernidade na trajetória da Pastoral Operária de Campinas¹

Márcia Reami PECHULA
Professora da faculdade de Filosofia /
Puccamp.

Nosso objetivo, nesta dissertação, é demonstrar o conflito existente entre a Igreja, a Modernidade e os agentes da instituição.

A Igreja, instituição hegemônica na Idade Média, vive as tensões da modernidade e luta para refazer-se continuamente (manter seu núcleo). Para isso, deve ajustar-se ao mundo moderno.

Na tentativa de mostrar os conflitos presentes nessa relação, buscamos, nos documentos elaborados pela instituição, “ler” sua tentativa de controle sobre a sociedade moderna, o que, diante do inevitável, resulta no “ajustamento” e “diálogo”. A Pastoral Operária de Campinas é a referência que torna evidente o palco dessa tensão e nos permite demonstrar a relação existente entre a Igreja, seus agentes e a sociedade.

Assim, buscamos demonstrar que o caso da relação Igreja - modernidade é particularmente significativo nessa tensão, que não é puramente histórica no sentido de conjuntural, passageira, mas, sim, constitutiva da própria Igreja enquanto instituição. Nesse aspecto, a modernidade leva essa tensão ao máximo, exatamente porque se propõe a ser uma nova época, um novo espírito. Novos exatamente porque se contrapõem à instituição, tomada como sinônimo de ignorância, atraso, peso da tradição.

Palavras-chave: Igreja Católica. Pastoral Operária. Tensão.

Key words: Catholic Church. Workers Pastoral. Tension.

(1) Dissertação de mestrado apresentada em março de 1995 na Faculdade de Educação da Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Salvador Sandoval.

A questão ambiental sob a ótica das Relações Públicas: a atuação das empresas químicas e petroquímicas de Paulínia¹

Maria José da Costa OLIVEIRA

Professora e coordenadora do departamento de
Relações Públicas / Puccamp.

O trabalho apresenta a importância que vem sendo dedicada à questão ambiental dentro das empresas químicas e petroquímicas de Paulínia - SP, que possui características *sui generis*, dada a grande concentração, em seu território, das empresas desses ramos específicos, cuja imagem é afetada negativamente por serem consideradas potencialmente agressoras do meio ambiente.

O trabalho verifica, também, o envolvimento da área de comunicação, especialmente das Relações Públicas, nesse contexto, uma vez que a autora tratou de analisar a importância de se estabelecer e manter uma imagem positiva da empresa quando relacionada à preservação e conservação da natureza.

Para tanto, foi utilizada pesquisa bibliográfica, focalizando o tema em seus aspectos gerais e específicos. A seguir, foi adotada a pesquisa exploratória, com entrevistas em profundidade, analisando o comportamento das empresas frente ao meio ambiente, relatado por profissionais ligados diretamente à área responsável pela coordenação da política ambiental.

Identificada uma perspectiva favorável para a questão dentro das empresas, depara-se, no entanto, com o fato de que as organizações carecem, em geral, de uma estrutura de comunicação, ou ainda, de relações públicas, que promova maior divulgação, conscientização e envolvimento dos públicos ligados direta e indiretamente à organização. O trabalho concentra seus esforços na apresentação da necessidade de instituir um canal aberto de comunicação da empresa com os públicos, onde se estabeleça uma relação de integração para que não só a organização aprimore suas ações em favor do meio ambiente, mas também os públicos participem desse processo em nome da qualidade de vida de toda a comunidade.

Palavras-chave: Meio ambiente. Relações Públicas. Qualidade de vida.

Key words: Environment. Public Relations. Quality of life.

(1) Dissertação de mestrado apresentada em setembro de 1994 no Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, sob orientação da Profa. Dra. Sidinéia Gomes Freitas.

COMUNICARTE

Revista semestral do Instituto de Artes, Comunicações e Turismo da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Integrante da Rede Ibero-Americana de Revistas de Comunicação e Cultura

ANO XIV - n° 20 - 1995/1996

DIRETOR-FUNDADOR: Mário de Lucca Erbolato (1982 - 1990)

DIRETOR: Celso Luiz Falaschi - MTb 14.975

EDITOR: Cleonice Furtado de Mendonça van Raij

CONSELHO EDITORIAL: Alberto Dines (Labjor-Unicamp), Amarildo B. Carnicel, Ângela Maria Cangiani Furlani (Instituto Agrônômico de Campinas), Astrid Nilson Sgarbieri, Cleuza G. Gimenes Cesca, Flailda Brito G. Siqueira, João Baptista de Almeida Jr., José Benedito Pinho (Universidade Federal de Viçosa), Marcel José Cheida, Maria Ângela Marques Ambrizi Bissoli, Maria José da Costa Oliveira, Maria José T. Carreira Rey, Maria Sílvia de Barros Held, Paulo Rogério Tarsitano (Instituto Metodista de Ensino Superior) e Paulo de Tarso Cheida Sans.

SECRETÁRIA: Acadêmica Mônica Lavinhati

Projeto Gráfico: Amarildo B. Carnicel

Capa: Agência Experimental de Publicidade e Propaganda

Produção gráfica - Supervisão Geral: Anis Carlos Fares; Coordenadora: Célia Regina Fogagnoli Marçola; Equipe: Maria Aparecida Meschiatti Storti e Maria Rita Aparecida Bulgarelli Nunes; Desenhistas: Alcy Gomes Ribeiro e Marcelo De Toni Adorno.

Impressão - Encarregado: Benedito Antonio Gavioli; Equipe: Ademilson Batista da Silva, Douglas Heleno Cioffi, Emerson Rogerio Scolari, Jair Alves de Oliveira, Nilson José Marçola, Paulo Roberto Gomes da Silva, Ricardo Maçaneiro, Roberto Mauro Duarte e Sérgio Ademilson Giungi.

COMUNICARTE é uma publicação do Instituto de Artes, Comunicações e Turismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), voltada para a divulgação de assuntos relacionados às ciências da Comunicação, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Turismo e Artes.

COMUNICARTE aceita artigos não só de professores e alunos do IACT da PUCCAMP, mas também de outras instituições de ensino nas áreas de Artes, Comunicação e Turismo, não se responsabilizando pelos conceitos emitidos por seus autores. ** Todos os artigos recebidos para publicação são submetidos ao Conselho Editorial, que pode sugerir ao autor alterações em seus textos ou ainda recusá-los por não se adequarem às normas da revista. ** Os textos que não seguirem as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) não serão aceitos para publicação. ** Somente serão apreciadas pelo Conselho Editorial aquelas colaborações que tenham o mínimo de quatro e o máximo de doze laudas digitadas em corpo 12, com um máximo de 70 toques por linha, enviadas em papel e disquete, desde que digitadas em programas compatíveis com sistema Windows. ** COMUNICARTE inclui artigos, resumos de dissertações e teses, comunicação de pesquisas, resenhas de livros e quaisquer matérias julgadas oportunas. Ilustrações poderão ser fornecidas pelos autores. Matérias publicadas não serão remuneradas. Originais publicados não serão devolvidos aos autores. É permitida a transcrição de artigos de autoria de professores do IACT/PUCCAMP, desde que citada a fonte. ** COMUNICARTE é enviada gratuitamente às escolas de Artes, Comunicação e Turismo, às entidades das respectivas áreas e também a professores e pesquisadores, mediante solicitação por escrito.

